

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAED - CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

MAGALI SOARES DA SILVA

**O PNBE DO PROFESSOR: UMA POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO ESTUDO DE
CASO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE GOVERNADOR
VALADARES**

Juiz de Fora - MG

2014

MAGALI SOARES DA SILVA

**O PNBE DO PROFESSOR: UMA POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO ESTUDO DE
CASO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE GOVERNADOR
VALADARES**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do PPGP/CAEd como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Professor Orientador: Dr. Ricardo Cristófar

Juiz de Fora – MG

2014

TERMO DE APROVAÇÃO

MAGALI SOARES DA SILVA

O PNBE DO PROFESSOR: UMA POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO
ESTUDO DE CASO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE
GOVERNADOR VALADARES

Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de Suporte Acadêmico da disciplina Dissertação II do Mestrado Profissional do PPGP/CAEd, aprovada em 11/04/2014.

Prof. Dr. Ricardo Cristófaró
Orientador

Prof. Dr. Afonso Celso Carvalho Rodrigues
Membro da Banca – UFJF

Prof. Dr. Hércules Tolêdo Corrêa
Membro da Banca – Convidado

Juiz de Fora, 11 de abril de 2014.

Dedico este trabalho aos meus filhos Nathaly e Rychard, maiores presentes recebidos de Deus, razão da minha vida, luzes que iluminam minha caminhada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me carregar no colo por todos os anos de minha vida.

À Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, por oportunizar minha participação nesse mestrado.

À SRE de Governador Valadares, pelo apoio, incentivo e compreensão nos momentos em que necessitava me ausentar, e aos colegas de equipe, pelo auxílio.

Às assistentes de orientação Patrícia e Rafaela, pelo acompanhamento assíduo e sistemático deste trabalho, mesmo à distância, pelo incentivo e força, e por não me abandonarem nos momentos difíceis.

À minha avó Maria Anacleta (*In Memoriam*), por ter me conduzido na descoberta do prazer de ler e no gosto de aprender.

Aos meus pais, pelos valores ensinados e por me mostrarem o caminho para conquistar meus sonhos.

À minha grande irmã Carla Andréa, companheira, amiga, com suas mãos sempre prontas a juntar-se às minhas nos caminhos percorridos nesta jornada terrena.

Aos meus filhos Nathaly e Rychard, minha eterna gratidão pelo presente que Deus me ofertou ao tê-los comigo. Meu farol e minha maior felicidade.

Ao meu esposo e companheiro Maurílio, por entender e respeitar minhas ausências.

A todos os colegas da pós-graduação pelo carinho, pela companhia agradável nos períodos presenciais em Juiz de Fora e durante o período à distância, por meio das redes sociais.

E, por fim, à minha companheira e colega Carmelita, pela admiração que tenho pelo seu jeito espontâneo de acreditar que, mesmo diante de todas as adversidades, teríamos essa vitória iniciada na aprovação que comemoramos e ao longo da nossa jornada em Juiz de Fora.

Educação é processo humano de relacionamento interpessoal e, sobretudo, determinado pela atuação de pessoas. Isso porque são as pessoas que fazem diferença em educação, como em qualquer outro empreendimento humano, pelas ações que promovem, pelas atitudes que assumem, pelo uso que fazem dos recursos disponíveis, pelo esforço que dedicam na produção e alcance de novos recursos e pelas estratégias que aplicam na resolução de problemas, no enfrentamento de desafios e promoção do desenvolvimento.

Heloisa Lück

RESUMO

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) é o um projeto de maior abrangência em distribuição de livros criado em 1997, pelo Ministério da Educação (MEC) pela Secretaria de Educação Básica (SEB), com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FNDE). Esta dissertação objetiva conhecer como foram recebidos e divulgados os acervos direcionados aos professores do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) nas escolas estaduais que atendem aos anos iniciais, junto a Superintendência Regional de Ensino de Governador Valadares (SRE/GV). Como recorte, foi analisado o PNBE do professor de 2010, visto que neste ano o programa atingiu todos os professores da Educação Básica. Em posse desse levantamento procura apontar possibilidades gestoras na utilização desse recurso da biblioteca escolar, na formação continuada dos docentes e melhoramento do programa. Quanto à metodologia, a pesquisa é de base qualitativa, utilizando o método estudo de caso que possibilita a compreensão das instituições pesquisadas em seu aspecto sociocultural integrando-a a dinâmica gestora de apropriação do PNBE do professor. Para coleta de dados trabalhou-se com: análise documental, pesquisa bibliográfica, observação não participante, questionários aplicados a professores e gestores dessas escolas. Os principais aportes teóricos estão na obra **As 10 novas competências para ensinar**, de Philippe Perrenoud; **Dimensões da gestão escolar e suas competências**, de Heloísa Lück, os programas de formação pedagógica do Brasil/MEC dialogando com autores como Marina Feldmann, a importância do espaço da biblioteca e o profissional capacitado para mediador de leitura com José Castilho Marques Neto e outros que corroboram na importância do livro e da leitura na formação continuada do professor. Os resultados apontaram na necessidade de ampliar as competências técnicas do profissional que atua nas bibliotecas escolares para melhor aproveitamento do programa, tendo o PNBE do professor como um recurso nas possibilidades de formação continuada dos docentes no espaço escolar.

Palavras-chave: PNBE do professor. Formação Continuada. Políticas de Leitura

ABSTRACT

The National School Library Program (PNBE) is a project of greater scope in distribution of books created in 1997 by the Ministry of Education (MEC) by the Department of Basic Education (SEB), with funds from the National Fund for the Development of Basic Education (ENDF). This dissertation aims to know how they were received and published the collections targeted to teachers Library National School Program (PNBE) in state schools that meet the initial years, with the Regional Superintendent of Education of Governador Valadares (SRE / GV). How to cut, was analyzed PNBE Teacher 2010, since this year the program reached all teachers of basic education. In possession of this survey seeks to highlight management possibilities in using this feature of the school library, in the continuing education of teachers and program improvement. Regarding the methodology, the research is qualitative basis, using the case study method that enables the understanding of institutions surveyed in their sociocultural aspect of integrating the dynamics of the managing ownership of PNBE teacher. For data collection worked with: document analysis, literature, non-participant observation, questionnaires to teachers and administrators in these schools. The main theoretical contributions are at work the 10 new skills to teach, Philippe Perrenoud; dimensions of school management and their skills, Heloise Lück, programs of teacher training for the Brazil / MEC dialoguing with authors such as Marina Feldmann, the importance of space library and trained professional mediator to read with José Castilho Marques Neto and others that corroborate the importance of books and reading in the continuing education of teachers. The results indicated the need to expand the technical expertise of professionals working in school libraries for better use of the program and PNBE teacher as a resource in the possibilities of continuing education teachers at school.

Keywords: PNBE teacher. Continuing Education. Reading Policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CD	Conselho Deliberativo
CF	Constituição Federal Brasileira
CNE	Conselho Nacional de Educação
DAFI	Diretoria de Administração e Finanças
DIVOF	Divisão Operacional e Financeira
DIVPE	Divisão de Pessoal
DIVRH	Divisão de Capacitação e Recursos Humanos
EE	Escola Estadual
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAE	Fundação de Apoio ao Estudante
FENAME	Fundo Nacional do Material Escolar
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica
GV	Governador Valadares
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFLA	Federação Internacional de Associados de Bibliotecários e Bibliotecas
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INL	Instituto Nacional do Livro
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEI	Organização dos Estados Ibero-americanos
PAE	Plano de Ação Educacional
PAEE	Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PEAS	Programa de Educação Afetivo Sexual
PIP/ATC	Programa de Intervenção Pedagógica - "Alfabetização no Tempo Certo"
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNLL	Programa Nacional de Livro e Leitura
PNSL	Programa Nacional Sala de Leitura
PROALFA	Programa de Avaliação da Alfabetização
PROEB	Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica
PROETI	Programa Escola de Tempo Integral
PROLER	Programa Nacional de Leitura
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEB	Secretaria de Educação Básica
SEE/MG	Secretaria de Educação de Minas Gerais
SIMAVE	Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica
SRE/GV	Superintendência Regional de Ensino de Governador Valadares
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE FIGURA

Figura 1: Organograma da SRE/GV.....	38
--------------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Média nacional de proficiência em Língua Portuguesa SAEB/Prova Brasil da 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental – 1995 a 2011.....	24
Gráfico 2:	Comparativo da Proficiência SAEB/Prova Brasil – Nacional/MG/Município de GV.....	41
Gráfico 3:	Proficiência Média do PROALFA e PROEB - SRE/GV.....	42
Gráfico 4:	Comparativo da Proficiência Média do SAEB/Prova Brasil – Nacional / MG/ Escola “A”	47
Gráfico 5:	Comparativo da proficiência média do SAEB/ Prova Brasil – Nível Nacional / MG / Escola “B”	51
Gráfico 6:	Conhecimento do Gestor Quanto aos Acervos Destinados à Formação de Professores.....	80
Gráfico 7:	Conhecimento de Políticas Públicas de Incentivo à leitura de Professores.....	81
Gráfico 8:	Recebimento do PNBE do professor 2010 nas Escolas Estaduais..	81
Gráfico 9:	Importância do PNBE do professor 2010 para a formação dos professores.....	82
Gráfico 10:	Ação gestora diante do não recebimento dos acervos do PNBE do professor 2010.....	83
Gráfico 11:	Aquisição dos acervos destinados à formação docente com outros recursos.....	83
Gráfico 12:	Recursos utilizados para aquisição de obras para formação docente.....	84
Gráfico 13:	Encaminhamento dado ao acervo PNBE do professor 2010 na escola.....	85
Gráfico 14:	Importância do acervo do PNBE do professor 2010	85
Gráfico 15:	Considerações dos gestores quanto ao PNBE do professor no desenvolvimento dos alunos.....	86
Gráfico 16:	Horários reservados para estudo e troca de experiência dos professores utilizando os acervos PNBE do professor 2010.....	86
Gráfico 17:	Projeto de leitura na formação continuada dos professores estabelecido no PPP.....	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Programas de incentivo à leitura anteriores ao PNBE.....	22
Quadro 2:	Níveis de habilidades de leitura em Língua Portuguesa – SAEB/Prova Brasil.....	25
Quadro 3:	Obras adquiridas pelo FNDE/PNBE do professor 2010 (anos Iniciais)	34
Quadro 4:	Proficiências e Habilidades no PROALFA.....	41
Quadro 5:	Distribuição de atendimento da escola “A”	46
Quadro 6:	Distribuição dos funcionários da escola “A”	46
Quadro 7:	Resultado dos Fatores Intraescolares– PROEB.....	49
Quadro 8:	Distribuição de Atendimento da Escola “B”	50
Quadro 9:	Distribuição dos Funcionários da Escola “B”	50
Quadro 10:	Escala de Competência do PROALFA.....	52
Quadro 11:	Resultados dos Fatores Intraescolares - PROEB.....	53
Quadro 12:	Dez Domínios de Competências Reconhecidas como Prioritárias e Propostos por Perrenoud (2000) aos Professores.....	62
Quadro 13:	As 10 Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências.....	62
Quadro 14:	Perfil dos Diretores das Escolas Estaduais da SRE/GV.....	73
Quadro 15:	Espaço e Funcionamento da Biblioteca Escolar nas Escolas Estaduais da SRE/GV.....	76
Quadro 16:	O Gestor e as Atividades Realizadas na Biblioteca para Docentes.....	77
Quadro 17:	Nível de escolaridade dos professores das Escolas Estaduais “A” e “B”	88
Quadro 18:	Experiência Profissional dos professores das Escolas “A” e “B”..	89
Quadro 19:	Tempo de atuação da equipe gestora na escola.....	90
Quadro 20:	Forma de ingresso na docência na escola pesquisada.....	90
Quadro 21:	PNBE do professor 2010 nas Escolas “A” e “B”	91
Quadro 22:	PNBE do professor 2010 e a Biblioteca das Escolas “A” e “B”.....	93
Quadro 23:	Obras lidas pelos professores pesquisados do acervo PNBE do professor 2010.....	96
Quadro 24:	Periódicos mais utilizados para subsidiar práticas pedagógicas...	97
Quadro 25:	Estrutura Curricular do Curso Técnico em Biblioteca Escolar.....	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Dados estatísticos do PNBE no período de 1998 a 2012.....	29
Tabela 2	Resultado da Avaliação do SIMAVE da escola “A”	47
Tabela 3	Resultado da Avaliação do SIMAVE da escola “B”	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA: AVANÇOS E RETROCESSOS.....	20
1.1 Políticas Públicas de Livro e Leitura.....	20
1.2 Os Resultados das Avaliações Externas e sua influência no PNLL.....	23
1.3 PNBE: Entendendo o Programa.....	28
1.4 PNBE do Professor.....	32
1.5 A SRE/GV e as Escolas Estaduais “A” e “B”.....	37
1.5.1 O PNBE do Professor na SRE de Governador Valadares.....	44
1.5.2 Escola Estadual “A”	45
1.5.3 Escola Estadual “B”	49
2 PNBE DO PROFESSOR 2010: UM RECURSO DA BIBLIOTECA ESCOLAR NA FORMAÇÃO CONTINUADA.....	56
2.1 A importância da formação continuada no desenvolvimento da competência docente.....	56
2.1.1 A Gestão Escolar na Formação continuada dos Profissionais da Escola.....	64
2.1.2 O papel da Biblioteca Escolar na mediação da leitura.....	67
2.2 Procedimentos Metodológicos.....	70
2.3 Análise dos Resultados da Pesquisa.....	72
2.3.1 Escolas Estaduais da Jurisdição da SRE/GV.....	73
2.3.1.1 Perfil dos Diretores.....	73
2.3.1.2 Perfil das bibliotecas escolares.....	75
2.4 Análise do Resultado das Escolas “A” e “B”.....	88
2.5 Considerações Acerca da Pesquisa de Campo.....	97
3 COMPETÊNCIA TÉCNICA: UMA POSSIBILIDADE NA MELHORIA DO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE LIVRO E LEITURA.....	102
3.1 Justificativa da Proposta de formação: Curso Técnico Profissional em Biblioteca Escolar.....	103
3.2 Plano de Curso de Técnico em Biblioteca Escolar.....	107
3.2.1 Dados de identificação.....	109
3.2.2 Objetivos.....	109
3.2.3 Perfil dos Profissionais para o Curso Técnico em Biblioteca Escolar.....	110
3.2.4 Perfil do curso.....	110
3.2.5 Frequência e Sistema de Avaliação.....	111
3.2.6 Pessoal Técnico e Técnico Administrativo.....	112
3.2.7 Considerações Finais sobre o Plano de curso.....	113
CONCLUSÕES	115
REFERÊNCIAS.....	118
APÊNDICES.....	124
APÊNDICES 1 – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS gestores.....	124
APÊNDICES 2 – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES DAS ESCOLAS “A” E “B”.....	129

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) é uma política do governo federal, realizado por meio do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria da Educação Básica (SEB), com recursos do Fundo Nacional da Educação Básica (FNDE), criada em 1997, que visa à distribuição de livros literários para as escolas públicas brasileiras, sendo que os acervos são direcionados para alunos, professores e biblioteca.

Este estudo de caso tem como objetivo conhecer como foram recebidos e divulgados os acervos direcionados aos professores do PNBE nas escolas estaduais que atendem aos anos iniciais do Ensino Fundamental junto à Superintendência Regional de Ensino de Governador Valadares (SRE/GV). Em posse desse levantamento procurou-se apontar possibilidades gestoras na utilização desse recurso da biblioteca escolar, na formação continuada dos docentes e melhorias na aplicação do programa. Foi analisado o PNBE do professor distribuído no ano de 2010, por ser o ano em que o programa atingiu a distribuição para todos os professores da Educação Básica. Nos anos anteriores, o programa contemplava somente os professores dos anos iniciais (1º ao 5º ano).

A escolha do tema PNBE do professor 2010 deu-se mediante o acompanhamento por oito anos como Assistente Técnica da educação da Reserva Técnica¹ do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), TV Escola com gravação e empréstimo dos vídeos e biblioteca do professor.

Neste período, com atendimento direto aos professores da jurisdição da SRE/GV foi observado um maior interesse por parte dos docentes em vídeos com conteúdo curriculares. Os vídeos de formação pedagógica, como programas do “Salto para o Futuro”², não eram solicitados para empréstimo. Na biblioteca, a procura era sempre por livros didáticos. Os livros de formação eram muitas vezes

¹A Reserva Técnica constitui-se de livros disponibilizados nas Secretarias Estaduais de Educação, enviados pelo MEC/FNDE, para atender as escolas públicas com falta de livros didáticos para criação de novas turmas na vigência do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). (BRASIL, FNDE, Resolução N.º 42 de 28 de agosto de 2012).

² O Programa “Salto Para o Futuro” é destinado à formação de professores, com temas relevantes e contemporâneos, apresentado pela TV Escola com parceria da TVE Brasil. Disponível em: <www.tvebrasil.org.br/salto>. Acesso em: 02 de janeiro de 2012.

procurados somente por alunos dos cursos de licenciaturas para trabalhos ou provas.

A biblioteca contava com acervos destinados à formação pedagógica, materiais enviados pela Secretaria Estadual da Educação de Minas Gerais e livros literários do Programa Nacionais Biblioteca na Escola – PNBE.

No ano de 2011 a biblioteca e a Videoteca da Superintendência Regional de Ensino de Governador Valadares foram fechadas sob alegação do governo do Estado de Minas Gerais de que os livros estavam sendo disponibilizados para todas as escolas pelo FNDE e os vídeos já podiam ser acessados pela internet. Após o encerramento das atividades esta pesquisadora foi incorporada à equipe de Analistas Educacionais do Programa de Intervenção Pedagógica Alfabetização no Tempo Certo (PIP/ATC)³. Neste programa as analistas visitam as escolas colaborando com os professores em suas práticas pedagógicas.

As escolas da jurisdição são divididas em números proporcionais às analistas. Nas discussões com a equipe e nas visitas realizadas às escolas foi observado que os livros destinados à formação docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental nem sempre estavam disponíveis e/ou eram conhecidos e utilizados pelos professores para auxiliar suas práticas.

Essa inquietação levou a pesquisadora a optar pelo recorte da ação do PNBE do professor, levantando a seguinte questão: “Quais as atitudes realizadas pelos gestores nas escolas ao receber os livros destinados à formação de professores enviados pelo MEC/FNDE por meio da ação do PNBE do professor 2010”?

O contexto será a SRE/GV e, para entender como acontece a apropriação pelos gestores escolares, foi aplicado um questionário nas 78 escolas estaduais da jurisdição do município de Governador Valadares com atendimento aos anos iniciais.

A fim de aprofundar a análise, o foco do trabalho será um estudo de caso em duas escolas estaduais: Escola Estadual “A” e Escola Estadual “B”, selecionadas por fazerem parte das escolas atendidas pela pesquisadora como Analista Educacional no atendimento do PIP/ATC.

Outro critério utilizado para escolha das referidas escolas foi a existência nas mesmas de espaços disponíveis para biblioteca escolar: A escola “A” possui uma

³Programa de Intervenção Pedagógica – PIP /ATC -Projeto desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, implantado em 2008, que tem por finalidade garantir que toda criança esteja lendo e escrevendo até 8 anos de idade e que seja ampliado o letramento e consolidada a alfabetização até o 5º ano do Ensino Fundamental.

rede física que contempla um espaço destinado à biblioteca escolar e a escola “B” não possui uma rede física adequada para que a biblioteca atenda aos alunos e armazene apropriadamente os livros. Com este critério, a pesquisadora buscou conhecer quais ações gestoras foram realizadas nas escolas com o recebimento do PNBE do professor 2010 e se um espaço adequado influencia nestas ações.

Quanto à metodologia, a pesquisa é de base qualitativa, utilizando o método de estudo de caso, que possui como característica “conhecer a dinâmica de um fenômeno estudando-o a partir de um caso ou uma unidade representativa desse fenômeno” (SIQUEIRA, 2005, p.177). Esta metodologia possibilita a compreensão das instituições pesquisadas em seu aspecto sociocultural integrando-a à dinâmica gestora de apropriação do PNBE do professor. Para coleta de informações foram usados diversos instrumentos como: análise documental, pesquisa bibliográfica, observação não participante e questionários, aplicados a professores e gestores dessas escolas.

Este trabalho está organizado em três capítulos: no Capítulo 1 são descritos o contexto das políticas públicas de leitura no Brasil, o PNBE, como também uma apresentação dos resultados das avaliações externas apresentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Sistema Mineiro de Avaliação (SIMAVE). Ainda neste capítulo consta a apresentação da SRE/GV e das escolas pesquisadas, como rede física, alunos atendidos, docentes, bem como projetos estruturadores que desenvolvem.

No Capítulo 2 é apresentada a pesquisa de campo realizada: primeiramente os resultados do questionário enviado online para os gestores das 78 escolas que atendem aos anos iniciais da jurisdição da SRE/GV; no segundo momento será apresentada a pesquisa realizada com as duas escolas “A” e “B” escolhidas para o caso de gestão, com aplicação de questionários a 32 professores e 7 gestores das referidas escolas, as análises dos dados coletados, dialogando com fundamentações teóricas que comprovam a importância da leitura na formação continuada dos profissionais da educação, tendo como aporte teórico Philippe Perrenoud (2000); Heloísa Lück (2009), os documentos normatizadores do MEC e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), dialogando com autores como Marina Feldmann (2009) sobre formação continuada de professores, José Castilho Marques Neto (2010) com a biblioteca e o Plano

Nacional de Livro e Leitura (PNLL) juntamente com outros que corroboram a importância do livro e da leitura na formação continuada do professor.

Para finalizar, o terceiro e último capítulo apresenta detalhadamente o Plano de Ação Educacional (PAE), propondo a criação de um curso técnico profissional de uso da biblioteca para os professores, atendendo a três eixos: ampliar a competência destes profissionais como mediadores de leitura; possibilitar a utilização dos acervos distribuídos, de forma a atender os objetivos do programa na formação de uma cultura leitora; formar uma rede de formação continuada dentro da escola utilizando o recurso da biblioteca escolar: o PNBE do professor 2010.

1 PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA: AVANÇOS E RETROCESSOS

O PNBE é o maior programa governamental de distribuição de livros voltado para as bibliotecas das escolas públicas. Através do programa são distribuídos: **PNBE Periódicos**, composto de vários títulos de revistas direcionadas à área da educação; **PNBE Temático**, composto de obras literárias, de pesquisa, de referência e outros materiais com componentes curriculares nas áreas específicas do conhecimento; **PNBE do Professor**, composto de livros com fundamentação teórica para subsidiar as práticas docentes.

Este capítulo apresenta o caso de gestão a ser estudado nessa dissertação sobre a distribuição do PNBE do professor 2010, que faz parte do Programa de distribuição de livros e leitura para as escolas públicas brasileiras inseridas no PNBE. Nesse sentido é mostrado o contexto das políticas leitoras voltadas para a formação do professor e as avaliações de larga escala. A seguir, mostra-se o efeito das avaliações externas nas políticas leitoras e apresenta o desenho do PNBE, com recorte na ação dos acervos enviados para os professores por meio do PNBE do professor 2010, como recurso da biblioteca escolar na formação continuada dentro da escola.

O capítulo também descreve a rede estadual da jurisdição da SRE/GV e a apropriação do PNBE do professor nas escolas que atendem aos anos iniciais. Para aprofundamento da pesquisa serão apresentadas duas escolas que pertencem à jurisdição.

1.1 Políticas Públicas de Livro e Leitura

A década de 1930 foi marcante no Brasil com a Revolução e a instauração do Estado Novo. Essas mudanças econômicas, políticas e culturais, deram início a propostas educacionais como a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário e desenvolvimento cultural, culminadas no Manifesto dos Pioneiros em 1932, e

estabelecimento de um Plano Nacional de Educação (PNE) pela Constituição Federal (CF) de 1934 (BRASIL, 1934).

A primeira iniciativa de uma política de leitura no Brasil ocorreu em 1930, na criação do Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública, pelo então Ministro Gustavo Capanema, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL). O Instituto tinha como atribuições “efetivar políticas de bibliotecas públicas, mecanismos institucionais que facultavam o compartilhamento, a difusão e o uso da informação disponível para as comunidades” (ROSA, 2010, p.168). Durante 15 anos o INL contribuiu para a expansão das bibliotecas públicas, principalmente nos estados brasileiros mais pobres, porém os dicionários e a enciclopédia brasileira não foram concluídos e disponibilizados às escolas pelo programa.

Em 1950 os Ministérios da Educação e Cultura são separados e inicia-se a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) e o atual INEP. Com a implantação desses órgãos há início de uma proposta de programas para livro e leitura. Tem início, em 1950, a Campanha do Livro Didático e em 1955 é instituído o Programa de edição do Livro Didático. Nos anos de 1960 a 1970 amplia-se a proposta para livros literários distribuídos para bibliotecas escolares com a criação da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) e, em 1983, é incorporada a Fundação de Apoio ao Estudante (FAE), fundida ao FNDE anos mais tarde.

De acordo com Xavier (2010), os programas criados permaneciam por pouco tempo e logo desapareciam, devido às constantes mudanças na administração pública. O autor cita quatro programas como exemplo: Bibliotecas Móveis, Salas de Leitura, Biblioteca Escolar e a Biblioteca do Professor.

Os movimentos pela redemocratização do Brasil, na década de 1980, constituem-se como um marco nas conquistas dos direitos sociais, principalmente no âmbito educacional, com o movimento pela universalização do ensino. A Constituição Federal de 1988 é fruto de uma evolução e somatório de esforços na melhoria da educação, que universaliza o ensino, tornando o acesso ao nível fundamental obrigatório até os 14 anos e gratuito a todos que não o cursaram, afirmando em seu artigo 206, que a educação tem como princípios a igualdade de condições de acesso e permanência, além da garantia de um padrão de qualidade (BRASIL, 1988). Neste novo contexto político, novas ações de livro e leitura têm início no país de forma a atender o maior número possível de leitores.

Na década de 1980, Custódio (2000 apud PAIVA; A., 2012) destaca quatro iniciativas sistematizadas, apresentadas no quadro 01:

Quadro 1: Programas de incentivo à leitura anteriores ao PNBE

Programa	Objetivos
Programa Nacional Sala de Leitura (PNSL) 1984-1987	Criado pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) cujo objetivo era compor, enviar acervos e repassar recursos para ambientar as salas, o trabalho era realizado em parceria com as secretarias estaduais de educação e com universidades responsáveis pela capacitação de professores.
PROLER 1992	Em vigência até os dias atuais, foi criado pela Fundação Biblioteca Nacional, do Ministério da Cultura, e tinha como objetivo possibilitar à comunidade em geral, em diversos segmentos da sociedade civil, o acesso a livros e a outros materiais de leitura. O MEC participava desse programa de forma indireta, com repasse de recursos por meio do FNDE.
Pró-Leitura na formação do Professor 1992-1996	Foi criado por meio de uma parceria entre o MEC e o governo francês. Pretendia atuar na formação de professores leitores para que eles pudessem facilitar a entrada de seus alunos no mundo da leitura e da escrita. Inserido no sistema educacional, o Pró-Leitura se propunha a articular os três níveis de ensino, envolvendo, em um mesmo programa, alunos e professores do Ensino Fundamental, os professores em formação e os pesquisadores. O programa aspirava estimular a prática leitora na escola pela criação, organização e movimentação das salas de leitura, cantinhos de leitura e bibliotecas escolares.
Programa Nacional Biblioteca do Professor 1994-1997	Concomitante ao Pró-Leitura criou-se o Programa Nacional Biblioteca do Professor com o objetivo de dar suporte para a formação de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental no desenvolvimento de duas linhas de ação: a aquisição e distribuição de acervos bibliográficos e a produção e difusão de materiais destinados à capacitação do trabalho docente. Esse programa foi incorporado, em 1997, ao PNBE.

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com dados de Paiva et al (2012).

Conforme observado no Quadro 1 a ação com programas de distribuição de livros destinados aos professores ocorre inicialmente em 1984, com o PNSL, mas apesar de todas as iniciativas acima citadas mesmo assim “[...] não se vê uma política clara e permanente em favor do professor como mediador da leitura ou para a formação do leitor” (XAVIER, 2010, p. 146).

O Brasil, em 1990, instaura uma cultura de avaliação, por meio do MEC, com o SAEB, mediante modelo que já ocorria nos Estados Unidos e Europa desde a década de 1960, com o objetivo principal de obter dados para a produção de políticas públicas destinadas à melhoria da qualidade da educação no Brasil.

Os resultados são instrumentos para execução de ações e formulações governamentais na melhoria da qualidade e equidade da educação oferecida em todo o país, bem como dar contribuições eficazes para o aperfeiçoamento contínuo de nosso sistema de educação básica (BRASIL, 2008).

Segundo os dados do INEP/IDEB (FERNANDES, 2007), garantir o acesso não foi uma tarefa tão difícil. Entretanto, para garantir a qualidade da educação, tornou-se necessário criar mecanismos de mensuração para medir os efeitos da qualidade.

[...] no Brasil, a questão do acesso está praticamente resolvida, uma vez que quase a totalidade das crianças ingressa no sistema educacional. Nosso problema ainda reside nas altas taxas de repetência, na elevada proporção de adolescentes que abandonam a escola sem concluir a educação básica e na baixa proficiência obtida por nossos estudantes em exames padronizados. (FERNANDES, 2007, p. 7)

Por meio do SAEB, os dados evidenciam que o acesso à “Educação Básica não foi acompanhado de medidas que lhe assegurassem as condições necessárias e fundamentais para garantir e melhorar a aprendizagem dos alunos” (BRASIL, 2008), sendo a evasão, a repetência e a proficiência leitora desafios na educação brasileira.

Assim, uma importante dimensão para explicar uma política de distribuição de livros e leitura no Brasil, parte dos resultados nas avaliações externas dos últimos dez anos, sinalizando ações que contribuam para sanar os desafios e atingir uma educação de qualidade.

1.2 Os Resultados das Avaliações Externas e sua influência no PNLL

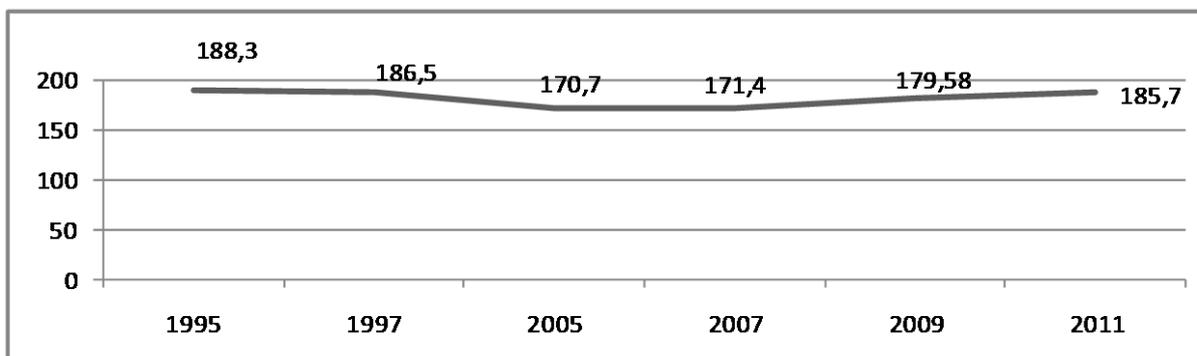
No início do século XXI o Brasil consolidou a universalização do acesso à educação pública promovendo novas discussões e análises para redimensionar a política de leitura. Os dados das avaliações externas iniciadas na década de 90 e as pesquisas na área da leitura e letramento mostraram que a “aprendizagem da leitura não apenas deixou de ser considerada como decodificação de códigos linguísticos, mas tomou a dimensão de via de acesso ao conhecimento como inclusão social” (DOURADO, 2012, p. 2). Estes dados sinalizaram para um Plano Nacional de Livro e

Leitura como proposta de Estado, com objetivo de consolidar a questão do livro com ações de curto, médio e longo prazo.

Em 2000, o Programa Mundial de Avaliação de Alunos (PISA), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), expediu um relatório mostrando que no Brasil as aptidões de leitura ficaram aquém do estabelecido pelas normas internacionais, deixando o país em último lugar na colocação referente aos conhecimentos e habilidades em leitura.

As avaliações realizadas em 2003 pelo SAEB, e a Prova Brasil em 2005, ratificaram o resultado do PISA. O desempenho dos alunos no final do Ciclo Complementar de alfabetização (4ª série / 5º ano) demonstrou que as habilidades de leitura de 1995 a 2011 decresceram, sendo que “[...] o patamar atingido pelos alunos da 4ª série/ 5º ano está abaixo do considerado adequado à consolidação das habilidades de leitura e ao desenvolvimento que permitirá aos alunos continuarem a estudar com bom aproveitamento” (BONAMINO et al, 2006, p. 141), conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Média nacional de proficiência em Língua Portuguesa SAEB/Prova Brasil da 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental – 1995 a 2011



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados retirados do sítio INEP (BRASIL, [2010]).

O Gráfico 1 demonstra uma proficiência média de 185,70 como média nacional em leitura na Língua Portuguesa no ano de 2011, com um decréscimo de 2,6 em relação a 1995; subindo em 6,12 pontos na escala, de 2009 para 2011, saindo do estado crítico e passando para o nível intermediário. Esses dados sinalizam que os estudantes que terminam o ciclo intermediário de alfabetização do Ensino Fundamental (4ª série/5º ano) estão iniciando as habilidades em leitura, mas ainda estão muito longe de entender e aferir informações em textos.

De acordo com os boletins de avaliação do SAEB as habilidades em leitura em Língua Portuguesa são distribuídas em quatro níveis, conforme demonstra o Quadro 2.

Quadro2: Níveis de habilidades de leitura em Língua Portuguesa – SAEB/Prova Brasil

Legenda	Habilidades
Muito Crítico (0 a 125)	Não desenvolveram habilidades de leitura mínima condizentes com quatro anos de escolarização. Não foram alfabetizados adequadamente. Não conseguem responder aos itens da prova.
Crítico (125 a 175)	Não são leitores competentes, leem de forma ainda pouco condizente com a série, construíram o entendimento de frases simples. São leitores ainda no nível primário, decodificam apenas a superfície de narrativas simples e curtas, localizando informações explícitas, dentre outras habilidades.
Intermediário (175 a 250)	Começando a desenvolver as habilidades de leitura, mas próximas do nível exigido para a série. Inferem informações explícitas em textos mais longos; identificam a finalidade de um texto informativo; reconhecem o tema de um texto e a ideia principal e reconhecem os elementos que constroem uma narrativa, tais como o conflito gerador, os personagens e o desfecho do conflito; entre outras habilidades.
Adequado (Acima de 250)	São leitores com nível de compreensão de textos adequados à série. São leitores com habilidades consolidadas. Estabelecem a relação de causa e consequência em textos narrativos mais longos: reconhecem o efeito de sentido decorrentes do uso da pontuação; distinguem efeitos de humor mais sutis; identificam a finalidade de um texto com base em pistas textuais mais elaboradas, depreendem relação de causa e consequência implícitas no texto; além de outras habilidades.

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com dados constantes em BONAMINO et al (2006, p. 143).

Ampliando os dados das avaliações externas, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) indica que grande parte dos alunos que terminam o Ensino Médio não possui competências leitoras adequadas ao término de sua escolaridade (FERNADES, 2007).

O baixo índice de proficiência leitora demonstra que os “indivíduos que não incorporam a prática de leitura não desenvolvem de forma satisfatória as habilidades necessárias ao uso do conhecimento para poder entender, compreender e aprender” (ROSA; ODDONE, 2006, p. 184).

De acordo com as autoras, dentro da nova sociedade da informação fica ainda mais difícil a tarefa de formar um país com uma cultura leitora. Desta forma, as políticas públicas de leitura no Brasil possuem um grande desafio: gerir o conhecimento cultural de forma que todos os brasileiros possam ter acesso, tendo a escola como veículo principal na difusão, formação e gosto pela leitura, uma vez que o livro é “[...] o mais poderoso instrumento do saber jamais inventado pelos homens [...]” (CROPANI, 2004 apud ROSA; ODDONE, 2006, p.184).

O que também tem sido demonstrado nas avaliações é que mesmo depois de muitos investimentos no âmbito educacional (rede física, merenda, livros didáticos, transporte, etc.) outra variável importante são os aspectos sociais e culturais, que influenciam diretamente na aprendizagem. Os bens culturais, como o acesso aos livros, é um deles.

Para que todos tenham acesso a este bem cultural, o Brasil vem utilizando os resultados das avaliações externas como diagnóstico da situação da educação brasileira em seus aspectos quantitativos e qualitativos. Em 1997, foi criado o PNBE com o objetivo de distribuição de livros do MEC, com recursos do FNDE, para compor as bibliotecas escolares. A cada ano o atendimento das políticas públicas leitoras vem sendo ampliado tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo dos acervos enviados às escolas públicas.

Assim, mais aprofundadas sobre a questão do livro e da leitura foram apontadas em diversas pesquisas e debates realizados no Brasil, corroborando com os resultados das avaliações em larga escala. Entre elas se destacam: Retratos da Leitura no Brasil (2001), Mapa do Analfabetismo no Brasil (2003), VII Conferência Iberoamericana de Cultura em Cochabamba, Bolívia (2003), Prêmio VIVALEITURA (BRASIL, 2005), PNBE: Leitura e biblioteca nas escolas públicas brasileiras (2008), todos apontando para um novo desafio na área de leitura, revelado no descompasso entre resultados de proficiência leitora e investimentos realizados ao longo dos anos na disseminação de livros às instituições públicas de ensino.

Os problemas levantados pelas pesquisas e debates juntamente com os resultados apresentados nas avaliações em larga escala quanto ao déficit de proficiência em leitura culminaram no PNLL, que reúne esforços de várias instâncias, públicas e privadas, para consolidar a política nacional de livro e leitura no país.

No ano de 2003 o Brasil tem sua primeira lei de livro e leitura, Lei nº 10.753 (BRASIL, 2003a), de 30 de outubro de 2003, que ainda está em processo de regulamentação, atendendo ao acordo realizado no VII Congresso Ibero-Americano de livro e leitura na cidade de Cochabamba (Bolívia), onde Chefes de Estado e Governo comprometeram-se a somar esforços para efetivar o Plano Ibero-americano de leitura. Em 2006, após vários debates nacionais entre sociedade civil e representantes governamentais, foi instituído o PNLL que tem como elemento de política a pretensão de,

[...] nortear, de forma orgânica, políticas, programas, projetos e ações continuadas desenvolvidos no âmbito de ministérios — em particular os da Cultura e da Educação —, governos estaduais e municipais, empresas públicas e privadas, organizações da sociedade e de voluntários em geral, buscando evitar o caráter por demais assistemático, fragmentário e pulverizado com que se têm implementado essas iniciativas em nosso país, desde, pelo menos, o início do século XIX (MARQUES NETO, 2010, p.31).

Para implantação do PNLL os Ministérios da Educação e da Cultura editaram a Portaria Interministerial nº 1.442 (BRASIL, 2006b), de agosto de 2006, com objetivo de garantir e estruturar o marco legal na criação de instrumentos que facilitem a execução da política (MARQUES NETO, 2010), contribuindo para repensar em políticas públicas nacionais de acesso aos bens culturais de leitura.

Todas estas ações que antecederam o PNLL não deixam dúvidas dos esforços para democratizar a leitura. Porém, a democratização não está garantida somente com a distribuição de livros.

O que se discute neste PAE são políticas que vão além da distribuição, uma vez que o programa PNBE ao longo dos anos tem investido de forma relevante em quantidade e qualidade nas obras enviadas para as escolas, mas “[...] não é a distribuição de acervos que muda as práticas dos professores quanto ao uso dos livros de literatura nas atividades pedagógicas [...]” (BRASIL, 2008, p. 20).

É necessário repensar as políticas que possam viabilizar a utilização das bibliotecas escolares, o aperfeiçoamento da competência técnica dos professores que atuam nas bibliotecas e na formação continuada dos professores nas escolas, para utilizar de forma adequada dos acervos disponibilizados pelo programa.

Mesmo tendo a distribuição de livros na área da formação para professores pelo programa iniciado em 1984, o livro didático como manual de apoio as práticas docentes é o mais utilizado pelos profissionais.

Uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais, solicitada pela Secretaria de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), no ano de 2009 demonstra que o livro didático ainda é o recurso mais utilizado pelos professores, como veículo de textos com planejamento e atividades em sala de aula.

A pesquisa realizada constatou que o crescimento do nível de formação do professor trouxe pequenas mudanças no universo das práticas pedagógicas. Em relação às fontes utilizadas para o

planejamento das aulas, o uso do livro didático continua sendo o recurso mais utilizado. [...] Seja o livro didático do aluno, o manual do professor, livros especializados ou outros livros didáticos, 52,7% dos professores usam essa fonte para o planejamento das aulas. (BROOKE; CUNHA, 2012, p. 143)

Esta prática demonstra o quanto à cultura do livro didático tem valor na sociedade e/ou grupos social. Os primeiros livros de formação para professores nos séculos XVII, XVIII e XIX eram manuais didáticos para ensinar aos alunos as lições. Foram necessários muitos anos para quebrar um paradigma consolidado na profissão docente, apresentando outros aportes teórico-metodológicos que podem e devem subsidiar o planejamento, bem como ampliar os conhecimentos necessários no exercício da profissão.

Durante longos anos o livro ou manual do professor era um instrumento válido para subsidiar as práticas metodológicas de ensino em sala de aula. Com a modernidade, lecionar tornou-se uma prática que depende de pesquisa e reflexão, diante dos novos desafios propostos nas escolas.

O PNBE foi criado no intuito de ampliar os instrumentos de livro e leitura dentro das escolas, além dos livros didáticos. No próximo tópico abordaremos o programa visando sua importância na disseminação de uma cultura leitora por ser o maior programa governamental de distribuição de obras e acervos para compor as bibliotecas escolares.

1.3 PNBE: Entendendo o Programa

O PNBE constitui-se hoje no maior programa governamental de distribuição de livros para bibliotecas escolares no fomento a leitura. (BRASIL, c2012). Foi criado através da Portaria Ministerial nº 584 (BRASIL, 1997), constituído por meio de uma política pública de incentivo à leitura do Ministério da Educação que permanece ativa até os dias atuais, tendo como objetivo fornecer a todas as instituições educacionais públicas da Educação Básica obras literárias e de apoio à prática docente. Possui como objetivo principal “democratizar o acesso às obras de literatura para crianças e jovens, brasileiras e estrangeiras, e a materiais de pesquisa e de referência a professores e alunos das escolas públicas brasileiras” (BRASIL, 2008).

Através do programa são distribuídos: **PNBE Periódicos**, composto de vários títulos de revistas direcionadas à área da educação; **PNBE Temático**, composto de obras literárias, de pesquisa, de referência e outros materiais com componentes curriculares nas áreas específicas do conhecimento; **PNBE do Professor**, composto de livros com fundamentação teórica para subsidiar as práticas docentes.

Ao longo dos anos as ações do PNBE eram realizadas sem padronização, pois a cada administração pública mudavam-se os objetivos do programa, ora atendendo com acervos para compor as bibliotecas escolares, ora enviando livros para acervo pessoal dos alunos ou professores, com critérios de atendimentos diferenciados conforme demonstrando na Tabela 1.

Tabela 1: Dados estatísticos do PNBE no período de 1998 a 2012

Programa		Alunos beneficiados	Escolas beneficiadas	Quant. De livros	Investimento (R\$)
1998	Acervos literários, enciclopédias.	19.247.358	20.000	3.660.000	29.830.886,00
1999	Acervos literários	14.112.285	36.000	3.924,00	24.727.241,00
2000	PCNs, RCNEI	Professores	18.718	3.728.000	15.179.101,00
2001	Literatura em minha casa	8.561.639	139.119	60.923.940	57.638.015,60
2002	Literatura em minha casa	3.841.268	126.692	21.082.880	19.633.632,00
2003 e 2004	Biblioteca Escolar (6º ao 9º ano)	-----	20.021	3.193.632	44.619.529,00
	Literatura em Minha Casa (3ª/ 4ª e 8ª série)	3.449.253	125.194	20.855,750	18.494.879,10
	Literatura em Minha Casa (8ª série /9º ano)	2.969.086	36.685	13.689.320	14.757.086,96
	Palavra da Gente (EJA)	463.134	10.964	3.470.904	2.956.053,24
	Casa da Leitura	Municípios	3.659	6.372.912	6.246.212,00
	Biblioteca do Professor	Professores	724.188	1.451.674	13.769.873,00
2005 (1º ao 5º) Acervos: 306.078		16.990.819	136.389	5.918.966	47.268.337,00
2006 (6º ao 9º)		13.504.906	46.700	7.233.075	45.509.183,56
2007		A partir de 2007, foi mudada a nomenclatura do PNBE. Até 2006, o nome do programa se referia ao ano de aquisição. Em 2007, passou a referir-se ao ano de atendimento.			
2008	Ed. Infantil	5.065.686	85.179	1.948.140	9.044.930,30
	Ensino Fund.	16.430.000	127.661	3.216.600	17.336.024,72
	Ens. Médio	7.788.593	17.049	3.437.192	38.902.804,48
2009	Ensino Fund.	12.949.350	49.516	7.360.973	47.347.807,62
	Ens. Médio	7.240.200	17.419	3.028.298	27.099.776,68
	Vocabulário Ortográfico	35.563.761	137.968	204.220	3.051.046,80

(Continua)

(Tabela 1: Continuação)

2010	Ed. Infantil	4.993	86.379	3.390.050	12.161.043,13
	Ens. Fund.	122.742	5.798.801	234.295	29.563.069,56
	EJA	4.153.097	39.696	1.471.850	7.042.583,76
	Ens. Fund. EJA	122.742	5.798.801	234.295	29.563.069,56
		4.153.097	39.696	1.471.850	
		Ens. Médio	11.875	258.030	
	PNBE Professor	-----	140.131	6.983.131	59.019.172
Periódicos	-----	143.773	11.530.430	29.060.529	
2011	Ens. Fund.	12.780.396	50.502	3.861.782	44.906.480,00
	Ens. Médio	7.312.562	18.501	1.723.632	25.905.608,00
	Periódicos	-----	143.773	11.530.430	31.150.900,98
2012	Ed. Infantil	3.581.787	86.088	3.485.200	24.625.902,91
	Ens. Fund. L	14.565.893	115.344	5.574.400	45.955.469,82
	EJA	4.157.721	38.769	1.425.753	11.216.573,38

PCNs e RCNEI – Parâmetros Curriculares Nacionais e Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados retirados do site do FNDE (BRASIL, c2012).

Como pode ser observado, o programa PNBE inicia a distribuição de livros para as bibliotecas escolares atendendo a um pequeno número de alunos, ampliando o quantitativo de livros e investimentos.

Nascido com a finalidade de dotar os estabelecimentos públicos de ensino com acervos para as bibliotecas das escolas, em meio do percurso o Programa destinou os investimentos para coleções pessoais recebidas por poucos estudantes no universo de matrículas, de definição do Ministério, e praticamente manteve-se como tal – um grande programa de distribuição de livros, sem apoio de projetos de formação continuada de professores que tivesse o objetivo de repensar a formação de leitores pelas escolas públicas brasileiras. (BRASIL, 2008, p.14)

Nas ações mostradas na Tabela 1 podemos verificar que a distribuição tem sido a cada ano mais eficaz, universalizando o atendimento aos acervos de literatura proposto pelo programa. Porém, de acordo com Paiva A. (2012), não há políticas claras de formação de leitores e nem investimento em curso para formação de mediadores de leitura.

[...] uma política efetiva de formação de leitores continua a merecer, entre nós, uma reflexão profunda e que certamente esteve na base, em maior ou menor grau, de todas as políticas de promoção de leitura desenvolvidas até o momento. Raramente, em nossas pesquisas sobre acervos de bibliotecas escolares, a recepção e o uso de livros de literatura distribuídos pelos programas de incentivo à leitura são significativos. Essa omissão precisa ser enfrentada, já que

o governo é – por meio do FNDE – o responsável pelo maior volume de compras de livros e materiais didáticos do país. (PAIVA, A., 2012, p. 7)

Dando continuidade ao processo, o FNDE, com recursos do Orçamento Geral da União e a arrecadação do salário educação, amplia a distribuição de fomento à leitura para além do livro didático com exemplares de livros literários, paradidáticos e técnico-científicos registrados no PNBE.

A leitura, como prática sociocultural deve estar inserida em um conjunto de ações sociais e culturais e não exclusivamente escolarizadas, entendida como prática restrita ao ambiente escolar. Portanto, pensar políticas de leitura extrapola o âmbito da escola - como locus e como função -, mas evidentemente não pode prescindir dela, por sê-la, ainda, a instituição de reconhecimento e, muitas vezes, o primeiro contato da criança com práticas de leitura e escrita verbalizadas. (BRASIL, 2008, p. 27)

A partir de 2007 o PNBE inicia uma nova fase. Com a universalização do ensino consolidada e mediante a PNLL, em parceria com o MEC, o atendimento estende-se a todas as escolas cadastradas no Censo Escolar, ampliando a distribuição e redesenhando suas ações. Em 2009 é alterada a organização e execução do programa, de forma a atender ao PNLL, pela Resolução CD/FNDE, nº 07, de 20 de março de 2009, onde fica estabelecido, no art. 1º:

Regulamentar a execução do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), para prover as escolas de ensino público das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, no âmbito da educação infantil (creches e pré-escolas), do ensino fundamental, do ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA), com o fornecimento de obras e demais materiais de apoio à prática da educação básica, de acordo com o Anexo desta Resolução. (BRASIL, 2009)

No Anexo da Resolução fica estabelecido o atendimento por biênio, ocorrendo no período 2009/2010 a distribuição para Educação Infantil (creche e pré-escola), Ensino Fundamental (séries/anos iniciais) e Educação de Jovens e Adultos (EJA), e em 2010/2011 para o Ensino Fundamental (anos finais), Ensino Médio e assim sucessiva e alternadamente nos anos seguintes.

Com o objetivo de compor as bibliotecas escolares, atualmente são distribuídos às escolas por meio do programa: obras de literatura, obras de

referência, obras de pesquisa, PNBE Periódicos, PNBE Temático e PNBE do Professor. Este último, o PNBE do professor, em 2010 universalizou o atendimento a todos os professores da Educação Básica, aos professores que atuam na EJA e professores que trabalham com Atendimento Educacional Especializado (AEE). Como tema central dessa dissertação, será abordado no próximo tópico o PNBE do professor como política de livros voltada para os professores.

1.4 PNBE do Professor

O PNBE do professor foi criado em 1994 com aquisição e distribuição de acervos bibliográficos e a produção e difusão de materiais destinados à capacitação do trabalho docente. Este programa destinava-se a formação de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental. Com a proposta de atendimento a todos os professores da Educação Básica, EJA e AEE, este programa é incorporado às ações do PNBE em 1997, demonstrado no Quadro 1.

Após a incorporação do PNBE do professor como ação do PNBE, em 1997, somente três ações direcionadas à formação continuada dos professores ocorrem. A primeira, em 2000, com o envio para os professores dos anos iniciais das obras: Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1ª a 8ª series; Parâmetros em Ação – Curso de Formação Continuada, a Ética e Cidadania no Convívio Escolar – Uma Proposta de Trabalho; Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI); Referencial Nacional para a Educação Indígena e a Proposta Curricular para a EJA.

A segunda distribuição ocorreu em 2003 e 2004 e foram enviadas obras para uso pessoal dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Cada professor podia escolher dois livros pela internet, “a partir de uma lista de 144 títulos da Biblioteca Escolar, contendo livros de ficção e de não ficção, com ênfase na formação histórica, econômica e política do Brasil” (BRASIL, 2012c, s/p).

Em 2010 o programa atingiu os objetivos propostos de universalização no atendimento para formação de professores, sendo contemplados, no primeiro atendimento, todos os professores da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Inclusiva e EJA.

O MEC/FNDE, com a universalização, atende aos quatro eixos que estruturam o PNLL: (I) Democratização do acesso; (II) Fomento à leitura e à formação de mediadores; (III) Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico; (IV) Desenvolvimento da economia do livro.

O PNBE do professor está norteado no eixo II, levando em conta que a “leitura tem papel central em todas as dimensões” (HADDAD, 2010, p. 28), tendo o professor como principal articulador dentro da escola na consolidação das políticas de livro e leitura. “Há muitos desafios: a formação de professor deve promover o gosto e o hábito pela leitura literária, de tal maneira que todos os nossos professores sejam leitores habituais” (HADDAD, 2010, p. 28).

Embora os investimentos na formação do professor tenham iniciado tardiamente, o aperfeiçoamento desse profissional é uma necessidade primordial para efetuar mudanças qualitativas no âmbito educacional. As novas exigências mundiais requerem um profissional capaz de ensinar “o gosto de aprender” (DELORS et al, 1998), com altas habilidades em leitura e escrita, de forma crítica e com inserção social, para aprender por toda a vida. O profissional da educação não pode ficar restrito aos livros didáticos, necessita de atualizações periódicas, preparando suas aulas com fundamentação teórica consistente, adquirindo confiança em seu trabalho.

Toda e qualquer proposta de Educação de qualidade, democrática, que promova a cidadania e a equidade, passa pelo enfrentamento da promoção de formação diferenciada para os professores. Dado o papel imprescindível exercido por esses profissionais para a efetividade das políticas públicas educacionais, a formação de professores assume posição ímpar, enquanto essência de um projeto de desenvolvimento da Educação no País que ultrapasse os horizontes postos por uma visão tradicional de escolarização. (TELES; MENDONÇA, 2007, p. 11)

A importância do programa para as escolas públicas brasileiras é fator primordial ao atendimento de um país que necessita “enfrentar a problemática de extrema desigualdade social existente no Brasil” (BRASIL, 2008, p. 21). No que tange à leitura, necessita repensar o papel do professor como protagonista das ações educacionais.

A partir destas constatações, o PNBE do professor para a formação leitora em 2010 atingiu todos os professores da Educação Básica, com acervos distribuídos de

154 títulos enviados às escolas por categorias: anos iniciais do Ensino Fundamental (52 títulos); anos finais do Ensino Fundamental (40 títulos); Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (45 títulos); anos iniciais e finais da Educação de Jovens e Adultos (17 títulos), totalizando 6.983.131 tiragens, com um investimento total de R\$ 48.743.426,18.

Foram adquiridas 154 obras para compor o acervo enviado a cada escola em 2010 pelo PNBE do professor, atendendo a 140.131 escolas brasileiras. Os títulos específicos para os anos iniciais, necessários para o desenvolvimento das habilidades e competências que os alunos precisam consolidar para adentrar nos anos finais do Ensino Fundamental, constituíram 52 títulos, com 71.386 tiragens, contemplando todos os conteúdos, apresentado no Quadro 3.

Quadro 3: Obras adquiridas pelo FNDE/PNBE do professor 2010 (anos Iniciais)

Títulos
Biblioteca Escolar e práticas educativas – o mediador em formação
A criança de seis anos no Ensino Fundamental
A escrita infantil – o caminho da construção
Alfabetização e Letramento na sala de aula
Alfabetização e linguística
Alfabetização linguística – da teoria à prática
Alfabetização, leitura e escrita – Formação de professores em curso
Da escola para casa: alfabetização
Falar, ler e escrever em sala de aula – do período pós-alfabetização ao 5º ano
Guia prático do alfabetizador
Integração de criança de 6 anos ao Ensino Fundamental
Literatura e Alfabetização – Do plano ao choro ao plano da ação
Literatura infantil brasileira: um guia para professores e promotores de leitura
A aventura do teatro e como fazer teatrinho de bonecos
Nas arte-manhas do imaginário infantil
O ensino da música no Ensino Fundamental
O uso dos jogos teatrais na educação: possibilidades diante do fracasso escolar
Teoria e Prática do Ensino da Arte – a língua do mundo
Ciências: fácil ou difícil?
Meio Ambiente: do conhecimento cotidiano ao científico
Um olhar comprometido com o ensino de Ciências
Educação Psicomotora – A Psicocinética na idade escolar
Jogos educativos: estrutura e organização da prática
Prática de ensino em Educação Física – criança em movimento
Trabalhando com jogos cooperativos
Ensino de Geografia: práticas e textualização no cotidiano
Geografia no ensino básico – questões e propostas
Geografia no Ensino Fundamental
O espaço geográfico – ensino e representações
Ensino de História e experiência – O tempo vivido
Fazer e ensinar História
O ensino de História – um processo de construção permanente
O ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental- metodologias e conceitos

(Continua)

(Quadro 3: Continuação)

Confusão de línguas na literatura: o que o adulto escreve, a criança lê
Estratégias de Leitura 6ed.
Leitura nas séries iniciais – Uma proposta para a formação de leitores de literatura
Literatura infantil: múltiplas linguagens na formação de leitores
Literatura infantil: teoria, análise, didática
Literatura na formação de leitores e professores
Oralidade, escrita e papéis sociais na infância
Ortografia: Ensinar e aprender
Tijolo por tijolo – prática de ensino de Língua Portuguesa
A Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental – tecendo fios do ensinar e aprender
Cadernos do Mathema – Ensino Fundamental – Jogos de Matemática de 1 a 5 anos
Desenvolvimento de competências matemáticas com recursos lúdicos manipulativos
Desenvolvimento Matemático na criança – Explorado Notações
Educação matemática 1: números e operações numéricas
Ensinar Matemática – desafios e possibilidades
Formulação e Resolução de Problemas de matemática – teoria e prática
Mundo das ideias – jogando com a matemática: números e operações
O ensino de Geometria na escola fundamental – três questões para a formação do professor dos ciclos iniciais
Teoria e Prática de Matemática: como dois e dois
Total de Obras:52 Tiragem: 71.386 Valor Total: R\$ 24.730.965,84

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os dados do FNDE (BRASIL, c2012).

Com base nos dados apresentados podemos observar que as obras direcionadas aos saberes pedagógicos que foram enviadas são de fundamental importância para a formação continuada dos professores no que tange ao aprender a ensinar, porém,

[...] o fato de existirem recentemente acervos literários e obras de referência na cultura escolar não muda por si só as práticas privadas e, de certa forma, autoritárias, ainda encontradas entre gestores e professores, que devem realizar, com liberdade e espírito público, um trabalho qualificado com os títulos literários, questionando pensamentos circulantes na cultura vigente de “os alunos estragam os livros”, como se estes não merecessem o que lhes é destinado. (BRASIL, 2008, p. 21)

Essa cultura escolar não perpassa somente o empréstimo aos alunos. Os professores também possuem dificuldade em trabalhar com os acervos, conforme demonstrado na pesquisa de Andréa Berenblum e Jane Paiva solicitada pelo MEC, intitulado **Programa Nacional Biblioteca da Escola [PNBE]: leitura e biblioteca nas escolas públicas brasileiras**. A pesquisa demonstra que ainda há uma “ausência quase total de formação que permita a esses profissionais refletir sobre sua prática pedagógica e discutir diferentes concepções de linguagem, leitura e escrita [...]” (BRASIL, 2008, p. 21-22).

Essa ausência demonstra a falta de um projeto político pedagógico articulado pela escola e ou pelos sistemas de educação na capacitação continuada dos professores que possibilite o acesso aos materiais enviados pelo programa, vencendo os “limites de aproveitamento do material disponível e a angústia dos professores, pela falta de tempo para exercitar a própria leitura” (BRASIL, 2008, p. 22).

A escola é a instituição em que a maioria das crianças tem pela primeira vez o acesso e o contato com os livros. A política de distribuição tem atingido praticamente todas as escolas públicas brasileiras. Mas também é o professor o principal articulador para promoção da conquista de transformar seus alunos em leitores potenciais (MARQUES NETO, 2010; PAIVA, A., 2012).

Com as novas responsabilidades que vem somando-se ao fazer pedagógico, as avaliações externas contribuem para verificar como estão nossos alunos nas proficiências leitoras, mesmo sabendo que outros fatores interferem indiretamente nos resultados apresentados nas avaliações externas do SAEB e do PISA, elas sinalizam o que necessita melhorar no ensino brasileiro, por consequência, o que necessita ser realizado como política pública na formação continuada dos professores como leitores também.

A distribuição necessita de uma política de utilização e formação continuada dentro das escolas que leve os professores a pensar sobre sua própria prática, conforme demonstrado nas pesquisas de Ambrosetti e Ribeiro (2005) que colocam a escola como espaço privilegiado no “contexto do exercício profissional e da construção dos saberes dos professores”. As autoras ainda completam que

[...] os professores estabelecem uma relação com os saberes de utilização integrada no trabalho, em função de vários objetivos que procuram atingir simultaneamente, ou seja, os saberes profissionais dos professores são construídos e utilizados em função de uma situação de trabalho particular e não em função de seu potencial de transferência e de generalização. Eles estão relacionados a uma necessidade profissional. Podemos então dizer que a prática docente representa importante fonte de aprendizagem e é nela que os outros tipos de saberes são validados, inclusive os da formação inicial e continuada. (TARDIF, 2000apud AMBROSETTI; RIBEIRO, 2005, p.43)

São necessárias ações que modifiquem as práticas pedagógicas e o repensar no papel da instituição de ensino no novo contexto cultural da pós-modernidade que

traz mudanças significativas nas formas de organização do trabalho, sendo o conhecimento uma necessidade permanente e necessária na busca da própria formação docente. Segundo Xavier (2010) o que falta é uma utilização efetiva das políticas públicas leitoras para tornar a cultura de leitores no país um fato, e não somente um ato, atingindo um grau de excelência nos patamares de proficiência das competências leitora medidas nas avaliações externas.

Com todos os debates realizados no Brasil, mostrando que somente a distribuição de livros não é suficiente para tornar o país leitor, em 2010 foi sancionada a Lei 12.244 (BRASIL, 2010), que prevê a universalização das bibliotecas escolares como parte integrante das escolas e como espaço de mediação de leitura.

Portanto, para falar do programa PNBE do professor 2010, é necessário apresentar a importância do espaço que ocupa a biblioteca escolar neste processo de “[...] desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura [...]” (BRASIL, 1996, art. 32), principalmente por parte de quem ensina. Este tema será tratado no Capítulo 2 por ser a biblioteca escolar parte integrante do processo educativo, o local de armazenamento dos livros, disseminação das informações e espaço que pode ser apropriado pela escola em vivências e aprendizagens interpessoais do corpo docente. Desta maneira, apresentaremos no próximo tópico a estrutura da rede estadual de ensino e as duas escolas pesquisadas.

1.5 A SER/GV e as Escolas Estaduais

A SRE/GV pertence ao sistema de ensino da SEE/MG. Com sede na cidade de Governador Valadares. É um órgão executivo que tem por “finalidade exercer em nível regional, a administração da política educacional do Estado de Minas Gerais, com ações de supervisão técnica, orientação normativa, garantindo a formação de qualidade em todos os níveis e etapas de ensino” (MINAS, 2011). Existem três diretorias responsáveis pela execução das políticas públicas estaduais na educação conforme apresentado o organograma apresentado no organograma a seguir:

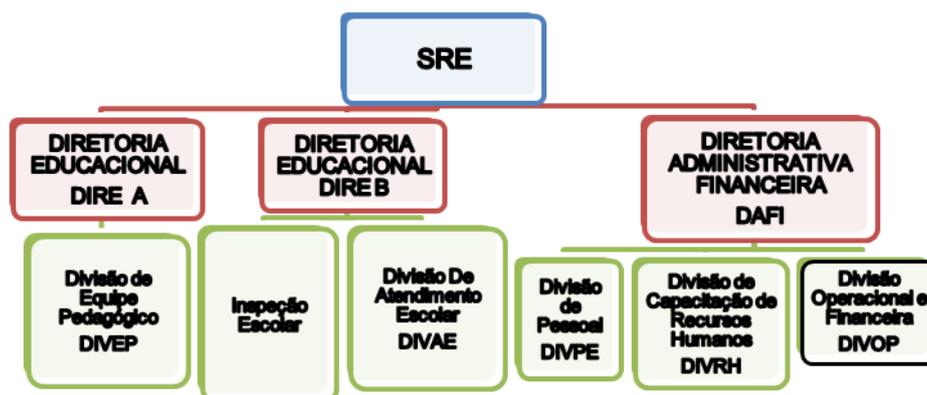


Figura 1: Organograma da SRE/GV

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados retirados do Decreto 45.849 (MINAS, 2011).

Em sua estrutura vigente, a Divisão Educacional para Superintendências de grande porte, aquelas que atendem mais de 20 municípios, possuem duas Diretorias Educacionais, “A” e “B”, ambas responsáveis diretamente pelo trabalho de campo nas escolas. A Diretoria “A” com a equipe pedagógica e a Diretoria “B” com o serviço de inspeção escolar.

A Diretoria “A”, responsável pela Divisão Pedagógica, tem como objetivo orientar as escolas sob a jurisdição da Superintendência Regional de Ensino no planejamento e desenvolvimento das ações que visam à melhoria do ensino. A Divisão de Equipe Pedagógica, desde 2008, possui como projeto principal o Programa de Intervenção Pedagógica (PIP) desenvolvido pela SEE.

O PIP se divide em duas equipes: a equipe do PIP/ATC trabalha diretamente com os anos iniciais do Ensino Fundamental e tem por finalidade garantir que toda criança esteja lendo e escrevendo até 8 anos de idade e que seja ampliado o letramento e consolidada a alfabetização até o 5º ano do Ensino Fundamental (MINAS GERAIS, 2008); e a equipe Currículos Básicos Comuns (PIP/CBC), implantada em 2011, que trabalha diretamente com os anos finais do Ensino Fundamental, com a finalidade de garantir a aprendizagem dos alunos nesta etapa, bem como diagnosticar os alunos que estão com distorção idade/série.

As duas equipes trabalham com o monitoramento direto das escolas junto aos gestores, especialistas da educação (Supervisores e Orientadores) e professores, em parceria com a equipe de Inspeção Escolar. Além do monitoramento do PIP temos analistas que estão à frente dos projetos da SEE/MG, como o Programa

Escola de Tempo Integral (PROETI), Reserva Técnica do Livro Didático, AEE, Educação Indígena, Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Educação Sexual (PEAS), Avaliações Externas e outros que fazem parte diretamente das ações com os alunos.

A Diretoria “B”, responsável pelo trabalho com a Inspeção Escolar, Divisão de Atendimento Escolar, está diretamente ligada à parte administrativa da escola, em busca da melhoria das condições de atendimento à demanda, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, visando à universalização da oferta.

A Diretoria de Administração e Finanças (DAFI) possui as seguintes divisões: Divisão de Capacitação de Recursos Humanos (DIVRH), que promove ações de capacitação e desenvolvimento de pessoal da educação no âmbito da jurisdição (esta divisão, até o ano de 2011, pertencia à Diretoria Educacional, passando em 2012 para DAFI); Divisão de Pessoal (DIVPE), que orienta e promove a administração de pessoal no âmbito regional, de acordo com a política educacional da SEE; e a Divisão Operacional e Financeira (DIVOF), que tem como finalidade programar, coordenar, acompanhar, avaliar e executar as atividades orçamentárias, financeiras e administrativas no âmbito regional (MINAS, 2011).

A jurisdição da SRE/GV é responsável por 40 municípios com 134 escolas estaduais, 300 escolas municipais e 100 escolas particulares, no total de 534 estabelecimentos que atendem desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Das 134 escolas estaduais sob a jurisdição da SRE/GV, distribuídas em 40 municípios, 78 escolas atendem o ensino fundamental anos iniciais.

As escolas que atendem aos anos iniciais recebem os alunos de seis anos para o 1º ano do Ciclo de Alfabetização do Ensino Fundamental, sem terem frequentado a Educação Infantil, mediante os 39 municípios não possuem sistema próprio de ensino e a rede municipal do município de Governador Valadares (sede) ter garantido somente 40% das vagas no ano de 2011 para essa modalidade de ensino, segundo dados do Cadastro Escolar do Município (SRE/GV, SEDINE, 2012).

Como a Superintendência Regional de Ensino está inserida no contexto de Minas Gerais os resultados das avaliações externas são instrumentos utilizados para aperfeiçoar o atendimento, bem como para gerar novas ações que necessitam ser implementadas a fim de melhorar a qualidade das escolas sob sua responsabilidade.

Em 1990 o Estado de Minas Gerais, assim como outros estados brasileiros, foi pioneiro em instituir um processo de avaliação externa ao seu sistema de ensino.

Com o objetivo de produzir um maior número de informações e subsidiar a formulação de políticas públicas para o estado, reestruturou o programa de avaliação no ano de 2000, hoje conhecido como SIMAVE, que possui três modalidades de avaliação:

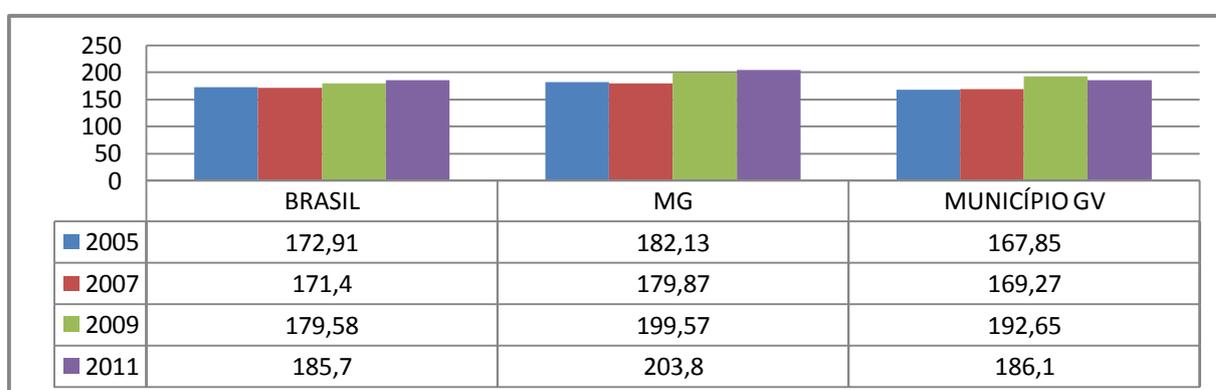
A primeira é a avaliação interna da escola, por meio do Programa de **Avaliação da Aprendizagem Escolar – PAEE**, direcionadas aos alunos do 1º ano do ensino médio, realizada no início do ano, como diagnóstica, ao longo do ano, de forma contínua e no final para verificação da aprendizagem final e utilização de seus dados no planejamento da escola.

A segunda modalidade é a avaliação externa do sistema de ensino, através do **Programa de Avaliação da Alfabetização – PROALFA**, realizada de forma censitária aos alunos do 3º ano, e o Programa de **Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB**, também de forma censitária, com os alunos do 5º ano, 9º ano e 3º ano do ensino médio. (MINAS GERAIS, 2010, p.13, grifo nosso)

A escala de proficiência do PROALFA é diferente em seus intervalos com relação à do SAEB/Prova Brasil e do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB) do 5º ano, mas é possível uma comparação pela indicação de proficiência média alcançada pela SRE/GV em relação ao posicionamento do desempenho baixo, intermediário ou recomendável.

Os dados do SAEB/Prova Brasil, a nível nacional, que tem sua aplicação nos anos ímpares, mostra que apesar do Estado de Minas Gerais está acima da média nacional, ainda não se encontra no nível recomendável de leitura no término da 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental, conforme demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 2: Comparativo da Proficiência SAEB/Prova Brasil – Nacional/MG/Município de GV



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados retirados do sitio INEP (BRASIL, [2010]).

De acordo com o gráfico acima, o índice de proficiência no município de Governador Valadares tem um aumento gradativo ao longo dos anos, maior do que a média nacional e menor do que a média do estado; ainda assim os alunos estão entrando no nível intermediário (175 a 250) no ano de 2011, o que demonstra um nível inicial no desenvolvimento das habilidades de leitura, conforme demonstrado no Quadro 2.

A escala do PROALFA possui um intervalo de 0 a 1000. “Esses Padrões proporcionam uma interpretação pedagógica das habilidades desenvolvidas pelos alunos e oferecem à escola o entendimento a respeito do nível em que eles se encontram” (MINAS, 2011c, p.19). Assim, a cada intervalo é possível verificar as habilidades e competências que os alunos já conseguiram consolidar. No 3º ano os níveis são distribuídos conforme demonstrado no Quadro 4.

Quadro 4: Proficiências e Habilidades no PROALFA

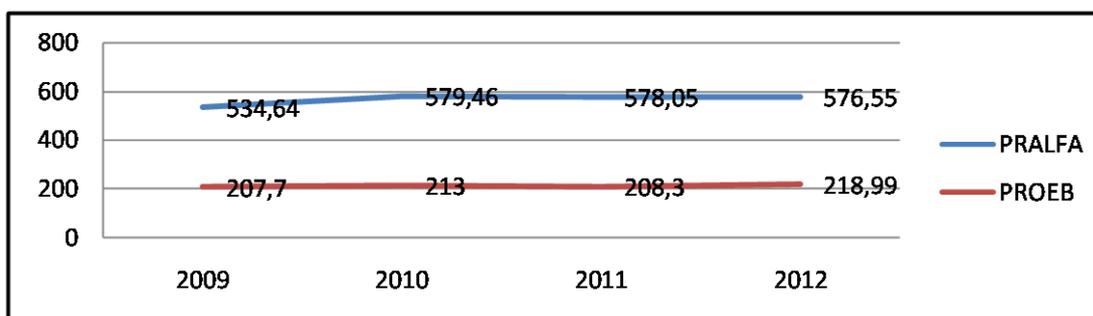
Proficiências	Habilidades
Abaixo de 450	Neste nível os alunos leem apenas palavras. São posicionados na escala com baixo desempenho esperado para o final do 3º ano de escolaridade.
De 450 a 500	Neste nível os alunos leem frases e pequenos textos. São posicionados na escala com nível intermediário.
Acima de 500	Neste nível os alunos leem frases e pequenos textos e começam a desenvolver habilidades de identificação do gênero, do assunto e da finalidade de textos. Trata-se de habilidades ainda não consolidadas, mas iniciadas.

Fonte: Boletim Pedagógico do PROALFA (MINAS, 2011c).

No PROALFA a média de proficiência alcançada no 3º ano de escolaridade na SRE/GV no ano de 2012 foi de 576,55. Está no intervalo da escala de proficiência no nível recomendável.

No PROEB/5º ano a média alcançada foi de 218,99. A escala da avaliação do PROEB vai de 0 a 500 e está distribuída na seguinte ordem de proficiência e habilidade: até 175, Baixo desempenho; de 175 a 225, desempenho intermediário e acima e 225, desempenho recomendável. A média é calculada com o somatório do resultado das 78 escolas estaduais que atendem os anos iniciais da jurisdição da SRE/GV

Gráfico 3: Proficiência Média do PROALFA e PROEB - SRE/GV



Fonte: Elaborado pela autora mediante dados da Revista SIMAVE (MINAS, 2012).

O gráfico demonstra que houve um aumento significativo do ano de 2009 para o ano de 2010 no PROALFA/3º ano de escolaridade, porém ao longo dos últimos três anos, não há mudança no intervalo da escala. Nossos alunos, neste intervalo, demonstram que a meta estabelecida em Minas Gerais desde o ano de 2006, com a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos está garantida por meio da meta “Toda criança lendo e escrevendo aos oito anos de idade” (MINAS GERAIS, 2004, p.07). Mas as habilidades de leitura necessitam ser ampliadas “a fim de que as capacidades de leitura esperadas para o final dos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental de nove anos sejam apreendidas pelos alunos” (MINAS, 2011c, p. 36).

Na avaliação do PROEB/5º ano, estamos abaixo de 225, isto é, no nível intermediário, demonstrando que os alunos possuem indícios de:

[...] apropriação de elementos que estruturam o texto, manifestada em operação de retomada de informações por meio de pronomes pessoais retos, por substituição lexical e por reconhecimento de relações lógico-discursivas no texto, marcadas por advérbios e locuções adverbiais e por marcadores de causa e consequência. (MINAS, 2011c, p. 44)

As análises longitudinais de 2009 a 2012 do PROEB demonstram também que nossos alunos não estão avançando muito. A escala do PROEB é construída no intervalo de 25 pontos, porém a SRE/GV, nos últimos 4 anos, continua dentro do mesmo intervalo da escala, de 200 a 225, não progredindo nos resultados alcançados, inclusive regredindo no ano de 2011 em relação ao resultado de 2010. (MINAS, 2011)

De acordo com o artigo intitulado **Como formar um leitor Proficiente**, publicado na Revista Pedagógica das análises do PROEB 2011 de Língua

Portuguesa, os dados do SAEB e do PROEB apresentam que apesar do avanço no desempenho dos alunos em leitura nos últimos anos “[...] parcelas significativas do alunado permanecem em níveis de proficiência aquém dos esperados para a etapa de escolaridade [...]” (MINAS, 2011d, p. 33). O artigo aborda várias estratégias que as escolas devem utilizar para ampliar a leitura, mostrando “caminhos para ensinar a ler”, mas também enfatiza o papel do professor.

Esse tipo de trabalho, contudo, só é possível se houver uma preocupação e uma ênfase no letramento do professor: também ele deve ampliar seu conhecimento geral e específico da área na qual atua. Além disso, é fundamental que saibamos, com clareza, as estratégias necessárias para ensinar a ler. (MINAS, 2011d, p. 34)

Esta análise nos instiga a repensar as ações ao nível das Superintendências, que possuem autonomia para gerenciar projetos e que podem subsidiar ações relevantes, servindo de modelo para outras regionais e/ou para a própria SEE/MG.

Com a implantação do PNLL “a leitura e a escrita devem ser consideradas base em processo de formulação de políticas públicas de educação e cultura dos governos em todos os níveis e modalidades de ensino e de administração [...]” (MARQUES NETO, 2010, p.47). A Superintendência Regional, como órgão executivo, pode e deve colaborar para o sucesso do PNLL na formação dos professores como mediadores e leitores em potencial.

1.5.1 O PNBE do Professor na SRE de Governador Valadares

Os resultados da Superintendência Regional de Ensino de Governador Valadares e das escolas pesquisadas estão dentro das metas estipuladas pela Secretaria de Estado de Minas Gerais: “Todas as crianças lendo e escrevendo até os 8 anos de idade” (MINAS, 2004, p.7). Mas a ampliação da leitura necessita ser trabalhada nas escolas para melhorar o nível de proficiência dos alunos que terminam o 5º ano.

O PNBE do professor é uma política pública em nível federal, uma ação dentro do programa de distribuição de livros, sendo distribuídos seus acervos

diretamente para as escolas, em parceria com a Empresa Brasileira de Correios. Não há uma política pública do Estado de Minas Gerais específica para utilização do acervo enviado para as escolas, nem monitoramento. Cada escola é responsável pelo patrimônio enviado e a gestão fica a cargo dos diretores com liberdade de administração.

A Superintendência Regional de Ensino também não possui informações das entregas realizadas nas escolas e nem do quantitativo enviado. A entrega é feita diretamente às escolas pelo MEC/FNDE, em parceria com os correios.

A distribuição de livros é uma medida essencial para melhorar a leitura, contudo, somente ela não é suficiente para ampliar o acesso e a leitura das crianças e dos professores. Há uma deficiência na distribuição dos acervos pelo programa até as estantes das escolas e essa lacuna necessita de incentivos para que seja realizada a efetiva utilização dos recursos recebidos.

Algumas ações estão sendo implementadas conforme demonstrado neste trabalho pelo PNLL. Uma ação que se destaca é o Programa Pacto pela Alfabetização na Idade Certa, do governo federal, que teve adesão do estado de Minas Gerais, com todas as Superintendências Regionais de Ensino participando ativamente. Neste programa os professores alfabetizadores são prioridades nacionais e

Para exercer sua função de forma plena é preciso ter clareza do que ensina e como ensina. Para isso, não basta ser um reprodutor de métodos que objetivem apenas o domínio de um código linguístico. É preciso ter clareza sobre qual concepção de alfabetização está subjacente à sua prática. (BRASIL, 2012b, p.27)

O programa utiliza os materiais distribuídos pelo MEC durante a formação e/ou os que já estiverem disponíveis nas escolas. Os livros do PNBE do professor são alguns dos materiais que estão sendo divulgados e utilizados na formação. Porém a formação está direcionada somente aos professores alfabetizadores. O PNBE do professor 2010 contemplou todas as áreas do conhecimento e todas as etapas da Educação Básica.

A forma de distribuição do programa diretamente nas escolas pelos correios, não parece favorecer uma política de utilização dos acervos na SRE/GV e nas escolas estaduais da sede.

Para conhecer como foram recebidos, divulgados e apropriados pelas escolas da SRE/GV, foi enviado às 78 escolas que atendem aos anos iniciais, questionário online respondido pelos diretores das referidas escolas, com a finalidade de obter dados para aprofundar o estudo de caso. Todas as 78 escolas estão cadastradas no Censo Escolar e recebem os livros do programa PNBE.

Além do questionário enviado às 78 escolas, duas foram escolhidas como amostra para se conhecer o cotidiano da gestão na apropriação do programa PNBE do professor.

1.5.2 Escola Estadual “A”

Situada em um bairro distante do centro de Governador Valadares, a Escola Estadual “A” recebe alunos do próprio bairro, atende mais de 1600 alunos do Ensino Fundamental e Médio distribuídos nos três turnos. Suas características de atendimento são iguais à maioria das escolas estaduais do município de Governador Valadares: escolas de grande porte, atendendo dos anos iniciais do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, alunos de nível socioeconômico heterogêneo. No Quadro 5 apresentamos a distribuição dos alunos por ano de escolaridade.

Quadro5: Distribuição de atendimento da escola “A”

	Ensino Fundamental		Ensino Médio	EJA	Total
	Anos iniciais	Anos finais			
Total de alunos	215	158	575	259	1625
Total de turmas	15	12	12	06	45

Fonte: Elaborado pela autora mediante dados retirados do PPP da escola “A”.

Para atender ao quantitativo de alunos apresentados no Quadro 5, o número de funcionários também é representativo, conforme demonstrado no Quadro 6.

Quadro 6: Distribuição dos funcionários da escola “A”

	Cargo	Quantidade
Gestores	Diretor(a)	01
	Vice-Diretor(a)	03
	Especialistas	06

Quadro Magistério	Professores Regentes	66
	Professores Eventuais	04
	Professor de Uso da Biblioteca	03

(Continua)

(Quadro 6: Continuação)

Quadro Administrativo	Secretaria	15
	Aux. Serviços Gerais	27
Total de Funcionários		128

Fonte: Elaborado pela autora mediante dados retirados do PPP da escola "A".

O prédio escolar possui um amplo espaço e vários setores para atendimento. São dois blocos divididos em dois andares destinados às salas de aula e à diretoria, com 18 salas de aula, de aproximadamente 45 m², sendo que duas foram construídas fora do padrão para guardar material e atualmente passaram a ser usadas como salas de aula, não possuindo ventilação adequada; além disso, possui uma ampla secretaria, dividida em sala de atendimento, sala de fotocópia e almoxarifado, sala de direção, sala das especialistas, biblioteca, sala de professores, cantina, quadra coberta, banheiros e área livre ao redor da escola.

A biblioteca da escola é ampla, arejada, com mesas circulares, dispostas na sala de forma a atender 25 alunos. A escola atende aos anos iniciais no período vespertino. O profissional que atua é professor para ensino do uso da biblioteca e muitas vezes, pelo tamanho da escola, necessita ir para sala de aula atuar como professor eventual, ou seja, substituir professores que faltam. Quase sempre está em sala de aula ou trabalhando com intervenção pedagógica (reforço escolar) com os alunos que estão com defasagem de aprendizagem.

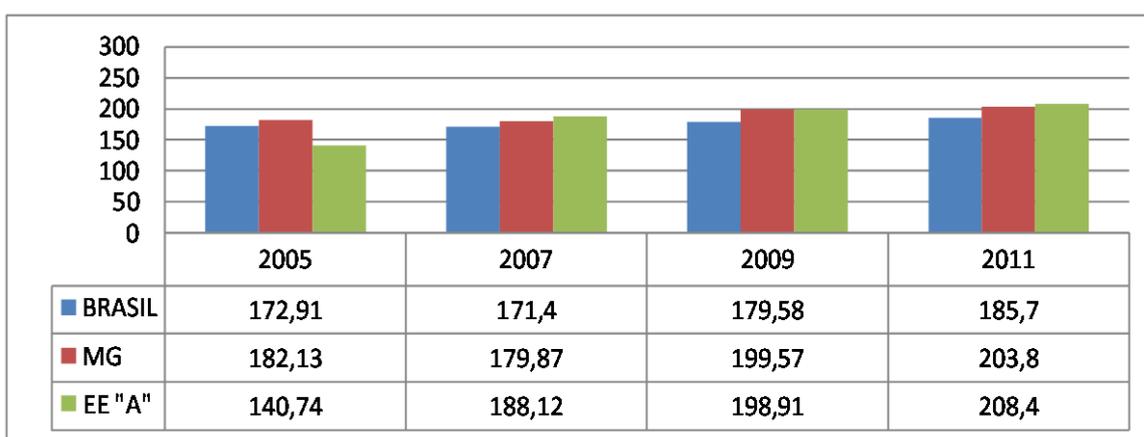
Uma grande parte do acervo da biblioteca foi perdida por motivo de enchentes constantes. O que chama a atenção é que, por motivos de enchente, o laboratório de informática e a sala com documentos de alunos, funcionários e prestação de contas ficam em salas do 2º pavimento. Não se pensou em passar também a biblioteca para o andar superior. Todas essas observações foram realizadas pela pesquisadora durante os dois anos em que atuou como analista pedagógica do PIP. Esta sala também é utilizada como sala de vídeo.

A escola possui dois projetos de incentivo à leitura: o primeiro deles é a **Feira Cultural** que se realiza no mês de novembro, desde o ano de 2006. O projeto é desenvolvido ao longo do ano letivo e tem sua culminância com exposição dos trabalhos realizados pelos alunos. O segundo é o projeto de leitura **Ler para Ser** com envolvimento de todos os professores para estimular o hábito e o prazer pela

leitura. Os dois projetos citados são desenvolvidos pelos professores em sala de aula. A biblioteca é apenas mais um espaço da escola, sua utilização não é sistemática, com projetos que tenham uma vivência cultural e interpessoal pela comunidade escolar. Mesmo não tendo esta articulação direta não deixa de contribuir com a ampliação de leitura com os alunos atendidos na escola.

Nas avaliações externas a escola demonstra, ao longo dos anos, uma média crescente nas avaliações do SAEB/Prova Brasil, conforme demonstrado no Gráfico 4.

Gráfico 4: Comparativo da Proficiência Média do SAEB/Prova Brasil – Nacional / MG/ Escola “A”



Fonte: Elaborado pela autora mediante dados retirados do sitio INEP (BRASIL, 2013).

A proficiência média da escola no SAEB ao longo dos anos, mesmo tendo um aumento considerável, ainda está na faixa de intervalo na escala de proficiência entre 175 a 250, demonstrando o mesmo resultado de proficiência intermediária do Estado de Minas Gerais e do Brasil, ou seja, um nível inicial no desenvolvimento das habilidades de leitura.

Nas avaliações realizadas pelo SIMAVE os resultados não são diferentes. No Programa da Avaliação da Alfabetização (PROALFA) de 2012 a escola apresenta uma proficiência média de 582,68, com 87,7% de seus alunos no nível recomendável. Em comparação com o Estado de MG, 87,3%, e a SRE/GV com 82,6%, a escola está acima das médias do Estado e da SRE/GV.

Tabela 2: Resultado da Avaliação do SIMAVE da Escola “A”

Ano de referência	PROALFA	PROEB	
		Língua Portuguesa	Matemática
2010	545,10	212,38	228,63

2011	591,70	221,55	244,05
2012	582,68	227,91	247,0

Fonte: Elaborado pela autora mediante dados retirados do SIMAVE (MINAS, 2013).

A proficiência média da Escola “A” no PROALFA se encontra no intervalo entre 500 e 600, demonstrando que na avaliação o tópico 3, que corresponde às habilidades de Leitura, compreensão, análise e avaliação, e o tópico 4, correspondente aos Usos sociais da Leitura e da Escrita, ainda necessitam de intervenção da escola, pois se encontram no início da faixa do recomendável.

Comparando à escala de proficiência do PROEB de 2012, com a do PROALFA EM 2010, podemos perceber que os alunos foram avaliados em dois momentos: em 2010 no 3º ano de escolaridade, com proficiência média de 545,10, nível recomendável.

Em 2012, os alunos foram avaliados no 5º ano de escolaridade, alcançando uma proficiência média de 227,1, o que na tabela corresponde ao nível recomendável (acima de 225). Os resultados apresentados pela escola, em um total de 76 alunos avaliados, 9,2% ficaram no nível baixo; 43,4 ficaram no nível intermediário e 47,4 no nível recomendável. Neste nível, os alunos estão iniciando o desenvolvimento das habilidades de leitura.

Se somarmos o nível baixo com o intermediário teremos 52,6%, ou seja, 40 alunos não alcançaram as habilidades mínimas recomendáveis ao término do 5º ano.

Mesmo tendo a escola alcançando níveis recomendáveis nas duas avaliações, ainda assim as competências leitoras não apresentaram um avanço significativo da aprendizagem na comparação longitudinal (3º ano em 2010; 5º ano em 2012),

O que se espera, portanto, é que os alunos já alfabetizados no 3º ano ampliem suas habilidades de leitura até o 5º ano, a fim de se consolidar as habilidades previstas para um aluno no final dos cinco primeiros anos de escolaridade. Entretanto, os dados comprovam que nem todos os alunos já alfabetizados no 3º ano do Ensino Fundamental desenvolvem na leitura o esperado para o 5º ano, demonstrando que para uma parcela de alunos, dois anos de escolaridade não representam o avanço esperado. (SCHATTNER, 2012, p. 23)

Na avaliação do conteúdo de Matemática os alunos apresentam um melhor resultado, ficando com 68,8% dos alunos no nível recomendável, 24,7% no nível intermediário e somente 6,5% dos alunos no baixo desempenho.

A avaliação do PROEB, além de apresentar os resultados de proficiência dos alunos, faz uma análise de “fatores Intra e Extraescolares que podem interferir no desempenho dos alunos” (MINAS, 2011d, p.8).

Os fatores Extraescolares⁴ demonstram que o nível socioeconômico dos alunos está em nível superior ao apresentado pelo Estado. A média da escola ficou em torno de 7,7 e a do Estado em 5,8, demonstrada em uma escola de 10 pontos percentuais.

Os fatores Intraescolares⁵ levam em conta o índice de atuação do gestor segundo os professores, índice do PPP e o índice de envolvimento dos professores. De acordo com o Boletim de 2010, o índice de envolvimento dos professores ficou 0,3 décimos superior ao do Estado, conforme demonstrado no Quadro 7.

Quadro 7: Resultado dos Fatores Intraescolares - PROEB

	Fatores Intraescolares	Estado	Escola
Organização e Gestão da Escola	Índice de atuação do diretor, segundo os professores	8,5	8,2
	Índice do uso do PPP, segundo os diretores	7,5	10
	Índice de autonomia do diretor frente às pressões	7,8	7
Enfoque Pedagógico	Índice de envolvimento do professor, segundo os alunos	8,2	7,9
	Índice de atuação dos professores	8,1	8,9

Fonte: Revista Pedagógica SIMAVE/PROEB (MINAS, 2011d).

Percebe-se, na análise do enfoque pedagógico, que os professores, de acordo com os alunos, não possuem envolvimento. Isso pode ser explicado pela alta rotatividade dos professores, os quais na maioria são designados, não estabelecendo vínculo afetivo com os alunos e nem com a instituição escolar.

1.5.3 Escola Estadual “B”

⁴ Dados obtidos por meio das respostas dos alunos ao questionário socioeconômico do PROEB/2010

⁵ Dados obtidos por meio do questionário dos docentes e do diretor do PROEB/2010.

Está inserida em uma realidade sociocultural bastante peculiar por se localizar em região periférica da cidade de Governador Valadares. Nesta localidade há um pequeno índice de famílias que ganham salário mínimo, constituindo um pequeno universo com situação de melhor poder aquisitivo em relação às demais famílias inseridas nesta realidade drástica. As famílias participam muito pouco da vida escolar dos filhos, não havendo uma participação efetiva dos pais no acompanhamento pedagógico, sendo essa função, na maioria das vezes, transferida para a escola.

A escola atende uma média de 400 alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, distribuídos em dois turnos: matutino e vespertino. A distribuição dos alunos por ano de escolaridade pode ser visualizada no Quadro 8.

Quadro 8: Distribuição de Atendimento da Escola “B”

Nível de Ensino Fundamental			
Ciclos de Alfabetização			
I – Ciclo Inicial de Alfabetização		II – Ciclo Complementar de Alfabetização	
Nº de Turmas	Nº de Alunos	Nº de Turmas	Nº de Alunos
09	224	06	168
Total de Turmas: 15		Total de Alunos: 392	

Fonte: Elaborado pela autora mediante dados retirados do PPP da Escola “B”.

Apesar de a escola atender somente aos anos iniciais, é considerado de grande porte pelo quantitativo de alunos atendidos e pelo número de funcionários que atuam na instituição, conforme apresentado no Quadro 9.

Quadro 9: Distribuição dos Funcionários da Escola “B”

	Cargo	Quantidade
Gestores	Diretor(a)	01
	Vice-Diretor(a)	01
	Especialistas	02
Quadro Magistério	Professores Regentes	16
	Professores Eventuais	02
	Professor de Biblioteca*	01
Quadro Administrativo	Secretaria	05
	Aux. Serviços Gerais	08
Total de Funcionários		36

* A escola não possui biblioteca. Uma professora em Ajustamento Funcional atua como professora de uso da biblioteca, com projetos em leitura.

Fonte: Elaborado pela autora mediante dados retirados do PPP da Escola “B”.

A Escola “B” não possui prédio próprio, sendo que opera em local alugado. Apresenta deficiência no espaço físico, necessitando da construção de uma sede

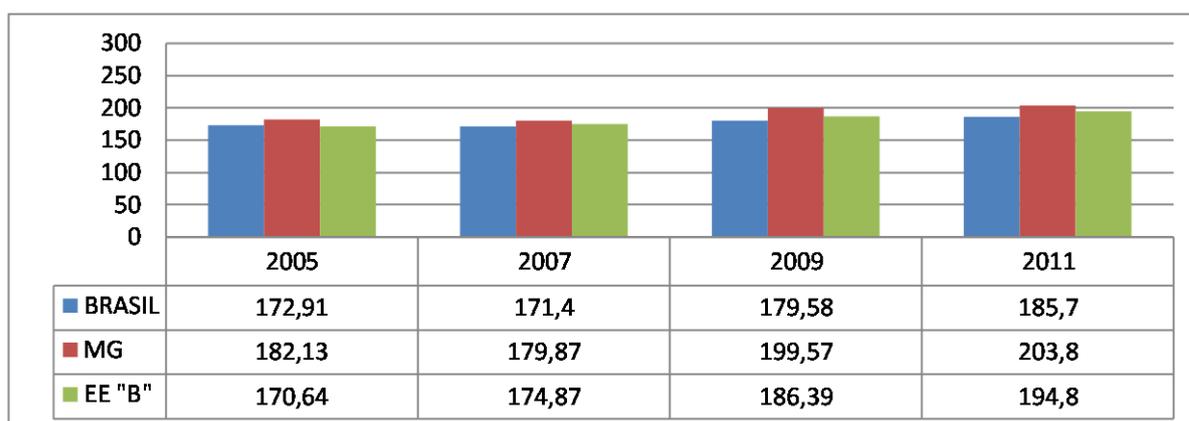
própria. O prédio atual é composto por sete salas de aula, com aproximadamente 34 m²; uma sala para secretaria e diretoria, uma sala de professores muito pequena, um espaço improvisado para a biblioteca, uma sala de vídeo conjugada com informática e sala de aula, uma sala improvisada para a cozinha. O banheiro para os profissionais encontra-se na secretaria e também é usado para guardar material. A escola não possui áreas de lazer nem quadra de esporte. Não há área que possa ser utilizada para ampliar seus espaços.

Mesmo não tendo um espaço adequado para biblioteca a Escola “B” organiza os livros literários em caixas separadas por ano de escolaridade. Este espaço de armazenamento de livros fica em uma sala de aula para reforço, também utilizado para a exibição de vídeos e equipada com computadores que não funcionam.

Para melhor aproveitamento dos materiais de literatura a escola possui três projetos descritos no PPP: a) **Reforço na Construção do Processo Escolar**, no qual as professoras dos anos iniciais doam horas de trabalho no intervalo do turno matutino para o vespertino para auxiliar os alunos com defasagem de aprendizagem; b) **Fantasia na Ponta do lápis**, projeto desenvolvido com os alunos para ilustrarem os livros que são recomendados para ler e depois expostos em murais na própria sala; e c) **Voando nas Asas da Literatura**, no qual os alunos levam livros literários para casa e depois fazem o reconto junto aos colegas (este projeto está ligado ao da Fantasia na Ponta do Lápis).

Apesar de todos os desafios que a escola tem enfrentado como espaço físico inadequado e clientela em área de risco social, ela tem conseguido a cada ano melhorar o desempenho de seus alunos, conforme demonstrado no Gráfico 5.

Gráfico 5: Comparativo da proficiência média do SAEB/ Prova Brasil – Nível Nacional / MG / Escola “B”



Fonte: Elaborado pela autora mediante dados retirados do INEP (BRASIL, 2013).

De acordo com os dados de 2011 a escola “B” está abaixo da média do Estado de Minas Gerais e acima da média Nacional, mas na mesma faixa de intervalo entre 175 a 250, demonstrando o mesmo resultado de proficiência intermediária.

Nas avaliações realizadas pelo SIMAVE os resultados não são diferentes. Na avaliação do PROALFA 2012 a escola apresenta uma proficiência média de 628,9, com 93,8% de seus alunos no nível recomendável, 3,5% no nível intermediário e 2,6% no baixo desempenho. Em comparação com o Estado de Minas Gerais, no qual 87,3% dos alunos estão no nível recomendável e com a Superintendência Regional de Ensino de Governador Valadares, com 82,6%, a escola está acima da média do Estado e da SRE.

Tabela 3: Resultados das avaliações do SIMAVE - EE “B”

	PROALFA	PROEB	
		Língua Portuguesa	Matemática
	597,5	190,86	214,67
2011	611,9	201,46	216,48
2012	628,9	211,91	243,78

Fonte: Elaborado pela autora mediante dados retirados do SIMAVE (MINAS, 2013).

Os resultados apresentados no PROALFA demonstram que há um trabalho até o 3º ano de escolaridade no Ciclo Inicial de alfabetização bem articulado uma vez que a proficiência média da escola se encontra acima de 600, demonstrando uma competência exigida para o 4º ano de escolaridade. Porém os dados do PROEB demonstram que a escola não consegue ampliar da mesma forma o resultado dos alunos no 5º ano de escolaridade.

Quadro 10: Escala de Competência do PROALFA

Níveis de Desempenho	2º ano	3º ano	4º ano
Baixo	Abaixo de 350	Abaixo de 450	abaixo de 500
Intermediário	De 350 a 450	De 450 a 500	De 500 a 600
Recomendável	Acima de 450	Acima de 500	Acima de 600

Fonte: Revista Pedagógica SIMAVE/PROALFA (MINAS, 2011c).

Se comparada à escala de proficiência do PROEB a escola, em Língua Portuguesa, ficou com média de proficiência de 211,91 (Nível Intermediário), ou

seja, a escola teve uma queda do PROALFA para o PROEB, ficando com 19,2% de seus alunos no baixo desempenho, 39,7% no nível intermediário e 41,12% no nível recomendável. A escola dá indícios, mais uma vez, que os alunos não estão avançando do 3º para o 5º ano, conforme mostrado na avaliação da escola “A” e nos resultados do Estado de Minas Gerais.

Na avaliação do conteúdo de Matemática os alunos apresentam um melhor resultado, ficando a escola com 243,78 de proficiência (nível recomendável), com 64,4% dos alunos no nível recomendável, 24,7% no nível intermediário e somente 11% dos alunos no baixo desempenho.

Os fatores Extraescolares demonstram que os níveis socioeconômicos dos alunos são superiores aos apresentados pelo Estado. A média da escola ficou em torno de 6,6 e a do Estado em 5,8, em uma escala de 10 pontos. Mesmo a média ficando mais alta que a do Estado o nível socioeconômico demonstra a necessidade de a escola realizar um trabalho de qualidade, promovendo a equidade nos anos iniciais, uma vez que, “a educação escolar, no caso das crianças oriundas de meios culturalmente favorecidos, seria uma espécie de continuação da educação familiar, enquanto para as outras crianças significaria algo estranho, distante, ou mesmo ameaçador”. (NOGUEIRA E NOGUEIRA, 2009, p. 52)

Assim como outras pesquisas na área da educação, estes fatores demonstram a necessidade de professores com competências necessárias para atuar na educação, atendendo a todos os alunos na perspectiva de uma pedagogia diferenciada (PERRENOUD, 2000).

No Quadro 11 apresentaremos os Fatores Intraescolares da Escola “B” que, no Boletim de 2010, apresentou um índice de envolvimento dos professores 0,9 décimos superiores ao do Estado.

Quadro 11: Resultados dos Fatores Intraescolares - PROEB

	Fatores Intraescolares	Estado	Escola
Organização e Gestão da Escola	Índice de atuação do diretor, segundo os professores	8,5	10
	Índice do uso do PPP, segundo os diretores	7,5	10
	Índice de autonomia do diretor frente às pressões	7,8	8,5
Enfoque Pedagógico	Índice de envolvimento do professor, segundo os alunos	8,2	9,1
	Índice de atuação dos professores	8,1	10

Fonte: Revista Pedagógica do SIMAVE/PROEB (MINAS, 2011d).

Percebe-se nesses resultados que o índice de envolvimento do professor, de acordo com os alunos, possui um nível de atuação que recebe nota máxima. Além

disso, em conversa com a diretora da escola, ela demonstra que as relações entre os funcionários e alunos são essenciais para que o trabalho pedagógico possa ter qualidade. Esse depoimento pode estar ligado à gestão de pessoas que, conforme observação em visita à escola possui uma relação interpessoal muito boa com sua equipe e procura exercer uma gestão participativa e colaborativa. Esta observação foi realizada pela pesquisadora em dois anos de atendimento como Analista Pedagógica do PIP/ATC.

Os programas de distribuição de livros para formação dos professores apresentam falhas. Primeiramente por não haver continuidade nos anos de atendimento; em segundo lugar, pela falta de controle do material recebido nas escolas, tanto pelo MEC/FNDE quanto pela SRE/GV e em terceiro lugar no acompanhamento de como é utilizado os livros direcionados aos docentes.

As avaliações externas ao longo destes últimos 20 anos vêm sinalizando uma baixa proficiência leitora. Na SRE/GV, além dos resultados do SAEB, as avaliações estaduais – SIMAVE também apresentam um desenvolvimento na competência leitora aquém do esperado pelos alunos que terminam os anos iniciais do ensino fundamental.

Para desenvolver habilidades e competências leitora, necessário que o profissional da educação tenha constantes atualizações dos novos processos de ensino e aprendizagem. O PNBE do professor é distribuído às escolas públicas com essa finalidade. De prover os docentes com obras que possam subsidiar suas práticas, melhorando o exercício da profissão, na busca pela qualidade.

Com o objetivo de conhecer como foram recebidos e divulgados os acervos do PNBE do professor 2010, foi aplicado questionário aos diretores de 78 escolas estaduais da jurisdição que possuem anos iniciais do Ensino Fundamental, o que permitiu elaborar as questões de investigação para essa dissertação, bem como o aprofundamento da pesquisa nas duas escolas escolhidas para aprofundamento da pesquisa.

Para subsidiar um Plano de Ação Educacional, os questionários às 78 escolas que atendem os anos iniciais e as duas escolas escolhidas para o estudo de caso, levaram em conta as seguintes questões:

- Qual o papel atribuído à biblioteca escolar nos estudos dos professores?

•Como o PNBE do professor é utilizado pela equipe gestora para formação continuada dos docentes?

No capítulo 2 são apresentados os resultados desta pesquisa de campo em conjunto com uma reflexão subsidiada por referenciais teóricos, os quais permitem uma análise que conduzirá a uma proposição.

O que se pretende é fazer um diálogo entre a importância da formação continuada e suas possibilidades dentro do ambiente escolar como espaço privilegiado para reflexão, utilizando os livros distribuídos pelo PNBE do professor através do MEC/FNDE; o aproveitamento do espaço destinado à biblioteca e a importância do gestor como líder no desenvolvimento das competências profissionais dos professores.

2 PNBE DO PROFESSOR 2010: UM RECURSO DA BIBLIOTECA ESCOLAR NA FORMAÇÃO CONTINUADA

Diante do quantitativo de livros distribuídos pelo PNBE do professor 2010 às escolas públicas brasileiras é possível pensar na educação a partir da formação continuada dos professores como ação que pode efetivamente mudar a realidade da educação brasileira.

A importância de construir no espaço escolar momentos de discussões teóricas que possam instrumentalizar e habilitar os professores e suas práticas traz a possibilidade de “identificar os problemas e buscar soluções, mas, especialmente, [...] que seja uma prática coletiva, uma prática construída conjuntamente por grupos de professores ou por todo o corpo docente de uma determinada instituição escolar” (CANDAU, 1996 apud AMBROSETTI; RIBEIRO, 2005, p. 39).

Neste capítulo será apresentado o resultado e análise do questionário enviado para as 78 escolas estaduais da sede da jurisdição da SRE/GV, respondido pelos diretores. Também será apresentado o resultado e análise da pesquisa realizada com os gestores e professores de duas escolas estaduais.

Para fundamentar as análises, estabeleceu-se um diálogo com autores que dialogam sobre a importância da formação continuada e a atuação da gestão escolar, no desenvolvimento das competências inerentes à profissão docente.

2.1 A importância da formação continuada no desenvolvimento da competência docente

No documento intitulado **Educação, Avaliação Qualitativa e Inovação** (DEMO, 2012), elaborado pelo INEP, o professor Pedro Demo afirma a necessidade de investimento na formação e qualificação do professor. Em seu discurso, alega que não adianta os inúmeros programas governamentais se o profissional da

educação não mudar suas atitudes e realizar nas instituições de ensino o que preconiza uma educação de qualidade.

A mudança mais profunda, pois, está no professor, que precisa rever radicalmente sua função docente, colocando os alunos no centro de suas atenções e cuidando de um por um, para evitar possíveis fracassos, à medida que, avaliando processualmente, já nas primeiras semanas do ano, vai tendo uma ideia clara das condições de cada aluno e do ano pela frente, para calibrar intervenções promissoras. Se isso for viável, não precisaremos mais de reprovação, recuperação, nem de progressão automática. (DEMO, 2012, p. 13)

Essa afirmação do Professor Pedro Demo corrobora os apontamentos de Vera Masagão, coordenadora geral da Ação Educativa, que indica como um dos fatores essenciais “o investimento constante na formação inicial e continuada de professores, que precisam ser agentes da cultura letrada em um contexto de inovação pedagógica” (IPM, 2012).

A escola na contemporaneidade necessita de professores que possam efetivamente consolidar o novo papel que esta instituição tem como desafio no século XXI. No entanto, não há possibilidades de uma cultura leitora sem investimento na formação continuada do professor por parte dos órgãos públicos.

Até meados do século XX a escola pública brasileira conseguia atender às necessidades do mercado. Primeiro porque ela não era para todos; os que nela adentravam e não aprendiam eram excluídos pelo sistema por meio da reprovação, classificando os melhores e expulsando aqueles que não conseguiam “aprender” dentro dos moldes estabelecidos.

Nesta escola meritocrática, os professores não precisavam de muito conhecimento. Bastava saber um pouco mais que os alunos e seguir as orientações técnicas ou o livro didático para lecionar. Prova disso são os professores considerados leigos⁶ que aos poucos estão se aposentando na educação brasileira. Neste cenário os alunos que não conseguiam aprender não eram um problema da escola.

A partir dos anos 1980 e 1990, com a massificação da escola pública, impulsionado pelas novas relações econômicas e conquistas sociais, dentro da

⁶ Professores leigos são os professores que não possuem a escolaridade mínima exigida para o exercício da profissão de magistério. Na LDBEN a exigência mínima para lecionar nos anos iniciais é o antigo curso de magistério, atualmente o Normal de nível médio.

perspectiva humanística, a escola precisou repensar seu papel social no novo cenário. As rápidas mudanças tecnológicas modificaram e continuam modificando as relações do novo mundo globalizado, necessitando de formações mais complexas que atendam não somente o mercado profissional, mas também as relações estabelecidas socialmente para construção de um mundo melhor, minimizando as desigualdades sociais.

Esta nova configuração mundial necessita de profissionais cada vez mais qualificados que, por sua vez, também necessitam de uma escolarização que desenvolva habilidades, competências técnicas, profissionais e compromisso com as lutas políticas sociais.

Porém, apenas o acúmulo de informações não basta. A nova ordem mundial dirige o foco das atenções para as competências cognitivas do indivíduo, para suas capacidades de elaboração dessas informações, de produzir conhecimento e de aprender e reaprender. O PNBE do professor propõe esta possibilidade no aprender e reaprender do profissional da educação.

Formar professores com qualidade social e compromisso político de transformação tem se mostrado um grande desafio às pessoas que compreendem a educação como bem universal, como espaço público, como um direito humano e social na construção da identidade e no exercício de cidadania. (FELDMANN, 2009, p. 72)

De acordo com a pesquisa **Formação de professores e cotidiano escolar** de Feldmann (2009), a formação dos professores não contempla a articulação da teoria com a prática. Esta desvinculação acarreta reflexos na educação, pois, sendo o professor o mediador, este se sente inseguro, privilegiando na maioria das vezes somente a dimensão técnica, em detrimento da formação humana.

A profissão docente, por trabalhar com a formação humana, engloba competências mais amplas para lidar com os problemas de aprendizagem e vai além dos saberes didáticos e metodológicos. É uma profissão que lida com os seres humanos, que trazem para dentro da escola suas angústias, medos, afetos e todos os problemas que, direta ou indiretamente, perpassam pela sala de aula. Assim, os professores necessitam de formação continuada diante da própria complexidade humana e das mudanças que ocorrem no contexto social.

Assim, os professores necessitam de formação continuada diante da própria complexidade humana e das mudanças que ocorrem no contexto social. Essa

possibilidade está na atualização do exercício da profissão, com as publicações de livros, artigos e outros que apresentam as pesquisas na área educacional.

Nesta construção do humano, a relação com o outro também constrói a identidade docente. Segundo Rodrigues (2009) a pesquisa seria o caminho mais adequado para estes profissionais repensarem a própria prática, na busca de soluções, no confronto dos problemas que surgem na instituição escolar, para articular teoria e prática, ampliando o conhecimento técnico adquirido na formação inicial e no exercício da profissão.

Os acervos do PNBE do professor 2010 contemplam uma variedade de títulos, com autores renomados, que possibilita a pesquisa, a reflexão e uma nova ação, mediante o confronto da teoria e prática. As respostas as inquietações dos profissionais da educação se aprimora na formação continuada, levando os alunos a aprenderem sempre.

A escola é o *lócus* privilegiado de problemas uma vez que ela está inserida no âmbito social. Esta clientela que adentra para a instituição necessita sair dela com o mínimo de competências e habilidades, ser capaz de atuar na sociedade como cidadão. De acordo com Rodrigues (2009), todos os problemas na/da instituição poderiam ter soluções utilizando o método científico da pesquisa nas situações cotidianas.

Quando o professor se torna um pesquisador de sua própria prática, levantando hipóteses e confrontando com a fundamentação teórica, inicia-se um processo de “compreensão do todo que é de fundamental importância, pois fatores isolados não nos permitem ações coerentes e certeiras” (RODRIGUES, 2009, p.91). Assim,

[...] o conhecimento dialético permite interligação de fatores que aparentemente se mostram à margem do sistema. A trama de relações e interdependências dos fatores é de suma importância e, só assim, chega-se ao conhecimento da razão de ser dos fatos e à indicação de possibilidades de ação e mudança mais significativas (RODRIGUES, 2009, p.91).

A autora deixa claro que a mudança na escola, o avanço do compromisso social que os professores precisam adquirir, só é possível com uma sólida fundamentação teórica, capaz de realizar as mudanças almejadas na educação.

Esta sólida fundamentação também se faz necessária diante do novo processo de ensino e aprendizagem exigido nos fins do século XX. O professor tem o papel de agente de mudanças na formação do aluno e suas relações, com vista a evitar novas catástrofes étnicas, como o totalitarismo ocorrido na 2ª Guerra Mundial. É necessário formar o caráter das novas gerações para diminuir a “pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras [...]” (DELORS et al, 2001, p.11).

É a partir destes novos paradigmas educacionais e da necessidade de uma formação humanista que uma política pública de leitura voltada para os professores da rede pública das escolas brasileiras se faz importante. O PNBE do professor, com finalidade de contribuir na formação continuada, preparação de aulas e fundamentação teórica, como “apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor” (BRASIL, 2012c), com obras de autores relevantes e pesquisas já realizadas na área da educação, poderia ser essa política, subsidiando a formação continuada e tendo como foco o aprendizado do aluno.

No quantitativo de obras e títulos enviados às escolas, a política cumpre o papel desejado, demonstrado no Quadro 1 uma distribuição eficaz a cada ano. Em 2010 atingiu o maior número de professores. Universalizou o atendimento aos docentes em todas as áreas da educação infantil, ensino fundamental e médio. Mesmo com os títulos disponíveis nas bibliotecas escolares, não há garantia que os professores façam uso deles em suas indagações do cotidiano escolar.

Em um país com a dimensão territorial brasileira o programa tem a pretensão de atingir o maior número de professores, respeitando as necessidades de cada área do conhecimento, a autonomia do profissional na busca de resolução de problemas vivenciados no decorrer da profissão.

De acordo com o foco desta dissertação, o acervo dos anos iniciais do Ensino Fundamental, estabelece-se a necessidade de conhecer como se desenvolve o processo de alfabetização e aquisição do conhecimento, percebendo-se a relevância da fundamentação teórica na formação dos professores responsáveis pelo início de escolarização, uma vez que “a educação ocupa cada vez mais espaço na vida das pessoas à medida que aumenta o papel que desempenha na dinâmica das sociedades modernas” (DELORS et al, 2001, p. 103).

Pensando que a prática docente interfere no resultado da educação, Perrenoud apresenta dez competências necessárias à docência com o objetivo de,

[...] elaborar um manual de competências julgadas prioritárias por serem coerentes com o novo papel dos professores, com a evolução da formação contínua, com as reformas da formação inicial, com as ambições das políticas educativas [...] além de contribuir para a formação de representações cada vez mais precisas das competências em questão. (PERRENOUD, 2000, p. 14)

Essas competências que os profissionais da educação devem desempenhar no exercício da profissão perpassam a formação continuada e devem estar contidas no planejamento dos gestores escolares no intuito de promover a melhoria de seus profissionais.

Competências, segundo Perrenoud (2000, p. 20), “trata-se de um conjunto dos recursos que mobilizamos para agir”. Os recursos disponibilizados pelo PNBE do professor são um dos muitos que a escola pode utilizar na melhoria profissional, garantindo um resultado de qualidade esperado pela sociedade. Mas o que seria esta qualidade e quais competências os profissionais da educação necessitam? Lück (2009) afirma que,

Em relação à função/profissão, competência é o conjunto sistêmico de padrões mínimos necessários para o bom desempenho das responsabilidades que caracterizam determinado tipo de atividade profissional. Em relação à pessoa, constitui na capacidade de executar uma ação específica ou dar conta de uma responsabilidade específica em um nível de execução suficiente para alcançar os efeitos pretendidos. A competência envolve conhecimentos, habilidades e atitudes referentes ao objeto de ação, sem a qual a mesma é exercida pela prática do ensaio e erro. (LÜCK, 2009, p. 13)

Diante da complexidade existente hoje no universo escolar e das competências elencadas como padrões mínimos colocados por Lück (2009), ensinar tornou-se uma atividade complexa diante das novas possibilidades que o século XXI delegou à humanidade. A profissão docente deixou de ser somente repassar instrução e/ou seguir manuais didáticos, sendo necessária uma inter-relação entre os conteúdos, a sociedade, a cultura e as outras áreas do conhecimento.

Perrenoud (2000) demonstra esta complexidade ao dividir 51 habilidades em 10 grandes áreas que se subdividem em duas: uma voltada para o ensino-aprendizagem e a outra para a dimensão organizacional, conforme o Quadro 12.

Quadro 12: Dez Domínios de Competências Reconhecidas como Prioritárias e Propostos por Perrenoud (2000) aos Professores

		Área	
		Domínio Ensino-Aprendizagem	Domínio Dimensão Organizacional
COMPETÊNCIAS	1. Organizar e dirigir situações de aprendizagem	6. Trabalhar em equipe	
	2. Administrar a progressão das aprendizagens	7. Participar da administração da escola	
	3. Conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação	8. Informar e envolver os pais	
	4. Envolver os alunos em sua aprendizagem e em seu trabalho	9. Enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão	
	5. Utilizar novas tecnologias	10. Administrar sua própria formação contínua	

Fonte: Elaborado pela autora a partir da obra de Perrenoud (2000, p. 20-21).

Os domínios de ensino-aprendizagem dispõem das competências profissionais indispensáveis, dos saberes que os professores necessitam, além do domínio do conteúdo, “constitui-se em desafio a ser assumido pelos sistemas, rede de ensino, escolas e profissionais que enfrentam e passam a se constituir na ordem do dia das discussões sobre melhoria da qualidade do ensino” (LÜCK, 2009, p. 12).

De acordo com Perrenoud (2000, p. 19), todas as áreas de competência foram separadas para melhor compreensão, mas elas formam uma interdependência, associando cada competência principal a outras específicas que relacionadas “resultam de uma construção teórica conectada à problemática da mudança”.

Lück (2009) confirma as propostas de Perrenoud em seu trabalho, fazendo essa inter-relação, conforme apresentado no Quadro 13.

Quadro 13: As 10 Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências

1. Fundamentos e princípios da educação e da gestão escolar	6. Gestão de Pessoas
2. Planejamento e organização do trabalho escolar	7. Gestão Pedagógica
3. Monitoramento de processos e avaliação de resultados educacionais	8. Gestão Administrativa
4. Gestão de resultados educacionais	9. Gestão do clima e cultura escolar
5. Gestão democrática e participativa	10. Gestão do cotidiano escolar

Fonte: Elaborado pela autora a partir da obra de Lück (2009).

Os domínios da dimensão organizacional das competências apresentadas por Perrenoud (2000) e Lück (2009) necessárias aos professores vêm ao encontro das novas legislações brasileiras para atuar na administração escolar visto que a gestão

escolar deve ser compartilhada, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), em seu artigo 14, que determina normas para uma gestão democrática, com participação de todos os profissionais:

Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996)

Até o final do século passado cada profissional tinha suas competências limitadas: os professores tinham que ministrar os conteúdos, com conhecimento da área, fazendo transposição didática. “Em tal pedagogia [...] trata-se de o aluno assimilar o conteúdo e dar provas dessa assimilação durante uma prova oral, escrita ou um exame” (PERRENOUD, 2000, p. 26). Os gestores eram indicados politicamente, nem sempre possuíam competências pedagógicas, e não faziam parte do corpo docente da escola.

A maioria dos sistemas educacionais no Brasil já adota a eleição direta para dirigentes escolares e exigem a Certificação Ocupacional para o exercício do cargo, sendo o gestor escolhido entre os docentes que atuam na escola. Hoje, a participação dos professores é definida no Projeto Político Pedagógico, articulando a docência e a gestão em todos os processos educativos. Nesta nova visão educacional os profissionais da educação, ao desenvolverem as competências necessárias ao exercício profissional, contribuem para uma escola eficaz⁷.

Nos estudos realizados por Polon (2011), os gestores de escolas que apresentam um perfil eficaz possuem como características uma liderança interpessoal que possibilita o estímulo do potencial criativo de toda a comunidade escolar, na promoção de uma educação de qualidade, fortalecendo a equipe e incentivando a pro - atividade nas resoluções dos problemas enfrentados no dia a dia.

⁷ O termo eficaz surgiu nos Estados Unidos na década de 1960 e, de acordo com Brooke et al (2008), uma escola torna-se eficaz quando seus resultados produzem reflexos na aprendizagem significativa dos alunos

A importância do diretor como líder para implementar uma política de autoformação⁸ será ampliada no próximo tópico desse trabalho, por ser fator relevante no desenvolvimento das competências profissionais.

2.1.1 A Gestão Escolar na Formação continuada dos Profissionais da Escola

A gestão escolar é um termo utilizado para designar as várias competências necessárias à administração de uma instituição de ensino. Engloba ação gerencial nos aspectos administrativos, financeiros, pessoais, políticos e nos processos de participação coletiva nas decisões. De acordo com Lück (2009, p.25), “[...] um dos fatores de maior impacto sobre a qualidade dos processos educacionais é influenciar pessoas, mobilizá-las e orientá-las adequadamente na dinâmica de processos sócio pedagógicos da escola”.

No guia de **Indicadores de Qualidade da Educação**⁹ uma das dimensões analisadas é a “Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola”, na qual fica clara a importância do gestor escolar para que todos participem de ações de formação. Na dimensão sobre a formação dos profissionais da escola, no elemento sobre a formação continuada, perguntas referentes ao tema são inseridas e suas respostas são relevantes para nortear as ações da gestão escolar.

A primeira delas é: “Todas as pessoas que trabalham na escola têm oportunidades de se atualizar e participar de cursos e ações de formação?”. Esta primeira pergunta nos remete ao processo de democracia que deve ser exercido pelos gestores. É necessário que realmente todos os profissionais possam ter essa oportunidade, o que nem sempre acontece se a formação for fora do ambiente escolar. Em primeiro lugar porque nem todos podem sair da escola ao mesmo tempo, em segundo lugar porque cada membro da instituição possui especificidades de função, que nem sempre são contempladas em um único curso de formação.

⁸ Autoformação – Capacidade de gerir sua própria formação para resolver problemas complexos e variados, pelos seus próprios meios, com ética, autonomia e responsabilidade. (PERRENOUD, 2000)

⁹ Programa promovido mediante coordenação conjunta pela Ação Educativa, UNICEF, INEP, Ministério da Educação e coordenado pela Professora Vera Masagão Ribeiro. (UNICEF, 2004). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_indqua.pdf> Acesso em: 08 de agosto de 2013.

Ao propor uma formação continuada no âmbito da escola, há uma perspectiva de que todos possam contribuir nas decisões que envolvem a melhoria da instituição. De acordo com Ambrosetti e Ribeiro (2005) as relações de troca de experiências contemplam uma aprendizagem que envolve a prática e a teoria

[...] ao destacar a escola como o lócus privilegiado da formação continuada dos professores, [...] esse processo precisa apoiar-se numa prática reflexiva, capaz de identificar os problemas e buscar soluções, mas especialmente, “[...] que seja uma prática coletiva, uma prática construída conjuntamente por grupos de professores ou por todo o corpo docente de uma determinada instituição escolar” (AMBROSETTI; RIBEIRO, 2005, p.39).

Esta prática coletiva colocada pela autora nos leva à segunda pergunta: “Os cursos e as ações de formação correspondem às expectativas de quem participa?”. É muito importante que o gestor cultive o diálogo e a comunicação entre os membros de sua equipe para que possa, mediante a necessidade de seus profissionais, planejar um trabalho de formação continuada dentro da escola; a formação que não atinge os professores nas necessidades reais da escola não faz sentido, acarreta frustrações e desânimos. As propostas de formação continuada na escola devem partir dos problemas que a instituição enfrenta e não ser alvo de comparação com outros estabelecimentos de ensino. As metas também precisam ser claras e coerentes, caso contrário, não há ânimo para alcançá-las.

Com objetivos claros, definidos e partindo das necessidades reais do estabelecimento, a terceira pergunta passa a ser uma resposta positiva aos gestores: “Os profissionais se mobilizam para reivindicar ou organizar as atividades de formação que lhes interessam?”. Quando há liderança compartilhada, os profissionais sentem-se co-responsáveis nas decisões da escola e, de acordo com Lück,

[...] a liderança compartilhada corresponde à prática de tomada de decisão e atuação colegiada por consenso (e não por votação), em que todos os participantes têm espaço e o usam para influenciar os rumos e as condições do desenvolvimento que pretende promover (LÜCK, 2009, p.78).

A formação continuada na escola passa a ter sentido com estes espaços de participação, da reflexão da própria prática. Ao se mobilizarem para organizar as

atividades que lhe interessam passam a sentir-se seguros e expõem-se aos problemas, sem se sentirem constrangidos. São estas três perguntas que devem nortear as ações gestoras para criar uma cultura organizacional com “interesses sócio educacionais com foco no desenvolvimento dos alunos” (LÜCK, 2009, p. 118).

O diretor é o principal agente de disseminação de uma cultura organizacional de colaboração, de comportamentos positivos e participativos de seus membros. Ele tem de conhecer qual cultura perpassa a instituição em que atua e,

[...] ao assumir as responsabilidades de seu cargo, assume necessariamente, a responsabilidade de liderar a formação de cultura escolar compatível com a necessária para o ambiente escolar seja estimulante e adequado para a formação de seus alunos. A partir de atuação nesse sentido, orienta o curso dos eventos e ações; ajuda as demais pessoas a fazerem sentido desses eventos, a retirarem lições das ações em se envolvem, estabiliza as soluções bem-sucedidas, disseminando-as; organiza os processos e interações sociais, tornando-os estimulantes (LÜCK, 2009, p.119).

Esta liderança na formação continuada, não é somente por responsabilidade inerente ao cargo de gestor, mas necessária na sociedade atual marcada pela complexidade das informações. Porém a informação por si só não basta. É necessário estabelecer conexões, separar, compreender o que é informação necessária na construção de uma cultura escolar voltada para o sucesso dos alunos.

Nesta dinâmica de uma cultura de formação continuada o espaço da biblioteca e o conhecimento contido nos livros podem ser aproveitados pelos gestores como espaço para ações que promovam a efetivação das políticas públicas leitoras voltadas para docentes e discentes

A biblioteca escolar, com seus acervos de informações, é o local da escola impulsionador na apropriação do conhecimento. É o espaço de excelência para docentes e discentes aprenderem a escolher, retirar, descartar, recomendar e outros adjetivos as informações necessárias.

É o local de aprendizagem na seleção das informações. Todos tem o direito a acesso e conhecimento, e a biblioteca escolar é o lócus privilegiado da instituição que pode garantir a igualdade na formação e no acesso da informação.

Este trabalho não tem como foco a biblioteca escolar, mas também não poderia deixar de remeter-se ao seu papel na guarda, conservação e espaço privilegiado de mediação de livros e leitura.

2.1.2 O papel da Biblioteca Escolar na mediação da leitura

A biblioteca escolar é, por excelência, o local onde fica armazenado o acervo que permite o acesso à leitura, disponível a todos, como bem cultural. Segundo Aguiar (2006 apud PAIVA, F., 2008, p. 65), “como agência social de comunicação da cultura, a biblioteca é concebida para reunir e difundir os fatos culturais, encontrando no sistema educacional um fator muito importante para o seu desenvolvimento ou atraso”.

Os perfis do professor leitor e do bibliotecário são de extrema importância para superar os desafios impostos hoje visto que, junto à gestão da biblioteca escolar, podem propor ações que possam viabilizar projetos de leitura utilizando o acervo do PNBE. Essas ações são importantes para uma boa utilização do espaço da biblioteca e para o desenvolvimento das habilidades e competências leitoras.

O gestor escolar precisa superar as práticas existentes nas escolas, como apontado por Bernardino quando afirma que

[...] a biblioteca é vista muitas vezes como um lugar em que são armazenados livros para leitura; um lugar destinado a alunos considerados indisciplinados, ou ainda, de disseminação da informação. Por sua vez, o bibliotecário é visto como um elemento que executa tarefas meramente técnicas e a sua formação pedagógica, cultural e social é deixado de lado (BERNARDINO, 2008, p. 12).

A utilização do espaço da biblioteca precisa ser ensinada aos alunos, uma vez que este espaço requer algumas formalidades, como o silêncio para desenvolver a atenção; a forma de guardar os livros e a sua disponibilidade nas prateleiras; a exigência dos dados cadastrais para empréstimos; a troca de experiência leitora com outros colegas.

Para os professores, o espaço da biblioteca pode ser utilizado como ambiente de metodologia para contação de histórias, privilegiando a oralidade; separação da literatura apropriada para cada fase de escolaridade; utilização do acervo do PNBE para sua capacitação continuada; etc.

Ao bibliotecário, a responsabilidade de disseminar a cultura da leitura, por meio de projetos, hora do conto, oficinas, reconto pelos alunos, gincanas e tantas

outras práticas já consolidadas, que chamam a atenção e despertam o gosto e estimulam a procura pelo ambiente da biblioteca pela comunidade docente.

É esse espaço ao qual o trabalho se refere. O espaço dos livros, dos vídeos, das revistas, da poesia, da descoberta do conhecimento, das viagens que podemos realizar quando lemos. Essa riqueza possibilitada pela leitura se tornará mais efetiva caso o gestor tenha preocupação com a prática da leitura na escola. A escolha do profissional adequado, os móveis que compõem este espaço, sua localidade dentro da escola, sua utilização como conteúdo na grade curricular (Base diversificada), fazem grande diferença na vida dos alunos que possuem esse instrumento na sua aprendizagem.

Contudo percebemos ainda em bibliotecários, professores e especialistas em informação a escassez de atitudes decididas e de medidas criativas para criação desse ambiente. E é deles que deveriam surgir propostas para as autoridades políticas e econômicas que tomam decisões e definem prioridades de desenvolvimento cultural. Quem tem contato diário com o público leitor, e observa em sua biblioteca ou unidade de informação o desinteresse total da comunidade pelos serviços que a instituição oferece, percebe também o quanto se desconhece o potencial da biblioteca como fonte de solução para problemas cotidianos (TRINDADE; MARTINS, 2006, p.6).

Fazer da biblioteca este espaço vivo e dinâmico, que integra toda a escola, alunos, funcionários e comunidade, favorecerá a escola em seus objetivos na competência leitora tão almejada nos dias de hoje e cobradas no novo contexto social. O professor bibliotecário não pode ser o professor que está sob dispensa médica e não pode mais “ter contato com alunos”, também conhecido como “ajustamento funcional”¹⁰.

Este funcionário precisa ser dinâmico, leitor em potencial, organizado, flexível, capacitado para atuar dentro deste ambiente, que atenda a diferentes faixas etárias, com diferentes níveis de aprendizagem, com um único objetivo: tornar a leitura um ato de prazer, ler para ser feliz. Feliz porque sabe ler, feliz porque pode atuar no e sobre o mundo que o cerca.

¹⁰ Termo utilizado para servidores em escolas públicas que estão inaptos para o pleno exercício de seu cargo ou função e necessitam de remanejamento. Assim, caso seja o professor, poderá ser remanejado para a biblioteca, secretaria e/ou outras atividades dentro da escola que não seja a de lecionar.

A SEE/MG lançou, em 2010, o “Caderno de Boas Práticas dos Professores para Ensino do Uso da Biblioteca das Escolas Estaduais de Minas Gerais” (MINAS, 2010) como instrumento para guiar o professor para o Ensino do Uso da Biblioteca na condução de um trabalho na biblioteca da escola organizado e voltado para a formação de leitores. O material é dividido em cinco eixos e subdividido com ações concretas em cada eixo, sugerindo boas práticas para a obtenção da excelência do ensino e, nas ações concretas, exemplos de como a prática foi implementada em outras escolas que obtiveram excelentes resultados. Este Caderno apresenta, no eixo três, uma ação concreta que é a divulgação dos Acervos recebidos e da listagem de livros, com sugestão de leituras para alunos e professores, bem como exposição das aquisições recentes.

Outro aporte teórico na utilização da biblioteca escolar está no Módulo “Biblioteca Escolar” oferecido no Curso de Capacitação pela SEE/MG, o Pró-funcionário. O Curso é uma parceria do MEC com os estados e municípios e visa a formação dos funcionários das escolas no efetivo exercício, amparado pelo Decreto 7.415, de 30 de dezembro de 2010, que institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

Pode inferir nestes materiais disponíveis pela SEE/MG um movimento, mesmo que pequeno, na importância deste espaço dentro das escolas públicas estaduais, como função na oferta de igualdade de informação, tanto para os alunos, como para os professores.

O PNBE como um dos maiores programas de distribuição de livros para compor as bibliotecas, faz o papel de provedor das informações veiculadas na sociedade, porém, são os atores dentro do ambiente escolar que podem utilizar as informações no objetivo de aprender a aprender. (BRASIL c2012)

O PNBE do professor 2010 é mais um suporte das informações das mudanças educacionais do novo milênio, mas sua utilização depende dos gestores e de cada um dos profissionais da educação na formação de uma rede de relações e atitudes que favorecem o aprendizado assim como o desenvolvimento de competências e habilidades inerentes ao exercício da profissão docente nos dias atuais.

Para conhecer como foram recebidos, divulgados e utilizados os acervos do PNBE do professor 2010, na rede estadual da jurisdição da SRE/GV, foi enviado um questionário online para 78 escolas estaduais que atendem aos anos iniciais. No

próximo tópico é apresentada a metodologia utilizada e as análises das escolas pesquisadas para subsidiar uma proposta de trabalho que possa efetivamente utilizar os recursos disponíveis na biblioteca escolar na formação pedagógica dos docentes.

2.2 Procedimentos metodológicos

Para alcançar o objetivo geral dessa dissertação, que é conhecer como foram recebidos, divulgados e utilizados os acervos direcionados aos professores do PNBE nas escolas estaduais que atendem aos anos iniciais do Ensino Fundamental junto à Superintendência Regional de Ensino de Governador Valadares (SRE/GV), foram utilizados dois procedimentos:

O primeiro foi à aplicação de um questionário online aos gestores das escolas estaduais de anos iniciais pertencentes à jurisdição da SRE/GV. Das 134 escolas estaduais, distribuídas em 40 municípios, o questionário foi encaminhado para 78 escolas que atendem os anos iniciais. A análise será apresentada na primeira parte deste capítulo.

O segundo procedimento foi selecionar duas escolas para observar como a gestão se apropria do PNBE do professor favorecendo o desenvolvimento de seus professores. O critério utilizado para escolha dessas escolas foi a tipicidade e a conveniência, tipicidade porque elas atendem aos anos iniciais e conveniência porque são escolas assistidas por essa autora.

Para atender ao número da amostra o instrumento utilizado foi a pesquisa com questionário online utilizando a ferramenta “Forms” do Google Docs. que possibilita o registro das respostas e o resumo em forma de gráficos, bem como sua edição por mais de um usuário. De acordo com Malhotra,

[...] as pesquisas realizadas com auxílio da Internet estão ficando cada vez mais populares entre os pesquisadores, principalmente devido às suas vantagens, entre as quais figuram os menores custos, rapidez e a capacidade de atingir populações específicas, assim como, do ponto de vista do respondente, é possível responder da maneira que for mais conveniente, no tempo e local de cada um.

(MALHOTRA, 2006 apud VIEIRA; CASTRO; SCHUCH JR., 2010, p. 5)

A partir das respostas, realizamos a leitura dos gráficos a fim de conhecer um pouco do perfil gestor no recebimento do PNBE do professor nas escolas, tendo como respondentes os diretores das referidas escolas.

O uso do questionário online para a realização desta pesquisa e a seleção da amostra se deve ao número de escolas sob a responsabilidade da SRE/GV. São 40 municípios, tendo 132 escolas estaduais, com 78 escolas estaduais com atendimento aos anos iniciais, sendo inviável uma abordagem na perspectiva do questionário aplicado pessoalmente. Mesmo percebendo as limitações do recurso utilizado, que de acordo com Vieira, Castro e Schuch Jr.(2010) apresenta como ponto fraco o baixo índice de participação dos respondentes, esse tipo de limitação não é exclusivo dos questionários virtuais, mas da maioria dos tipos de pesquisas. O ponto forte da metodologia utilizada é a abrangência de um maior número de respondentes ao mesmo tempo, de forma integrada, com racionalidade do tempo.

No total de 78 escolas que receberam o questionário, 40 enviaram respostas, resultando em índice de 51% de retorno, número que pode ser considerado razoável já que, de acordo com Maconi e Lakatos (2005 apud VIEIRA; CASTRO; SCHUCH JR., 2010), os questionários enviados alcançam em média 25% de devolução.

O questionário online ficou disponível aos gestores no período de 17 de junho a 19 de agosto de 2013, totalizando dois meses de prazo para que respondessem às perguntas. O questionário foi enviado para os e-mails institucionais das escolas estaduais com apoio da Diretoria Educacional A.

A primeira parte da análise demonstrada neste capítulo será o questionário online enviado para as 78 escolas. Essa análise será apresentada em gráficos e tabelas. Foram escolhidas essas duas formas de apresentação para facilitar a leitura dos dados. Na primeira parte as respostas, para analisar os perfis dos diretores, das bibliotecas escolares, seus espaços e funcionamentos e as atividades realizadas pelos gestores nas bibliotecas escolares, foram agrupadas em blocos e apresentadas em tabelas; na segunda parte, a apresentação será em gráficos, aproveitando os dados consolidados pelo programa Google Docs., por serem perguntas isoladas, que não possibilita o agrupamento em blocos.

Na segunda parte da análise será apresentado o estudo de caso realizado com duas escolas estaduais. “O Estudo de Caso é um tipo de pesquisa que parte do princípio de ser possível conhecer a dinâmica de um fenômeno estudando-o a partir de um caso ou uma unidade representativa desse fenômeno” (SIQUEIRA, 2005, p.177). Nesta dissertação o objeto de estudo são as duas escolas estaduais, “A” e “B”, que foram escolhidas para tentarmos conhecer a dinâmica do objeto de pesquisa, o PNBE do professor.

Para as duas escolas pesquisadas foram aplicados questionários para os professores e equipe gestora, mediante uma reunião com os profissionais dos anos iniciais com a pesquisadora. Esclareceu-se sobre o tema da pesquisa e a importância de responder ao questionário e informamos que não era obrigatória a participação. Os pormenores da reunião realizada e o quantitativo de professores e gestores participantes serão mostrados na análise dos dados referentes às duas escolas no item 2.4 deste capítulo.

Com relação ao resultado apresentado na pesquisa sobre PNBE do professor nas 78 escolas que responderam ao questionário, e nas duas escolas estaduais escolhidas para o caso de gestão, será estabelecido um diálogo entre as dimensões apresentadas por Perrenoud (2000) para os professores e por Lück (2009) para os gestores.

2.3 Análise dos Resultados da Pesquisa

Primeiramente será apresentado o resultado do questionário online enviado às 78 escolas estaduais da jurisdição de Governador Valadares, sendo 40 os respondentes deste universo, o que representa 51% dos diretores de escolas que enviaram o questionário, no período de 17 de junho a 19 de agosto. Depois das análises das respostas ao questionário online, é apresentado o resultado das duas escolas selecionadas para compor os dados da pesquisa.

2.3.1 Escolas Estaduais da Jurisdição da SRE/GV

O questionário apresentado em análise foi enviado para 78 escolas estaduais que atendem aos anos iniciais dos 40 municípios pertencentes à jurisdição de Governador Valadares. Das 78 escolas às quais foram enviados os questionários online, somente 40 delas enviaram as respostas no período de dois meses no qual esteve aberto aos respondentes. A análise dos questionários foi tabulada diretamente no programa Google Docs., que apresenta os dados em gráficos e suas porcentagens.

Para uma melhor compreensão didática a apresentação dos dados foi dividida em três blocos: o primeiro bloco é relativo ao perfil dos gestores pesquisados, apresentando a titulação, forma de ingresso e tempo de atuação na escola onde atua; o segundo bloco refere-se às informações sobre o espaço e funcionamento da biblioteca escolar; o terceiro bloco apresenta as questões relacionadas aos programas de leitura do professor e os acervos do PNBE do professor 2010.

2.3.1.1 Perfil dos Diretores

Antes de falar do recebimento e divulgação do PNBE do professor nas escolas estaduais procuramos traçar o perfil dos gestores que participaram da pesquisa por meio do questionário online com três perguntas referentes à titulação, ingresso na gestão escolar e tempo de atuação, conforme apresentado no Quadro 14.

Quadro14: Perfil dos Diretores das Escolas Estaduais da SRE/GV

Itens utilizados no Questionário Online	Total	Percentual
1 - Assinale sua Maior Titulação		
Nível Médio (Magistério)	0	0
Graduado	2	5%
Especialização	37	93%
Mestrado	1	3%
Doutorado	0	0
2- Formas de Ingresso na função de diretor		
Indicado pela Secretaria de Educação	0	0

(Continua)

(Quadro 14: Continuação)

Eleito Pela Comunidade Escolar	40	100%
Eleito Pelo Colegiado Escolar	0	0
3-Tempo de Atuação como diretor da escola		
Até 3 anos	16	40%
De 3 a 6 anos	1	3%
De 6 a 9 anos	6	15%
De 9 a 12 anos	6	15%
Acima de 12 anos	11	28%

Fonte: Elaborado pela autora mediante respostas do questionário online.

Entre os diretores das 40 escolas, dois possuem apenas graduação, 37 possuem curso de especialização e um possui mestrado, demonstrando alta competência técnica. Todos foram eleitos pela comunidade escolar.

Em relação ao tempo de atuação na escola como gestor, a maioria possui três anos, representando 40%, em segundo lugar estão os que já ocupam o cargo há mais de 12 anos, com 28% dos respondentes.

Segundo Lück (2009) uma das principais características de um bom líder é a competência técnica profissional. De acordo com a autora é o conhecimento em Fundamentos da Educação e seus processos que garantirá sua autoridade. Além do conhecimento técnico adquirido nos cursos de formação superior a participação coletiva nos processos decisórios é fator fundamental.

O Estado de Minas Gerais exige como requisito para ocupar o cargo de gestor, ter dois anos de docência e ser aprovado na avaliação de Certificação Ocupacional de Diretor de Escola Estadual. Após esta etapa é montada uma chapa na escola e o diretor é eleito pela comunidade escolar.

Entre os gestores que estão de seis a 12 anos, infere-se que eles devem desempenhar bem suas funções para serem reeleitos pela comunidade. A maioria dos gestores, com menos de três anos, foram eleitos no último processo ocorrido em 2010/2011.

Os dados apresentados no questionário enviado online para os gestores demonstram um avanço significativo na formação técnica dos gestores, na participação coletiva e no tempo de atuação. Podemos inferir que a qualidade da educação demonstrada nas avaliações do PROALFA, (MINAS, 2011c) e a posição de primeiro lugar em qualidade na educação demonstrada pelos dados do IDEB (BRASIL, [2010]) são frutos do investimento do Estado de Minas Gerais na gestão democrática e nos diretores das escolas, com formação de líderes comprometidos com as metas estabelecidas pelo sistema estadual da educação.

Esses dados demonstram também que todos os diretores estavam atuando no período do recebimento dos acervos do PNBE do professor enviados pelo MEC/FNDE para as escolas, com recebimento no ano de 2011.

2.3.1.2 Perfil das bibliotecas escolares

Este bloco de perguntas destinou-se a conhecer o espaço e o funcionamento das bibliotecas das escolas estaduais da SER/GV, uma vez que este espaço tem a função de armazenar, conservar e fazer circular os acervos enviados pelo programa. Também foi possível verificar ações ligadas diretamente aos professores na utilização deste espaço.

Os professores responsáveis pelo uso da biblioteca são profissionais chave neste processo de integrar os acervos ao ambiente escolar, com diálogos permanentes entre os gestores e professores na otimização do espaço e mediação da leitura. A importância do profissional da biblioteca é descrito no Manifesto IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar, mostrando que “o papel fundamental do bibliotecário é contribuir para a missão e para os objetivos da escola, incluindo os processos de avaliação, e para desenvolver e promover os da biblioteca escolar” (ORGANIZAÇÃO, 1999, p.12).

Juntamente com o apoio da gestão escolar é que projetos e atividades interdisciplinares podem ser desenvolvidos na programação da biblioteca escolar, com foco no desenvolvimento profissional de todos os profissionais da escola, em consonância com o Projeto de educação que a escola deseja consolidar. Daí a importância do questionário contemplar questões sobre espaço e funcionamento.

Este bloco terá duas divisões: primeiramente serão apresentados os espaços e funcionamento da biblioteca escolar e o perfil do profissional que atua; em segundo o conhecimento do gestor com as ações da biblioteca voltadas para os professores.

Quadro 15: Espaço e Funcionamento da Biblioteca Escolar nas Escolas Estaduais da SRE/GV

Itens utilizados no Questionário Online	Total	Percentual
4- Sua escola tem um funcionário destinado à biblioteca?		
Sim	40	100%
Não	0	0%
Às vezes	0	0%
Não há biblioteca na escola	0	0%
5- Caso sua resposta seja afirmativa, o funcionário destinado à biblioteca é:		
Professor afastado em ajustamento funcional.	7	18%
Professor concursado para uso da biblioteca.	10	25%
Bibliotecário com formação específica	0	0
Professor designado para a função do uso da biblioteca	23	58%
6- Diretor, você tem o hábito de visitar a biblioteca de sua escolar?		
Sim	39	98%
Não	1	2%
Não há biblioteca na escola	0	0
7- Para que o espaço da biblioteca seja receptivo aos professores e usuários é importante:		
Dar total liberdade ao bibliotecário	2	4%
Acompanhar a interação do bibliotecário com os alunos e professores	11	28%
Uma seleção cuidadosa do profissional da biblioteca	3	7%
Um ambiente acolhedor para os usuários	15	38%
Proporcionar aos professores espaço para seus estudos	9	23%

Fonte: Elaborado pela autora mediante respostas do questionário online.

Conforme o Quadro 15, no item quatro, 100% respondeu ter um funcionário destinado à biblioteca. Isso demonstra que as escolas possuem bibliotecas, pois caso não tivessem esse espaço não precisariam de um funcionário destinado à função. Este dado é positivo diante da importância do espaço e funcionários necessários para a ampliação do processo de leitura dos alunos mencionados no Manifesto IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar (ORGANIZAÇÃO, 1999).

A questão nº 5 corrobora o fato demonstrado acima de todas as escolas possuírem espaço destinado à biblioteca escolar. No entanto, a pesquisa aponta um déficit na contratação de pessoal para atuar nas bibliotecas escolares: em 58% das escolas pesquisadas o profissional é designado para a função, ficando somente 18% com funcionários em ajustamento funcional, o que dificulta o trabalho na biblioteca, uma vez que este profissional necessita trabalhar com projetos de leitura e atender a todos os alunos nos mais diferentes horários e faixa etária.

Quanto aos professores designados também não se verifica o quadro ideal visto que os funcionários designados possuem alta rotatividade, não podendo dar continuidade aos trabalhos iniciados a cada ano. Somente 25% das escolas possuem profissional concursado para trabalhar na biblioteca escolar.

Verifica-se que nenhum professor contratado possui formação superior para atuar na biblioteca. A competência técnica para exercício do cargo é fator primordial

para alcançar os resultados na função mediadora de leitura proposta para este espaço. É necessária uma política do estado para a formação dos professores para Ensino do Uso da Biblioteca das Escolas Estaduais de Minas Gerais.

Na questão nº 6, 98% dos gestores possuem o hábito de visitar a biblioteca da escola. Esse dado é positivo, uma vez que o papel do gestor na organização é de fundamental importância para a otimização dos espaços, envolvendo a escola de forma integral, dentro e fora do ambiente escolar (LÜCK, 2009).

Na questão 7, sobre os motivos do espaço da biblioteca ser receptivo, 38% dos gestores responderam que o ambiente deve ser acolhedor para os usuários; 28% responderam que o acompanhamento da interação do bibliotecário com alunos e professores faz do espaço da biblioteca mais receptivo; 23% responderam que é proporcionar aos professores espaço para seus estudos; 7% ficaram com uma seleção cuidadosa do profissional da biblioteca e somente 4% disseram ser a total liberdade ao bibliotecário.

No próximo bloco, segunda parte, serão apresentados o conhecimento do gestor com as ações da biblioteca voltada para os professores, conforme apresentado no Quadro 16.

Quadro 16: O Gestor e as Atividades Realizadas na Biblioteca para Docentes

Itens utilizados no Questionário Online	Total	Percentual
8- Os professores visitam assiduamente a biblioteca para realizar empréstimos dos livros destinados a sua formação?		
Sim	19	48%
Não	20	50%
Não respondeu	1	2%
9-Você acompanha de perto as atividades desenvolvidas pelos professores para incentivo à leitura em sua formação		
Sim	29	72%
Não	0	0%
Raramente	11	28%
Nunca	0	0%
10- Você justifica sua resposta, por:		
Querer prestigiar o trabalho dos professores	13	33%
Não entender como sendo essa uma função específica do gestor	4	10%
Ter muitas obrigações administrativas	6	15%
Considerar a importância da leitura somente na formação do aluno	1	2%
Entender como sendo essa uma das funções do gestor	14	35%
Que sua presença constrange os professores	2	5%
11- Marque as alternativas que descrevem práticas de Incentivo à leitura para professores*		
Sorteio de livros para professores	1	2%
Organização do “Cantinho de leitura para Professores”	11	17%
Exposição Dialogada no Módulo II**	20	32%
Incentivo à frequência dos professores em Cursos de Capacitação	31	49%

(Continua)

(Quadro 16: Continuação)

Outros	0	0%
12-Você acompanha a movimentação dos empréstimos de livros para professores da biblioteca de sua escola?		
Sim	9	22%
Não	7	17%
Às vezes	24	61%
Não há biblioteca na escola	0	0%

*Nesta alternativa os respondentes podiam escolher mais de uma opção.

** Módulo II – Oito horas semanais destinadas à atividade extraclasse, compondo 1/3 da carga horária o professor de anos iniciais, que completa o Módulo I – dezesseis horas semanais na atividade docente, totalizando 24 horas semanais de serviço na escola (Lei Estadual 20.592 de 2012).

Fonte: Elaborado pela autora mediante respostas do questionário online.

Na pergunta nº 8, destinada a saber se os professores visitam assiduamente a biblioteca escolar para realizar empréstimos do acervo, 50% dos gestores responderam que os professores não visitam a biblioteca escolar para realizar empréstimo dos acervos disponibilizados e 48% responderam que os professores visitam assiduamente, e um não respondeu à pergunta. Nesta pergunta infere-se que os diretores tenham acesso ao controle da movimentação na biblioteca da escola. Não ficou claro na pesquisa como é realizado este controle, uma vez que o foco não era o trabalho direto da biblioteca escolar, mas sim um dos recursos que ela disponibiliza para a formação docente.

Na questão de nº 9, ao perguntar aos diretores sobre o acompanhamento das atividades de incentivo à leitura dos professores, 72% disseram que acompanham e 28% responderam que raramente. Na questão 10, ao solicitar que justifiquem a resposta dada, 33% dos diretores responderam que acompanham com intuito de prestigiar o trabalho dos professores; 10% alegam que não é uma função específica do gestor; 15% consideram que possuem muitas atribuições administrativas e não sobra tempo para o acompanhamento; 35% responderam que acompanham por ser uma das atribuições do gestor e 5% alegaram que não acompanham porque a presença do gestor constrange os professores.

Os gestores que responderam às outras questões que não estão ligadas diretamente à função do gestor, parecem equivocados quanto às competências profissionais inerentes ao cargo. De acordo com Lück (2009, p. 23),

[...] a gestão escolar constitui uma das áreas de atuação profissional na educação destinada a realizar o planejamento, a organização, a liderança, a orientação, a mediação, a coordenação, o monitoramento e a avaliação dos processos necessários à

efetividade das ações educacionais orientadas para a promoção da aprendizagem e formação dos alunos.

Lück (2009) ao colocar o diretor como líder demonstra a importância desse profissional como “coordenador e orientador principal da vida da escola e todo o seu trabalho educacional” (LÜCK, 2009, p.23). A apropriação dos acervos enviados e a utilização dos mesmos para o aperfeiçoamento profissional requer essa orientação e coordenação, utilizando a gestão dos recursos humanos a favor da qualidade.

Na questão 11 os gestores foram questionados sobre práticas de incentivo à leitura na formação dos professores promovida na escola e podiam escolher mais de uma opção; 49% responderam que incentivam seus professores a participarem de cursos de capacitação. Como a pergunta foi direcionada para práticas de incentivo à leitura na escola ou eles não entenderam a pergunta ou a escola não possui nenhuma atividade voltada para esta finalidade. A resposta mais adequada seria a “exposição dialogada no Módulo II”, uma vez que permite o diálogo entre todos os professores. Este item teve 32% de respostas.

A pesquisa demonstra que a capacitação continuada ainda é vista fora do espaço escolar. Os gestores e professores parecem não perceber o quão rico é o ambiente escolar para discutir os problemas e refletir sobre as possibilidades de melhoria na qualidade da instituição. Segundo Feldmann (2009) a escola é um espaço dinâmico, propício às relações interpessoais, e acrescenta que,

[...] a tarefa da escola é trabalhar com as relações interpessoais, pedagógicas e institucionais. Na escola há o existir, a existência humana. Não nascemos humanos, mas nos tornamos humanos na prática social da qual a escola faz parte, humanizando-nos uns aos outros. Esse processo histórico social chama-se educação, corporificada na relação teoria e prática. Nessa perspectiva, a formação continuada de professores, articulada aos fazeres na e da escola, além de uma formação compartilhada, é também uma autoformação, uma vez que os professores reelaboram os seus saberes em experiências cotidianas vivenciadas (FELDMANN, 2009, p. 79).

As considerações da autora são pertinentes ao objetivo desejado, com a distribuição de livros voltados para a formação de professores. A leitura e a troca de experiências são fundamentais para fortalecer as relações interpessoais.

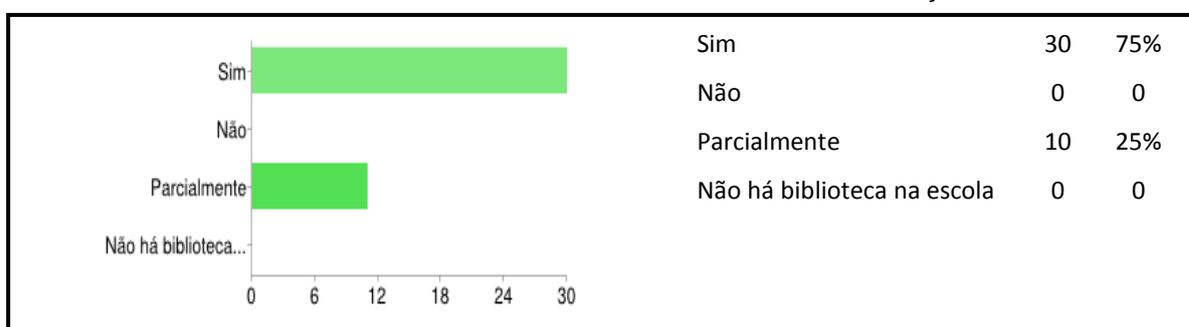
A evidência de que esta prática não é realizada nas escolas pesquisadas foi demonstrada na questão 13, na qual os gestores responderam, na maioria, que às

vezes acompanham os empréstimos de livros para professores na biblioteca da escola. Esta ação deveria partir do diretor quanto à sua liderança em incentivar a participação da equipe.

No próximo bloco serão abordadas as questões pertinentes ao acervo PNBE do professor 2010 e a apropriação dos professores dos acervos enviados. Esta parte será demonstrada pelos gráficos tabulados pelo Google Docs.

Nas questões catorze e quinze foi analisado o conhecimento dos gestores quanto ao acervo destinado à formação dos professores. Na primeira, foi questionado se os gestores conheciam os acervos do PNBE do professor da escola em que atuam. Dos 40 respondentes, 73% afirmaram conhecer os acervos destinados à formação dos professores enviados pelo PNBE do professor, ficando somente 27% dos respondentes declarando conhecer parcialmente. Na questão seguinte foi perguntado aos gestores se eles conheciam as políticas públicas de incentivo à leitura aos profissionais de educação.

Gráfico 6: Conhecimento do Gestor Quanto aos Acervos Destinados à Formação de Professores

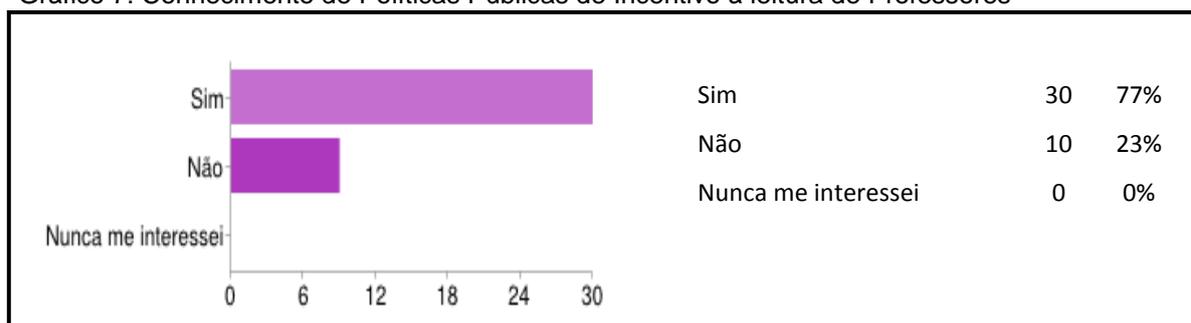


Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas no Google Docs.

A questão dezesseis, demonstrada no Gráfico 7 abaixo, ratifica a anterior, uma vez que 77% dos gestores responderam que conhecem as políticas públicas de incentivo à leitura. Os 25% que responderam conhecer parcialmente ou não entenderam a pergunta ou conhecem somente os acervos que chegaram à escola, sem um aprofundamento no programa do MEC/FNDE.

Em relação aos 23% que responderam não conhecer as Políticas Públicas de incentivo à leitura pode-se inferir que não receberam os acervos e/ou não estavam como gestores na escola no ano de recebimento.

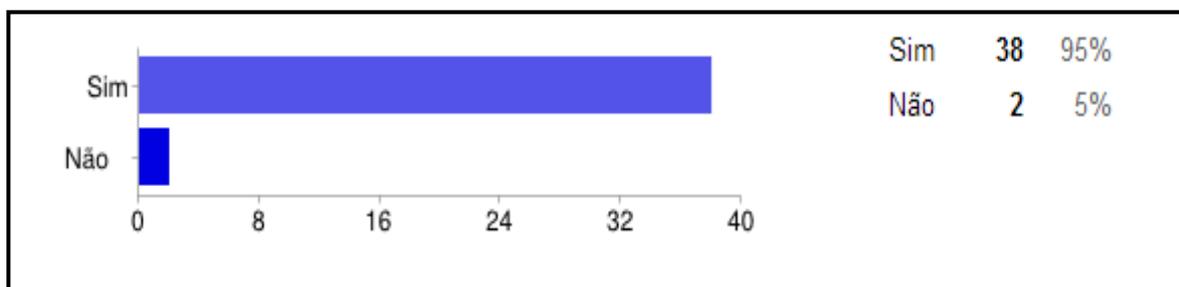
Gráfico 7: Conhecimento de Políticas Públicas de Incentivo à leitura de Professores



Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas no Google Docs.

Na questão dezessete procuramos saber se a escola recebeu os acervos do PNBE do professor pelo FNDE. Dos 95% dos respondentes afirmaram que receberam, ficando 5% das escolas não contempladas.

Gráfico 8: Recebimento do PNBE do professor 2010 nas Escolas Estaduais



Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas no Google Docs.

Em relação às escolas que afirmaram não terem sido contempladas, infere-se que houve desvio do material e/ou receberam e, ao responderem às perguntas, não identificaram os livros do programa.

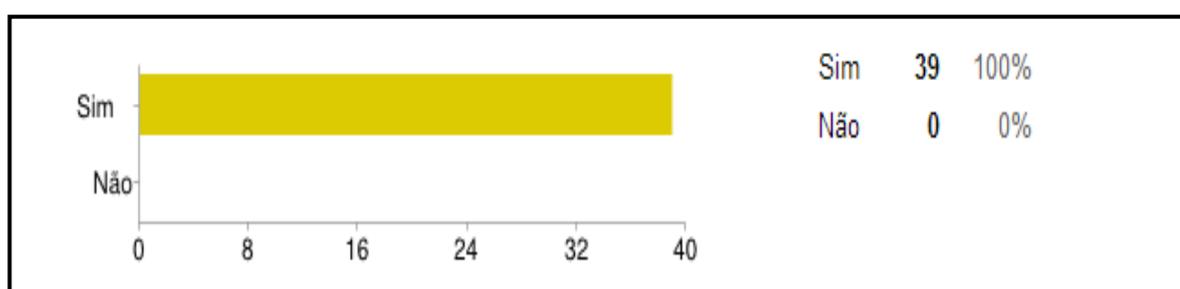
Pelo sítio do FNDE, o PNBE do professor foi distribuído e enviado para todas as escolas públicas brasileiras, de acordo com a classificação, elas receberam: um acervo, para escolas com 30 alunos matriculados; dois acervos, de 31 a 100 alunos; quatro acervos, para escolas com mais de 100 alunos. Cada acervo era formado por 25 títulos. Este critério demonstra que mesmo a escola com um quantitativo mínimo de matrículas foi beneficiada pelo programa em 2010.

Se diminuir o quantitativo dos que não conhecem o programa, pelo número de acervos não recebidos, teremos 18% dos gestores que mesmo recebendo o benefício do programa não conhecem as políticas públicas de leitura. Mesmo sendo um percentual pequeno no universo pesquisado, necessita de melhor organização e

apropriação já que o patrimônio material também “possibilita a realização do trabalho educacional e contribui para a sua qualidade” (LÜCK, 2009, p.109).

Mesmo com 23% dos respondentes afirmando não possuírem conhecimento sobre as políticas públicas de leitura, na questão referente à importância dos programas, conforme demonstrado no Gráfico 9, os gestores foram unânimes em responder que consideram importante o programa PNBE do professor para a formação docente. Um gestor ficou sem responder a esta questão.

Gráfico 9: Importância do PNBE do professor 2010 para a formação dos professores



Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas no Google Docs.

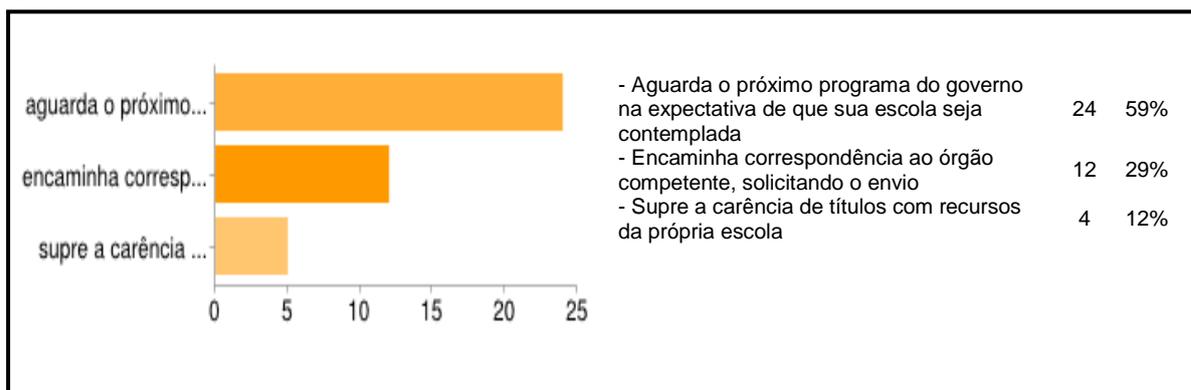
O Gráfico 10 representa as respostas sobre o não recebimento do material e qual a ação gestora para solucionar o problema. No total, 59% responderam que aguardam o próximo programa, na expectativa de que a escola seja contemplada, 29% encaminharam correspondência ao FNDE solicitando o material, somente 12% supriram a carência com recursos próprios da escola.

Os respondentes que optaram pela resposta de “aguardar o programa na expectativa de que sua escola seja contemplada”, pode ser por falta de outra opção no questionário enviado, uma vez que 95% responderam ter recebido o acervo conforme o Gráfico 8. Esta opção pela resposta pode ser inferida que, caso não recebessem o programa, tomariam esta atitude.

Os 29% dos respondentes que encaminharam correspondência ao FNDE demonstram não conhecer a operacionalização do programa, uma vez que são atendidas as escolas através do registro no Censo Escolar. A correspondência ao FNDE não modifica a distribuição¹¹.

¹¹ O programa PNBE do professor é realizado por meio de licitação através de Edital. Uma vez terminado o processo e distribuído o quantitativo, não há possibilidade de novas compras, devido ao planejamento orçamentário realizado pela União, destinando os recursos financeiros para este fim.

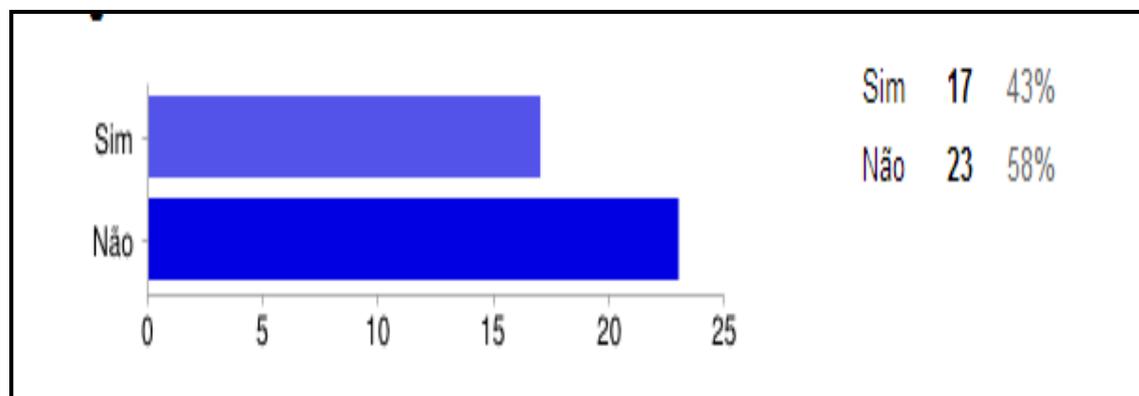
Gráfico 10: Ação gestora diante do não recebimento dos acervos do PNBE do professor 2010



Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas no Google Docs.

Para complementar a resposta sobre quais ações tomariam caso não recebessem o acervo, o próximo gráfico analisa se os acervos, quando não recebidos, são renovados por meio de outros recursos, 43% responderam que sim e 58% com a resposta negativa.

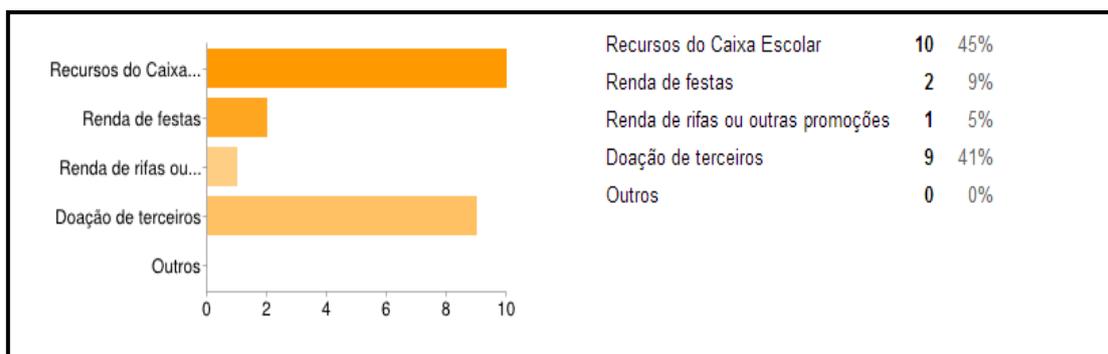
Gráfico 11: Aquisição dos acervos destinados à formação docente com outros recursos



Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas no Google Docs.

Logo em seguida, foi questionado sobre qual recurso financeiro é utilizado por eles na aquisição de obras para formação docente, sendo que 45% responderam que o “Caixa Escolar”, e 41% responderam que utilizam doações de terceiros.

Gráfico 12: Recursos utilizados para aquisição de obras para formação docente



Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas no Google Docs.

Somente 22 gestores responderam à questão representada no Gráfico 12. Pode-se inferir que os 18 que não responderam são alguns dos que não renovariam os livros para formação pedagógica, representados no Gráfico 11.

Os que responderam que suprem a carência com recursos do “Caixa Escolar¹²” apresentam uma estratégia que necessita ser pesquisada, uma vez que os recursos que são disponibilizados para as escolas públicas têm destinação de verba específica, firmada por meio de “Termos de Compromisso¹³”, ou seja, somente quando as verbas são destinadas à compra de livros esta ação pode ser realizada.

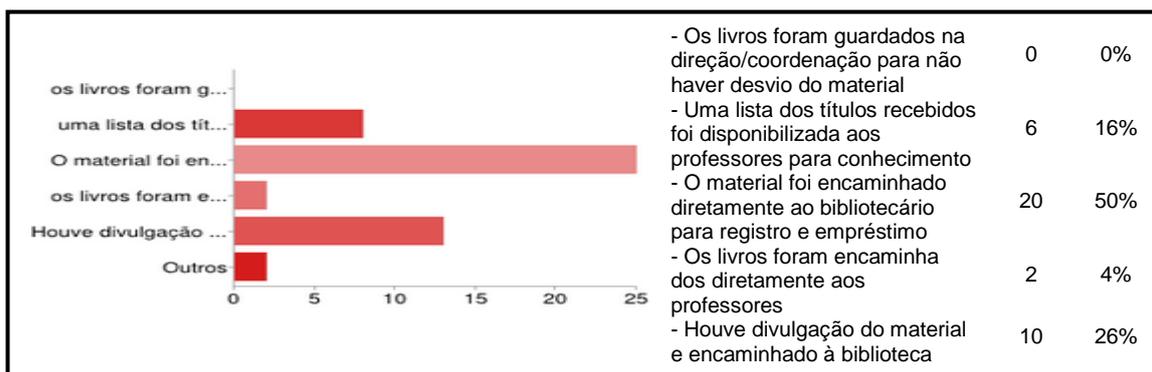
Já os que responderam que realizam por meio de “doação de terceiros” apresentam uma boa estratégia para suprir a carência. Porém a escola deve se resguardar no ato da doação, com documentação adequada, inserindo o acervo no patrimônio da biblioteca.

Na pergunta realizada sobre o encaminhamento dado ao acervo do PNBE do professor recebido pelo FNDE, após recebimento na escola, 50% responderam que o material foi encaminhado aos bibliotecários para registro e empréstimo, 26% afirmam que houve divulgação dos livros para depois serem encaminhados à biblioteca e 16% responderam que os títulos foram disponibilizados aos professores para conhecimento.

¹² Caixa Escolar é uma entidade de sociedade civil, jurídica e de direito privado, instituída nos estabelecimentos públicos de ensino. Tem como função administrar os recursos recebidos da SEE/MG, da Comunidade, de Entidades Públicas e Privadas e de campanhas realizadas pela própria Escola. A Caixa Escolar viabiliza a aplicação dos recursos, de acordo com as prioridades aprovadas pelo Colegiado Escolar. (GUIA DO DIRETOR ESCOLAR, SEE/MG, s/d, p. 72).

¹³ Termo de Compromisso é um termo assinado pelo gestor ao receber o repasse de recursos financeiros, se comprometendo a utilizar na forma adequada da lei a conta orçamentária destinada a sua finalidade. (GUIA DO DIRETOR ESCOLAR, SEE/MG, s/d, p. 76).

Gráfico 13: Encaminhamento dado ao acervo PNBE do professor 2010 na escola

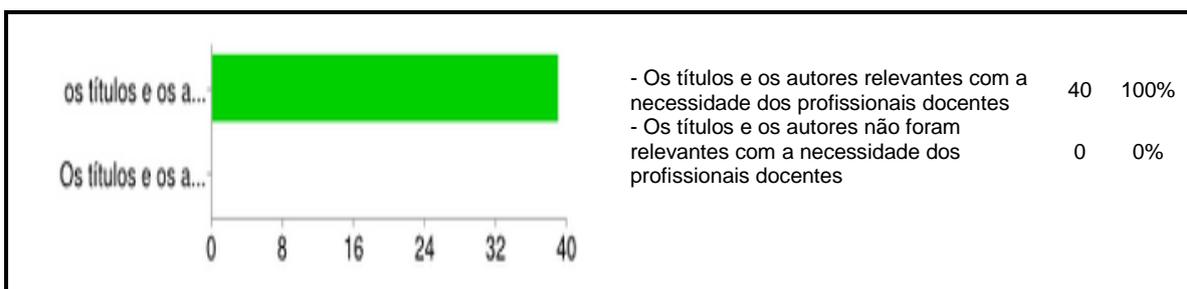


Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas no Google Docs.

O encaminhamento diretamente ao bibliotecário para registro e empréstimo é uma ação correta na responsabilidade do gestor em administrar o material enviado para as escolas, porém, sem a divulgação aos professores, o material tem a possibilidade de ficar guardado e sem utilização caso os professores não possuam o hábito de frequentar este espaço. O fato dos professores não conhecerem os acervos pode estar ligada à falta de divulgação do material e também não possuem o hábito de visitar a biblioteca escolar, conforme demonstrado na questão nº 8.

Apesar dos gestores afirmarem a importância do acervo, como demonstrado no Gráfico14, considerando os títulos relevantes, ainda assim há uma grande lacuna na divulgação, conforme demonstrado.

Gráfico 14: Importância do acervo do PNBE do professor 2010

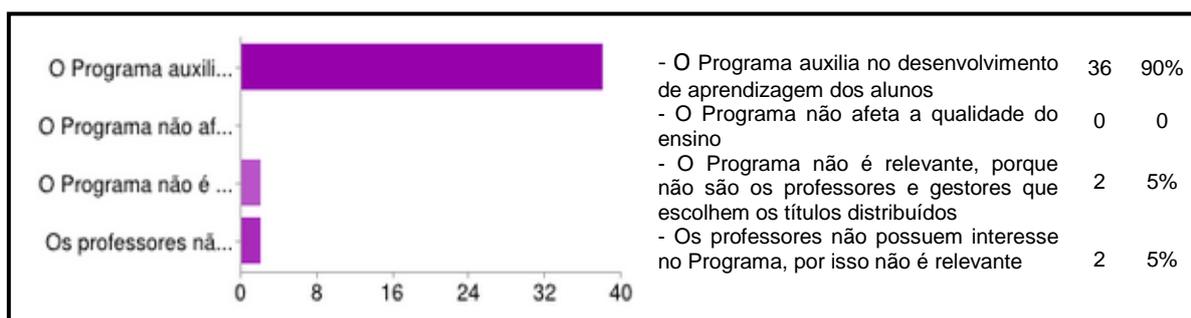


Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas no Google Docs.

O desenvolvimento dos alunos está presente no currículo escolar e também estão envolvidas com questões éticas, políticas, sociais, ideológicas e culturais. Feldmann (2009) apresenta a escola e a formação docente integrada, um espaço privilegiado para compreensão das transformações atuais do mundo do trabalho, com a formação continuada pela reflexão do fazer diário.

Conforme demonstrado nas respostas, é necessário um trabalho mais assíduo para estimular os professores a realizarem empréstimo e participarem das atividades da biblioteca, aproveitando este espaço na formação continuada, uma vez que os gestores acreditam no programa tanto para formação docente, quanto no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

Gráfico 15: Considerações dos gestores quanto ao PNBE do professor no desenvolvimento dos alunos



Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas no Google Docs.

No Gráfico 16 foi analisado se há horário reservado para estudo e troca de experiência dos professores utilizando os acervos do PNBE do professor 2010. Dos 40 respondentes, 19 afirmaram que sim, 11 disseram que não e somente 10 diretores responderam que raramente há um horário destinado para esta ação. No entanto, na questão nº 9, 71% dos gestores afirmaram que acompanham as atividades para incentivo à leitura. Pode-se inferir que se trata de outras leituras realizadas pelos docentes que não são contempladas com os títulos do programa.

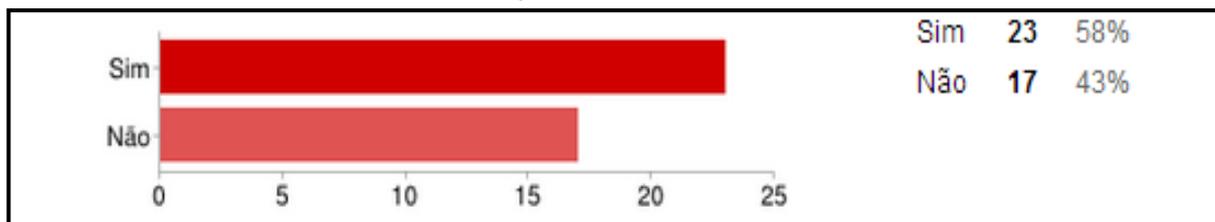
Gráfico 16: Horários reservados para estudo e troca de experiência dos professores utilizando os acervos PNBE do professor 2010



Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas no Google Docs.

A última questão em análise procurou saber se o Projeto Pedagógico da escola contempla ação de leitura com formação para os docentes. Ao perguntar aos gestores se há um projeto de leitura para professores estabelecido no Projeto Político Pedagógico da escola, 53% responderam que sim, e 43% responderam que não.

Gráfico 17: Projeto de leitura na formação continuada dos professores estabelecido no PPP



Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas no Google Docs.

As 17 escolas que responderam não ter no PPP a formação continuada na escola pelos professores estão perdendo a oportunidade de utilizar este instrumento a favor do desenvolvimento das competências profissionais, uma vez que o “PPP é o instrumento balizador para o fazer educacional e, por consequência, expressa a prática pedagógica das escolas, dando direção à gestão e às atividades educacionais” (LÜCK, 2009, p.38).

As análises realizadas por meio do questionário enviado às 78 escolas estaduais demonstram a necessidade de ações que possam promover a efetiva utilização dos livros destinados aos professores em sua formação continuada.

Estes dados colaboraram para a escolha das duas escolas selecionadas para o estudo de caso. Conforme sinalizado anteriormente, na escola “A” o espaço destinado à biblioteca é arejado, com mobiliário adequado, com espaço disponível para atender a todos os alunos. Na escola “B”, apesar de considerar que há uma biblioteca, a rede física da escola é precária, o espaço para armazenamento dos livros é improvisado e o espaço que a gestão afirma ser a biblioteca é uma sala de aula que divide os espaços de carteira, vídeo, computadores e armários de alvenaria, sem adequação às condições mínimas para o funcionamento de uma biblioteca. A escola também improvisou um cantinho de leitura, utilizando o final do corredor para os alunos, com poucos acervos, um tapete e uma mesa com quatro cadeiras. Estas observações foram um dos critérios no processo de escolha, uma vez que as duas escolas possuem espaços totalmente diversos conforme descrito.

2.4 Análise do Resultado das Escolas “A” e “B”

Na escola “A”, foi aplicado o questionário a 15 professores regentes, dois eventuais, uma especialista, uma vice-diretora e uma diretora, contabilizando 17 professores e três profissionais da equipe gestora. Na escola “B” foi aplicado o questionário para 15 professores regentes, um eventual, dois especialistas, uma vice-diretora e uma diretora, contabilizando 16 professores e quatro membros da equipe gestora. No total, as duas escolas contam o mesmo número de professores regentes.

Todos os professores das referidas escolas responderam ao questionário, totalizando nas duas escolas 33 professores e sete membros da equipe gestora, com 20 profissionais em cada escola. O Quadro 17 apresenta os dados obtidos quanto ao nível de escolarização dos pesquisados.

Quadro 17: Nível de escolaridade dos professores das Escolas Estaduais “A” e “B”

Nível de escolaridade	Escola “A”		Escola “B”	
	Professores	Gestores	Professores	Gestores
Ensino Médio (Magistério)	1	-	-	-
Graduação	9	-	10	-
Especialização	7	3	5	4
Mestrado	-	-	-	-
Doutorado	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora a partir do questionário aplicado aos professores

Somente um professor da escola “A” não possui nível superior. Quanto à pós-graduação, 19 professores possuem especialização, correspondente a 58% dos que responderam ao questionário, e nenhum dos professores possuem mestrado ou doutorado. Toda a equipe gestora das duas escolas possui especialização.

O Quadro 18 apresenta a experiência profissional como docente dividido em duas questões: uma relacionada aos anos de exercício na docência em instituição pública e a outra aos anos de atuação na escola pesquisada. Este item foi colocado na pesquisa na intenção de identificar se o professor tem menos de três anos na escola pesquisada, desta maneira, podendo justificar o desconhecimento dos acervos enviados pelo PNBE do professor enviado em 2010/2011. Mas se ele já

trabalha há mais tempo em instituições públicas, a escola onde atuou anteriormente pode ou não ter trabalhado com os acervos.

Quadro 18: Experiência Profissional dos professores das Escolas “A” e “B”

	Escola “A”		Escola “B”	
	Experiência Profissional em Instituições Públicas	Experiência Profissional na Escola “A”	Experiência Profissional em Instituições Públicas	Experiência Profissional na Escola “B”
Menos de 1 ano	-	8	-	2
Até 3 anos	1	1	-	4
3 a 6 anos	4	1	4	4
6 a 9 anos	6	5	3	2
9 a 12 anos	2	1	2	-
Acima de 12 anos	4	1	7	4

Fonte: Elaborado pela autora a partir do questionário aplicado aos professores

A experiência profissional dos professores na Escola “A” concentra-se na opção “menos de um ano”. Este resultado pode estar relacionado ao concurso realizado no ano de 2012, com posse e exercício no ano de 2013. No entanto não há quantitativo de professores com menos de um ano de experiência na docência em instituição pública. A Escola “B” apresenta predominância em três itens: “até 3 anos”, de “3 a 6 anos” e “acima de 12 anos”, com quatro professores em cada item. No entanto apresenta um quantitativo de professores mais experientes na docência em instituição pública, com sete profissionais, enquanto a escola “A” possui quatro profissionais acima de 12 anos de experiência.

Ao fazer uma análise dos dois quadros já apresentados, percebe-se que as duas escolas possuem professores com experiência e qualificação. Qualificação entendida como conhecimento necessário do saber pedagógico, com formação técnica adequada para o exercício da profissão.

O trabalho com a docência e a experiência está intimamente articulado, uma vez que a competência técnica depende de uma boa formação e reflexão da prática, que se constrói ao longo dos anos na função. Para Perrenoud (2000) as experiências vivenciadas no exercício da profissão de professor fundamentam a sua formação e interferem no seu fazer pedagógico, desde a formação técnica (inicial) até o exercício da profissão, do dia-a-dia em sala de aula. O Quadro 22 demonstra os resultados com relação ao tempo de atuação da equipe gestora.

Quadro 19: Tempo de atuação da equipe gestora na escola

	Escola "A"	Escola "B"
Até 3 anos	2	2
De 3 a 6 anos	-	1
De 6 a 9 anos	1	1
De 9 a 12 anos	-	-
Acima de 12 anos	-	-

Fonte: Elaborado pela autora a partir do questionário aplicado aos professores

Na escola "A" a diretora e a vice-diretora apresentam até 3 anos, assim, deduzimos que foram eleitas pela comunidade no último processo de seleção para gestores escolares realizado no ano de 2011. A especialista da referida escola já se encontra há mais tempo em serviço.

Na escola "B" a diretora está no cargo no intervalo de 6 a 9 anos e sua vice se encontra no intervalo de 3 a 6 anos. As especialistas tomaram posse em janeiro de 2013 na escola, pelo concurso realizado no ano de 2012, e está no intervalo de até três anos. As duas diretoras, após participarem da certificação¹⁴ oferecida pela SEE/MG, foram indicadas pela comunidade em eleição. Ambas também possuem o curso de capacitação para gestor oferecido pela SEE/MG, Projeto de Capacitação para Gestores à Distância (PROGESTÃO).

Quadro 20: Forma de ingresso na docência na escola pesquisada

	Escola "A"	Escola "B"
Concurso Público	4	3
Designado (Contratado)	8	8
Efetivado LC100*	5	5

* LC100 – Lei Complementar Estadual Nº 100, de 5 de novembro de 2007, Institui a Unidade de Gestão Previdenciária Integrada – UGEPREVI – do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de Minas Gerais e o Conselho Estadual de Previdência. (SEE/MG. 2007).

Fonte: Elaborado pela autora a partir do questionário aplicado aos professores

O número de professores contratados é alto nas duas escolas pesquisadas. O que não é um ponto positivo, devido à rotatividade de funcionários na instituição, muitas vezes dificultando o trabalho em longo prazo.

Ao perguntar aos gestores e professores sobre o espaço destinado à biblioteca, na escola "A", todos responderam que a escola possui este espaço, a escola "B" não possui rede física com espaço para biblioteca, conforme já colocado

¹⁴ A certificação Ocupacional de Dirigente Escolar tem por finalidade credenciar servidores para exercerem o cargo de Diretor de Escola Estadual em Minas Gerais (EDITAL SEE Nº 03/2010).

na apresentação das escolas, mas consideram como espaço destinado à biblioteca a sala de aula, com vídeo, computadores, e armários de alvenaria onde ficam armazenados os acervos enviados para alunos e professores.

Na questão seguinte, foi solicitado aos gestores que respondessem se eles tinham o hábito de visitar a biblioteca de suas escolas. Na escola “A” a equipe gestora respondeu que sim. Na escola “B” esta questão não foi pertinente por não possuir um espaço destinado à biblioteca, apesar da escola considerar a sala de aula para esta finalidade.

Em relação ao PNBE do professor, o bloco das perguntas relacionadas a este item será apresentado abaixo, no Quadro 21.

Quadro 21: PNBE do professor 2010 nas Escolas “A” e “B”

Questões	Escola “A”		Escola “B”	
	Sim	Não	Sim	Não
Conhece o programa	6	11	12	4
Conhece os Objetivos	6	11	12	4
Foi divulgado na escola	4	13	13	3
Sistema de empréstimo para professores	10	7	16	-
Escola oferece espaço para leitura e discussão do PNBE	3	14	16	-
Profissional para atender, divulgar, organizar os acervos.	2	15	-	16

Fonte: Elaborado pela autora a partir do questionário aplicado aos professores

A Escola “A” tem o quantitativo de professores que não conhecem o programa na mesma proporção dos que o conhecem na escola “B”. Esta diferença pode estar relacionada ao número de professores que foram nomeados no ano de 2013 na escola “A”, conforme demonstrado no Quadro 18, enquanto na escola “B”, a maioria possui mais de três anos de exercício na docência na escola. Demonstra, também, que as escolas onde atuaram anteriormente não divulgaram o acervo recebido em 2010, uma vez que nenhum respondente possui menos de um ano na docência.

O mesmo valor foi atribuído ao perguntar se conheciam os objetivos do programa. Ao perguntar a equipe gestora da escola, com exceção da especialista da escola “B”, todos responderam que conheciam o programa e seus objetivos.

Quanto ao quesito da divulgação novamente há inversão: na escola “A” a maioria respondeu que não houve, enquanto na escola “B” a maioria respondeu que houve divulgação do acervo recebido em 2010/2011.

No sistema de empréstimo, na escola “A” dez professores afirmam que possuem uma organização que possibilita o empréstimo dos acervos aos

professores, porém sete deles responderam que não há esta ação na escola. Em contrapartida, na escola “B” são unânimes em afirmar que possuem sistema de empréstimo e espaço disponibilizado para discussão. O espaço considerado na pesquisa são os momentos de reunião, planejamento e discussão coletiva realizados nas instituições pesquisadas.

Na escola “A” a maioria afirma não possuir este espaço, o que comprova a resposta de não conhecerem o acervo. A escola “B” atende ao primeiro elemento no quadro de lista dos indicadores de qualidade da educação apresentados pelo Programa de Indicadores de Qualidade promovidos pela Ação Educativa, no que diz respeito à Gestão Escolar Democrática, por manter a informação democratizada, observando os princípios da publicidade estabelecida na Constituição Federal Brasileira de 1988 (LÜCK, 2009).

Quanto ao profissional para atender na biblioteca, a escola “A”, que possui uma biblioteca ampla, 15 professores responderam que não há este profissional disponível, mesmo tendo este profissional apresentado no quadro de funcionários, enquanto dois responderam que há este profissional. A equipe gestora respondeu que possui funcionários, mas, devido à demanda de atendimento na escola, as professoras da biblioteca têm atuado mais como professoras recuperadoras de alunos, por não possuírem outro profissional disponível, ficando o atendimento na biblioteca comprometido.

Na escola “B”, mesmo não tendo a biblioteca, a professora em “ajustamento funcional” faz a função. Em conversa com a diretora ela relatou que esta funcionária dispõe os livros em caixas organizadoras com etiqueta dos livros literários para cada ano de escolaridade e disponibiliza aos professores. Os acervos do PNBE do professor também são organizados no armário das especialistas e sempre que solicitado é disponibilizado aos professores para empréstimo. A mesma professora também atua na intervenção com os alunos mais fracos.

Continuando a questionar os professores sobre o PNBE do professor e o espaço da biblioteca, a escola “A” apresenta diferenças significativas na apropriação dos acervos para a formação dos professores e na utilização do espaço destinado à biblioteca em relação às respostas da escola “B”, demonstrado no Quadro 25 que utilizou oito itens, por meio da escala tipo Likert¹⁵, que variam entre concordância

¹⁵ As escalas de Likert, ou escalas Somadas, são utilizadas nas ciências sociais, principalmente para levantamento de opiniões, atitudes e avaliação (GÜNTHER, 2003, p.11). Requerem que os

total e discordância total, numa escala de 0 a 5 pontos, onde o grau máximo de concordância corresponde ao número 5 e a discordância total em 0. Para tabular as respostas foi utilizada uma transformação direta, através de operações aritméticas (SANTOS, 2010, p.25), multiplicado o número de professores de cada escola por 5, ou seja, que atinge o máximo de concordância de 85 pontos para a escola “A” e 80 pontos para a escola “B”, aplicando o percentual para cada escola nos itens relativos à concordância.

Quadro 22: PNBE do professor 2010 e a Biblioteca das Escolas “A” e “B”

Item utilizado para concordância	Escola “A”		Escola “B”	
	Total ¹	% ²	Total ¹	% ²
1 – A biblioteca da escola é organizada de forma a contribuir na distribuição e facilitação de empréstimos de livros na prática pedagógica aos professores	9	12%	00	0%
2 – A biblioteca possui horários flexíveis de atendimento aos professores	4	6%	00	0%
3 – A biblioteca de sua escola possui um profissional qualificado para o exercício da profissão	9	12%	00	0%
4 – Os títulos do PNBE do professor do Acervo 2010 são adequados para a formação pedagógica	13	18%	64	88%
5 – Nas reuniões pedagógicas da escola há sugestões de livros que os professores possam utilizar para melhorar suas práticas pedagógicas	32	41%	76	100%
6 – Considera o programa do PNBE do professor importante para as práticas pedagógicas	78	94%	75	100%
7 – Considera que a leitura de uma obra possa modificar práticas pedagógicas	71	88%	76	100%
8 – Acha importante ser um professor leitor para desenvolver o gosto pela leitura	55	65%	60	75%

¹Soma da concordância por item do questionário

²Percentual de concordância por item do questionário

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os questionários analisados.

Nos itens 1,2 e 3 a Escola “A”, que possui uma biblioteca, o índice de concordância é muito baixo entre os professores pesquisados. Já na Escola “B” a porcentagem indica a ausência do espaço adequado à biblioteca, conforme descrito na apresentação da escola “A” quanto à precariedade de sua rede física. No item 4 a baixa porcentagem da escola “A” refere-se ao não conhecimento dos títulos enviados para a escola em 2010, enquanto que na escola “B” o índice foi de 88%.

No item 5 a escola “A” apresenta 44% de concordância quanto às sugestões de leitura realizada nas reuniões pedagógicas. A escola “B” tem 100% de seus

entrevistados indiquem seu grau de concordância ou discordância com declarações relativas à atitude que está sendo medida.

professores indicando que nas reuniões as sugestões de leitura para aprimoramento são realizadas.

No item 6, o grau de concordância das duas escolas foi alto ao considerar o programa importante para a docência, no entanto, no item 7, a Escola “A” não considera que a leitura possa modificar práticas pedagógicas. Há uma incoerência na resposta da Escola “A”, porque se o programa de livros é importante, ele necessita ser utilizado para que os objetivos do programa possam ser consolidados. Se a escola recebe o acervo, o considera importante e não acredita que a leitura de obras que possuam base em pesquisas na área educacional possa servir de reflexão para atuação e melhoria das competências inerentes ao cargo, não há necessidade de ter livros disponíveis para este fim.

Na escola “B” 100% consideram o programa importante e 72% acreditam que a leitura de uma obra possa modificar práticas pedagógicas. Esta resposta demonstra que há possibilidades na escola de uma cultura formativa envolvendo todos os profissionais que ali atuam. No item 8, ao perguntar sobre a importância de ser leitor para formar leitores, o índice de concordância foi alto, porém, ainda há um grupo de professores que discordam.

Na abordagem construtivista, o “aprender a aprender” é relativo ao direcionamento dos alunos para uma aprendizagem significativa, com autonomia, e contribui “para o aumento da autonomia do indivíduo, enquanto aprender como resultado de um processo de transmissão por outra pessoa seria algo que não produziria a autonomia e, ao contrário, muitas vezes até seria um obstáculo para a mesma”. (DELORS et al 2011, p18)

Se o aluno necessita aprender para sua autonomia o professor, como mediador do conhecimento, necessita de uma reflexão sobre seu trabalho na construção de novos saberes que possibilitem a construção de novas competências. Neste sentido, Perrenoud (2000, p.178) confirma que

[...] a profissionalização é uma transformação estrutural que ninguém pode dominar sozinho. Por isso, ela não se decreta, mesmo que as leis, os estatutos, as políticas da educação possam facilitar ou frear o processo. O que significa que a profissionalização de um ofício é uma aventura coletiva, mas que se desenrola também, largamente, através das opções pessoais dos professores de seus projetos e suas estratégias de formação.

Ensinar e aprender, portanto, são processos permanentes na vida dos alunos e no exercício da profissão docente. Perrenoud (2000) demonstra que o saber do professor necessita ser considerado como resultado de suas relações sociais e suas opções pessoais, já que “a formação contínua acompanha também transformações identitárias” (PERRENOUD, 2000, p. 158). Daí a importância de formação contínua para atualização, diante dos novos paradigmas e adaptações ao trabalho no dia-a-dia da sala de aula.

No último item da pesquisa foram elencados os títulos recebidos pelo PNBE do professor no acervo 2010 a fim de conhecer quais obras foram mais lidas. Além de esta pesquisa abordar os títulos, verificamos também quais periódicos foram mais lidos pelos professores.

Ao perguntar aos professores e a equipe gestora se tinham conhecimento de quantos acervos as escolas receberam, na escola “A” cinco responderam que a escola recebeu de um a cinco títulos enviados, ficando o restante com a resposta de que não podem informar por não conhecer os acervos. Na escola “B” sete responderam que a escola recebeu de um a cinco títulos, três responderam de cinco a 10 títulos, dois responderam que acima de 10 títulos e três não souberam informar.

A observação realizada nas respostas é de que as duas escolas não conhecem o quantitativo de livros e /ou confundiram títulos com quantitativo de acervos. Em uma pesquisa no sítio do FNDE (BRASIL, c2012) foi possível verificar quantos acervos e títulos cada uma das escolas receberam. De acordo com o FNDE, para os anos iniciais, foram organizados quatro acervos, com até 30 obras em cada acervo. As duas escolas receberam os quatro acervos, no total de 120 livros direcionados à formação dos profissionais que atuam nos anos iniciais. De acordo com o Edital do PNBE do professor 2010, em 27 de julho de 2009, a composição dos acervos foi formada:

4.1.1. Para as escolas que oferecem os anos iniciais do ensino fundamental regular e o normal/magistério do ensino médio, serão formados acervos com até 30 (trinta) obras.

[...]

4.3. O MEC poderá, se for necessário, e, resguardadas as especificidades do ensino fundamental e médio e da modalidade de educação de jovens e adultos, deslocar obras de uma categoria para outra, visando atender à diversidade do conjunto de acervos (BRASIL. FNDE, 2009, p.4)

Ainda de acordo com o FNDE, na tabela de “Valores contratados”, foram 154 obras adquiridas para o PNBE do professor, sendo 52 títulos direcionados aos anos iniciais do Ensino Fundamental. A seguir são apresentadas no Quadro 23 as obras mais lidas pelos professores das duas escolas

Quadro 23: Obras lidas pelos professores pesquisados do acervo PNBE do professor 2010

Obras do PNBE do professor – Acervo 2010 Títulos mais lidos		Escola “A”	Escola “B”		
01	A criança de seis anos no Ensino Fundamental	1	2		
02	A escrita infantil – O caminho da construção	1	1		
03	Alfabetização e Letramento em Sala de aula	6	8		
04	Alfabetização e Linguística – Ensinar e Aprender	2			
05	Alfabetização, Leitura e escrita – Formação de professores em curso		2		
06	Ciências: Fácil ou difícil?	1	1		
07	Da escola para casa: Alfabetização		2		
08	Estratégias de Leitura	1			
09	Falar, ler e escrever em sala de aula – Do período pós-alfabetização aos 5º anos		1		
10	Formação de professores e escola na contemporaneidade		2		
11	Leitura nas séries iniciais – Uma proposta para formação de leitores de literatura		2		
12	Literatura e Alfabetização – Do plano ao choro ao plano da ação.		1		
13	Literatura Infantil Brasileira: Um guia para professores e promotores de leitura	1			
14	Literatura Infantil: Teoria, análise e didática		1		
15	Ortografia: Ensinar e aprender	1	5		
16	Português – Linguagem e Interação		2		
17	Teoria e prática de Matemática – Como dois e dois	1	2		
18	Um olhar comprometido com o ensino de Ciências				
Quantidade de obras lidas / quantitativo geral de leitura		9	15	14	31

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os questionários analisados.

Neste item os professores e equipe gestora podiam marcar mais de uma opção. Na escola “A” nove títulos foram marcados pelos professores, o que corresponde a uma média de menos de um título lido por cada docente, que equivale a 17% do total de títulos enviados. Na escola “B” 14 títulos foram marcados, totalizando 31 leituras no quantitativo geral, o que representa 23% do total de livros enviados, equivalente a quase dois títulos lidos por cada profissional da escola.

“Nas duas escolas as obras mais lidas do acervo enviado foram os livros: Alfabetização e Letramento em Sala de aula”, da autora Francisca Izabel P. Maciel et al (2008), com 6 professores na escola A e oito na escola “B”; **“Ortografia: Ensinar e aprender** do autor Arthur Gomes de Moraes (2010)”. Com 6 professores na escola “B”.

Este item demonstra ainda que são poucos os títulos que foram lidos, diante do universo de 52 obras disponibilizadas, sem contabilizar os livros que foram enviados para EJA, Ensino Fundamental e AEE para complementar os acervos das referidas escolas, totalizando 154 títulos enviados e distribuídos em quatro acervos.

Quanto aos periódicos enviados às escolas, os professores marcaram os que são mais lidos, demonstrados no Quadro 24.

Quadro 24: Periódicos mais utilizados para subsidiar práticas pedagógicas

Periódicos	Escola "A"	Escola "B"
Carta Fundamental	2	
Revista Nova Escola	8	13
Revista Pátio Educação Infantil	2	
Revista Ciências Hoje das Crianças	4	7
Cálculo Matemático para Todos	1	
Língua Portuguesa		
Filosofia, Ciência e Vida		
Revista Presença Pedagógica	3	
Pátio Ensino Médio, Profissional e Tecnológico		3
Total	20	23

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os questionários analisados.

Assim como os títulos, os periódicos também podiam ser marcados em mais de um item. A escola "A", num total de 20, corresponde a uma média de dois periódicos lidos por profissionais da escola. A escola "B" apresenta a mesma média. Isso demonstra que os professores leem mais as revistas do que as obras disponibilizadas.

Diante das análises coletadas pelo questionário utilizado nesta dissertação, serão realizadas as considerações acerca da pesquisa nas duas dimensões: a dimensão macro, com as 78 escolas, e a dimensão micro, com as duas escolas.

2.5 Considerações Acerca da Pesquisa de Campo

A pesquisa apresenta um grupo de gestores que conhecem o programa, possuem horários destinados à formação continuada dos professores utilizando o acervo do PNBE, que este material está armazenado nos espaços destinados à biblioteca escolar, contando com um profissional para atuar na biblioteca. Todos acreditam que o programa é importante para os professores e que os títulos

enviados são relevantes para a aprendizagem dos professores e que auxiliam no desenvolvimento dos alunos.

Porém um número expressivo de professores ainda não frequenta assiduamente o espaço da biblioteca na escola e nem todos os gestores acompanham de perto esta movimentação, tanto no que diz respeito aos empréstimos realizados quanto à participação nas atividades dos professores, nas leituras e troca de experiências.

Outro fato que chamou atenção é que muitas escolas ainda não possuem em seu Projeto Político Pedagógico o estabelecimento de práticas de formação continuada com a utilização dos acervos enviados pelo PNBE do professor, mas efetuam compras, mesmo não tendo recebido os acervos voltados para a formação. Há preocupação quanto à compra, mas não há preocupação quanto à utilização.

Muito ainda necessita ser pesquisado para consolidar o programa dentro das escolas para que as políticas públicas de distribuição possam ter sua utilização efetivada pelos gestores em suas atribuições administrativas.

Percebemos que o recebimento de acervos do PNBE do professor nas escolas pesquisadas não muda as práticas vigentes na cultura da organização escolar (BRASIL, 2008), mostrando-se necessário repensar a formação continuada dos professores. De acordo com Perrenoud (2000) os profissionais da educação necessitam administrar sua própria formação; o autor coloca que esta administração vai muito além de escolher cursos oferecidos pelas instituições e destaca cinco componentes principais para gerir a autoformação:

- Saber explicitar as próprias práticas;
- Estabelecer seu próprio balanço de competências e seu programa pessoal de formação contínua;
- Negociar um projeto de formação comum com os colegas (equipe, escola, rede);
- Envolver-se em tarefas em escala de uma ordem de ensino ou do sistema educativo;
- Acolher a formação dos colegas e participar dela (PERRENOUD, 2000, p.158).

Considerando as responsabilidades dos gestores em construir uma gestão democrática nas escolas, promovendo uma maior aproximação entre todos os profissionais da escola, Lück (2009, p. 71) afirma que os esforços de cada membro “se justificam e se explicam, em decorrência, como uma íntima interação entre

direitos e deveres, marcados pela responsabilidade social e valores compartilhados e o esforço conjunto para a realização de objetivos educacionais”.

Na pesquisa ficou claro que a escola “A” não participou aos funcionários a chegada dos acervos, mas que os professores também não buscaram se integrar e participar da administração dos materiais disponíveis na escola. Quando Perrenoud (2000) coloca o envolvimento em tarefas, Lück (2009) acrescenta a responsabilidade compartilhada.

Na escola “B” a liderança do gestor é demonstrada na participação das reuniões e propostas de leitura, com a divulgação dos acervos, mesmo não tendo um espaço específico, criando estratégias para lidar com as dificuldades, que não impedem as equipes gestoras de mobilizar os recursos disponíveis para atuar de forma organizada. De acordo com Lück, a

[...] gestão democrática pressupõe a mobilização e organização das pessoas para atuar coletivamente na promoção de objetivos educacionais, o trabalho dos diretores escolares se assenta sobre sua competência de liderança, que se expressa em sua capacidade de influenciar a atuação de pessoas (professores, funcionários, alunos, pais, outros) para a efetivação desses objetivos e o seu envolvimento na realização das ações educacionais necessárias para sua realização (LÜCK, 2009, p. 75).

Essa mobilização tem influência direta no compromisso do gestor com a Gestão de Pessoas, desenvolvendo na escola uma “verdadeira comunidade de aprendizagem, na qual todos aprendem continuamente e constroem, de forma colaborativa, conhecimentos que expressem e sistematizem essa aprendizagem” (LÜCK, 2009, p.8).

A influência do líder tem ação direta no professor que, ao ser influenciado pelo gestor, inicia uma reflexão que poderá contribuir na lucidez profissional, ultrapassando seus limites, com “salto qualitativo que passe pela construção de novos modelos de ação pedagógica e didática, por conseguinte, por um trabalho de autoformação que apele para os aportes externos” (PERRENOUD, 2000, p. 163).

Perrenoud (2000) ainda acrescenta que nos estabelecimentos nos quais a cooperação é fraca, como demonstrado em relação à escola “A”, é justamente em torno da formação contínua que ela pode ser iniciada. A proposta de autoformação evolui para o trabalhado integrado, cooperativo, aproximando ainda mais o grupo que, com o tempo, estabelece motivações para continuar aprendendo.

A aprendizagem compartilhada suscita na equipe um sentimento de pertencimento uma vez que a educação é um processo complexo, que “demanda esforços conjuntos de inúmeras pessoas, de diversos segmentos e contextos com diversas perspectivas de atuação” (LÜCK, 2009, p. 86), tornado os profissionais mais lúcidos, com uma visão sistêmica das obrigações e desafios enfrentados pelos docentes em suas instituições (PERRENOUD, 2000).

A distribuição dos livros para formação de professores por meio do PNBE é uma das possibilidades de autoformação, porém, a pesquisa revela que a apropriação desta ferramenta ainda necessita ser consolidada dentro da escola. A pesquisa também vai de encontro às informações já divulgadas pelo Relatório de Monitoramento do Tribunal de Contas da União, publicado em 2006, que afirma que,

[...] segundo dados do Censo Escolar/2000, 72,4% das escolas beneficiadas pelo PNBE não tinham conhecimento acerca da existência do programa. À época, 33,8% das escolas pesquisadas na auditoria consideraram a falta de divulgação como um dos aspectos negativos do programa. A maioria dos professores entrevistados durante as visitas às escolas desconhecia o PNBE, não sabia quais livros faziam parte dos acervos nem tinham conhecimento acerca do manual de orientação sobre o programa enviado pelo MEC. As secretarias de educação se ressentiam da falta de informações sobre quais escolas de sua rede estavam sendo beneficiadas e quais livros estavam sendo enviados (BRASIL, 2006c, p. 37).

Estes dados podem colaborar para uma parceria dos sistemas de ensino no intuito de articular ações que possibilitemos profissionais da escola ser agentes de sua própria formação e, para que isso seja viável, Perrenoud (2000) diz que,

[...] para que tal parceria se desenvolva, importa que o debate tenha início nos locais de formação contínua, por meio de um diálogo entre profissionais, formadores e responsáveis por formação, antes de constituir o objeto de negociações “na cúpula”. Nesse último nível, podem ser negociados não só recursos, períodos de formação, estatutos, mas também as orientações, as prioridades, os conteúdos e os procedimentos que deveriam depender de uma elaboração cooperativa, de uma discussão compartilhada sobre a formação. Hoje, ela ainda não está muito desenvolvida. Seria importante que cada vez mais professores se sentissem responsáveis pela política de formação contínua e intervissem individualmente ou coletivamente nos processos de decisão (PERRENOUD, 2000, p. 169).

A participação dos professores nos processos decisórios da instituição na qual atuam, mesmo sendo hoje pouco desenvolvida, já está garantida na LDBEN (BRASIL, 1996), mas somente a lei não garante a efetiva participação, é necessária a colaboração de todos os envolvidos.

Em relação aos espaços escolares, a escola “A”, mesmo apresentado uma rede física adequada à biblioteca, não aproveita este espaço para uma construção interpessoal com seus professores, na construção de uma cultura que promova a troca de experiências como estratégia de autoformação. Na escola “B” os professores demonstraram uma cultura de utilização dos recursos disponíveis, mesmo diante da precariedade de seu espaço para biblioteca.

Para que essa cultura se fortaleça o professor de uso da biblioteca é peça fundamental, agindo como mediador da leitura tanto para os alunos quanto para os profissionais da escola. O trabalho deste profissional, aliado à gestão de resultados na instituição, pode ser um caminho para fortalecer a aprendizagem continuada dentro da escola, bem como apontar os entraves que ainda permanecem para uma educação de qualidade.

O Capítulo 3 pretende trazer uma proposta para que esta política de formação continuada possa se efetivar nas escolas da jurisdição da SRE/GV, tendo o PNBE do professor como possibilidade de autoformação em serviço e a cultura de aprendizagem coletiva, partindo das experiências e necessidade de cada escola, tendo o professor de ensino e uso da biblioteca como mediador do processo.

3 COMPETÊNCIA TÉCNICA: UMA POSSIBILIDADE NA MELHORIA DO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE LIVRO E LEITURA

Ao longo do Capítulo 1 foi abordado o PNBE que atingiu, em 2010, a universalização na distribuição de livros. Como uma das ações do programa, o PNBE do professor, distribuído para subsidiar as práticas docentes para todos os professores da Educação Básica, EJA e Atendimento Especializado, também atingiu a universalização no atendimento. No entanto, somente a política de distribuição não alcança os resultados esperados. As bibliotecas escolares também não possuem material humano com formação específica que possa contribuir para a formação continuada dos professores.

As proficiências leitoras apresentadas nas avaliações do PROALFA e do PROEB, que compõem o SIMAVE, demonstram que a Superintendência Regional de Ensino de Governador Valadares alcançou os índices esperados para o 3º ano de escolaridade com a meta “Toda criança lendo e escrevendo até os 8 anos de idade”. Porém, nas avaliações do SAEB/Prova Brasil e PROEB do 5º ano, as proficiências leitoras dos alunos da rede estadual não alcançaram o resultado esperado, ficando na faixa do intermediário, sendo que este resultado também foi apresentado pelas escolas “A” e “B”.

Na pesquisa de campo com as escolas estaduais da jurisdição ficou evidente que os gestores consideram o programa muito importante para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, porém a maioria entende como capacitação continuada apenas aquela que acontece em cursos fora da escola.

Ficou evidente que todas as escolas estaduais que atendem aos anos iniciais possuem um espaço para biblioteca, mesmo a escola “B” que não possui uma rede física adequada, possui um “cantinho” que considera como sendo a biblioteca da escola. Este espaço, que armazena os livros enviados pelo PNBE do professor e todos os outros livros enviados pelo programa, necessitam ser utilizado de forma adequada para auxiliar na formação continuada dentro do espaço escolar, utilizando o programa de forma a desenvolver nos profissionais da educação as habilidades e competências exigidas no século XXI.

A pesquisa também apontou a necessidade de formação do Professor de Ensino e Uso da Biblioteca da escola. Os dados evidenciam a falta de formação técnica e um grande número de professores contratados ocupando esta função.

Partindo do pressuposto que a escola sozinha não consegue mudar a sociedade, mas pode propor ações que auxiliem estas mudanças, e que a unidade escolar pode fazer a diferença quando seus profissionais têm um preparo melhor, este plano de ação tem por objetivo traçar um caminho para as escolas estaduais de anos iniciais da SEE/MG que favoreça a utilização dos recursos disponíveis pela política pública de distribuição de livros para professores em ações permanentes.

Diante disso, este PAE tem a pretensão de propor à SEE/MG o Curso Técnico em Biblioteconomia como Certificação Ocupacional Para Professores Para Ensino e Uso da Biblioteca das Escolas Estaduais de Minas Gerais.

Este capítulo está estruturado em duas partes: primeiramente será apresentada a proposta de um Curso Técnico em Biblioteca Escolar e, posteriormente, um Plano de Curso com Certificação Ocupacional para Professores para Ensino e Uso da Biblioteca das Escolas Estaduais de Minas Gerais.

3.1 Justificativa da Proposta de formação: Curso Técnico Profissional em Biblioteca Escolar

O Estado de Minas Gerais tem realizado nos últimos 20 anos, melhorias significativas na qualidade da educação, com ações que fortalecem a gestão democrática. Esta prática teve início com a eleição direta para gestores, exigindo-se a Certificação Ocupacional, e, em 2004, com a implantação do Ensino Fundamental de nove anos, sendo o estado pioneiro no Brasil com crianças de seis anos no 1º ano nas escolas públicas; após isso, houve a implantação do PIP para o monitoramento das ações nas escolas.

Ao longo dos anos vem implementando projetos em parceria com o governo federal com finalidade de cumprir as disposições da Constituição de 88 e da LDBEN 9.394/96 para alcançar uma educação de qualidade na rede pública mineira.

O Estado de Minas Gerais, em 2010, iniciando políticas públicas de melhoria nas bibliotecas escolares, distribuiu o guia “Caderno de Boas Práticas dos

Professores para Ensino do Uso da Biblioteca das Escolas Estaduais de Minas Gerais” (MINAS, 2010). O Guia é um documento elaborado para que os profissionais possam sempre consultá-lo como instrumento na condução do trabalho. Aos profissionais da educação que atuam no quadro administrativo, disponibiliza-se a formação continuada em parceria com o governo federal, intitulado Pró-funcionário, que possui um módulo com o tema Biblioteca Escolar.

Para a formação continuada dos professores criaram-se as Escolas Referências Regionais passando, em 2011, a ser incorporada a “Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais”, com o nome fantasia de MAGISTRA¹⁶.

No ano de 2013 a SEE/MG estabeleceu em legislação uma nova carga horária para os professores por meio da Lei Estadual 20.592/2012 e do Decreto 45.125/2013, que instituiu a regulamentação de 1/3 da jornada de trabalho dos professores para atividade extraclasse. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental os professores possuem unidocência¹⁷, estipulando uma carga horária de 30 horas semanais assim distribuídas: 20 horas na docência; cinco horas para planejamento (que poderão ser cumpridas em local de livre escolha) e cinco horas de estudo, cumpridas no local de trabalho, que segundo a SEE/MG,

[...] o professor que optar por fazer capacitação, oferecida ou autorizada pela Secretaria de Educação, pode usar metade das cinco horas restantes para este mesmo fim. Portanto, neste caso, o professor irá permanecer na escola por 22 horas e 30 minutos. Já o professor que não optar pela capacitação permanecerá na escola no máximo por 25 horas (SINDICATO, 2013).

Essa nova organização na jornada de trabalho dos professores dos anos iniciais permite que a escola possa repensar a formação continuada amparada legalmente pela SEE/MG. Além disso, os professores para Ensino e Uso da Biblioteca das Escolas Estaduais de Minas Gerais são também beneficiados com a nova carga horária que possibilita formação para melhor desenvolver as competências inerentes ao cargo. De acordo com a nova legislação 20.592/2012 os

¹⁶ Escola de formação e desenvolvimento profissional de educadores de Minas Gerais. Criada pela lei delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011. Tem como objetivo promover a formação e a capacitação de educadores, de gestores e demais profissionais na SEE, nas diversas áreas do conhecimento e em gestão pública e pedagógica.

¹⁷ Professor regente de turma responsável por todos os conteúdos curriculares (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física, Arte e Ensino Religioso).

professores de apoio ao funcionamento da biblioteca passam a cumprir uma jornada de 24 horas semanais.

§ 2º O Professor de Educação Básica que não estiver no exercício da docência, que exercer suas atividades no apoio ao funcionamento da biblioteca ou nos núcleos de tecnologias educacionais - NTEs -, cumprirá vinte e quatro horas semanais no exercício dessas atividades, incluindo as horas destinadas a reuniões, em local definido pela direção do órgão de sua lotação na forma de regulamento (SINDICATO, 2013).

A capacitação continuada em serviço e na unidade escolar poderá ser planejada pelos gestores, juntamente com os professores dos anos iniciais, articulados às competências do professor de uso da biblioteca. Para isso é necessária uma formação mínima exigida aos profissionais que exercem função em bibliotecas.

Entretanto observou-se, pela pesquisa de campo, que para utilizar os acervos de forma a atingir o máximo aproveitamento é necessário investir em um profissional que é a peça chave na organização da biblioteca escolar. O gestor comprometido faz a diferença nas escolas que são consideradas eficazes, mas é necessário que cada um cumpra seu papel na organização. Para isso o gestor necessita contar com profissionais que organizem, selecionem, divulguem e, acima de tudo, tenham domínio dos conhecimentos necessários para o bom desempenho de suas funções.

Para atender à Lei Federal 12.244 (BRASIL, 2010), de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino públicas e privadas, juntamente com a Lei 9.674, de 25 de junho de 1988, que dispõe sobre o exercício da profissão de bibliotecário, muitas ações deverão ser pensadas nas políticas públicas do estado de Minas Gerais na formação deste profissional. De acordo com o manifesto IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar (ORGANIZAÇÃO, 1999, p.7), “as bibliotecas escolares devem possuir meios adequados para assegurar a existência de pessoal com formação, materiais, tecnologias e equipamentos e ser de utilização gratuita”.

O Estado de Minas Gerais, de acordo com o Censo da Educação Básica de 2009, (BRASIL, INEP, 2009) é o segundo maior estado em número de bibliotecas nas escolas de Ensino Fundamental, porém, os profissionais que atuam como mediadores de leitura neste espaço, conforme demonstrado na pesquisa, ainda não

possui qualificação adequada para contribuir com a gestão escolar em projetos que envolvam toda a comunidade escolar.

O Estado de Minas Gerais, em 2010, iniciando políticas públicas de melhoria nas bibliotecas escolares, distribuiu o guia “Caderno de Boas Práticas dos Professores para Ensino do Uso da Biblioteca das Escolas Estaduais de Minas Gerais” (MINAS, 2010). O Guia é um documento elaborado para que os profissionais possam sempre consultá-lo como instrumento na condução do trabalho. Aos profissionais da educação que atuam no quadro administrativo, disponibiliza-se a formação continuada em parceria com o governo federal, intitulado Pró-funcionário, que possui um módulo com o tema Biblioteca Escolar.

No entanto, a pesquisa apontou a necessidade de aperfeiçoamento técnico dos professores que atuam no espaço da biblioteca escolar. Dos 40 respondentes que participaram da pesquisa, nenhum profissional da biblioteca escolar possui curso específico para atuar, são professores da Educação Básica, em sua maioria com licenciatura na área da educação.

Esta realidade não é constatada somente na Superintendência Regional de Ensino de Governador Valadares, mas em todas as escolas públicas estaduais de Minas Gerais. Esta afirmação é uma constatação no plano de carreira da SEE/MG, (MINAS, 2012) por não possuir requisitos técnicos profissionais na contratação do profissional para atuar nas bibliotecas escolares. O requisito é o mesmo para atuar na docência.

A Lei 9.674/1998 traz alternativas para a formação do profissional da biblioteca sem o devido diploma em Bacharelado em Biblioteconomia:

As Bibliotecas Públicas localizadas em Municípios com até dez mil habitantes e cujo acervo não ultrapasse a duzentos exemplares catalogados poderão funcionar sob a supervisão de um Técnico em Biblioteconomia, devidamente registrado perante o Conselho e, neste caso, deverão comunicar ao respectivo Conselho Regional de Biblioteconomia a criação, o funcionamento e a responsabilidade técnica da Biblioteca, para fins de anotação e controle, sendo isentas de qualquer taxa ou contribuição (BRASIL, 1998, art. 33, § 3º).

O curso técnico profissional em biblioteca escolar é uma possibilidade possível e exequível pela SEE/MG, que conta com parcerias das Universidades Estaduais e Federais, com a Escola MAGISTRA e escolas Estaduais que podem atender a demanda para o mercado profissional no estado de Minas Gerais.

O Curso Técnico em Biblioteca Escolar possui amparo legal estabelecido na Resolução nº 4 (BRASIL, 2012a), de 6 de junho de 2012, da Câmara da Educação Básica (CEB), que incluiu 35 novos cursos, entre eles o Técnico em biblioteconomia, sendo que o Curso faz parte do Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social, com mínimo de 800 horas em sua carga horária. Nada do que se propõe é novo, porém, a utilização de propostas exequíveis é fundamental para ampliar os horizontes e melhorar ainda mais a educação no Brasil.

Partindo da premissa de que cada estado possui suas peculiaridades, o curso Técnico para Biblioteca Escolar necessita ser direcionado dentro das políticas públicas vigentes no estado de Minas Gerais, que já se encontra com avanço nas propostas educacionais, e necessita de continuidade e entrelaçamento.

Para isso, a criação de um Plano de Curso específico para os profissionais da biblioteca escolar nas escolas públicas de Minas Gerais necessita contemplar os temas básicos inerentes à formação do técnico em biblioteconomia, mas também as políticas públicas mineiras implantadas para educação de qualidade.

O próximo tópico irá detalhar o Plano de Curso como instrumento aberto à complementação e contribuição de outros profissionais que desejem a melhoria e uma melhor utilização das bibliotecas escolares e de seus profissionais como mediadores de leitura, na busca constante da qualidade almejada na educação de Minas Gerais.

3.2 Plano de Curso de Técnico em Biblioteca Escolar

O Curso Técnico em Biblioteca escolar é uma necessidade de aprimoramento técnico e profissional voltado para os professores que atuam como apoio no ensino e uso da biblioteca escolar no estado de Minas Gerais, dentro das instituições escolares estaduais.

A necessidade de articulação com as políticas públicas de livro e leitura junto ao governo federal e a implantação do PNLL no Brasil demonstra a urgência em articular o espaço das bibliotecas escolares com políticas de leitura para avançar na proficiência leitora de nossos alunos e professores.

No Manifesto IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar este espaço é integrante do processo de ensino e aprendizagem, com vistas à promoção de serviços aos alunos, professores e comunidade. O mesmo documento relata a estrutura das políticas que devem ser traçadas pelos sistemas de ensino, com objetivo de concretizar ações que potencializam este espaço no ambiente educacional.

A escola de professores MAGISTRA é uma escola de formação e desenvolvimento profissional de educadores de Minas Gerais criada com o objetivo de promover “a formação e a capacitação de educadores, de gestores e demais profissionais da Secretaria Estadual de Educação, nas diversas áreas do conhecimento e em gestão pública pedagógica” (MINAS, 2013b).

O Curso técnico em Biblioteca Escolar caracteriza-se pelo conjunto de conhecimentos teóricos e práticos indispensáveis no fomento de informações e mediadores de leitura. Sua área de atuação serão as escolas públicas estaduais de Minas Gerais, com conhecimentos que utilizam a informação para o exercício pleno de cidadania.

O Profissional técnico em Biblioteca Escolar deverá atuar no espaço da escola em articulação com os gestores, professores e comunidade, tendo um conhecimento aprofundado do processo educacional vigente no Estado de Minas Gerais, incluindo as técnicas do tratamento, recuperação e disseminação da informação em ambientes físicos ou virtuais, com atividades na administração do acervo, manutenção de banco de dados, controle e conservação dos documentos e equipamentos, articulação de projetos de fomento à leitura, conhecimento das políticas públicas de distribuição de livros e leitura para escolas e participar da elaboração de projetos vinculados à instituição educacional onde está lotado.

Amparado pela Resolução CNE/CEB nº 4 (BRASIL, 2012a), que institui o curso Técnico em Biblioteca, e cumprindo sua missão institucional na formação dos profissionais da educação, juntamente com o governo do estado de Minas Gerais, esse Plano de Curso Técnico em Biblioteca escolar visa atender às necessidades dos profissionais que já atuam no setor com competências técnicas oriundas do cargo.

3.2.1 Dados de identificação

Instituição Responsável pelo Curso: Escola de Formação de Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais - MAGISTRA – Belo Horizonte – MG

Modalidade: À distância

Denominação do Curso: CURSO TÉCNICO EM BIBLIOTECA ESCOLAR

Habilitação: Técnico em Biblioteca Escolar

Número de Vagas: 30 vagas por turma para cada SRE no Estado de Minas Gerais, totalizando 1410 alunos. (30 alunos x 47 SRE distribuídas pelo Estado de MG).

Mantenedor: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

3.2.2 Objetivos

Objetivo Geral:

- Formar profissionais aptos a exercer a profissão de técnico em Biblioteca escolar, com competência administrativa e ética, conscientes de seu compromisso social, cultural e educativo nas escolas estaduais de Minas Gerais.

Objetivos Específicos:

- Ampliar a competência destes profissionais como mediadores de leitura;
- Possibilitar a utilização dos acervos distribuídos de forma a atender os objetivos a formação de uma cultura leitora;
- Formar uma rede de formação continuada dentro da escola utilizando o recurso da biblioteca escolar: o PNBE do professor 2010.

3.2.3 Perfil dos Profissionais para o Curso Técnico em Biblioteca Escolar

Os profissionais que poderão se inscrever no Curso Técnico em Biblioteca Escolar são todos os professores que possuem interesse em trabalhar neste espaço. Prioritariamente, será oferecido o curso àqueles profissionais que já estão atuando como Professores para Ensino do Uso da Biblioteca das Escolas Estaduais de Minas Gerais.

Necessita-se de conhecimentos mínimos em informática, uma vez que o curso será ministrado à distância, por meio da plataforma Moodle. Todos os professores, efetivos e designados, que compõem o quadro de Professores para ensino do Uso da Biblioteca das Escolas Estaduais de Minas Gerais podem fazer a inscrição.

3.2.4 Perfil do Curso

O curso será organizado em dois semestres. A carga horária é de 360 horas por semestre, com estágio na própria escola onde atua de 120 horas, totalizando 840 horas. As disciplinas que compõem o currículo do curso e as habilidades relacionadas em todas as disciplinas serão mostradas no Quadro 25.

Quadro 25: Estrutura Curricular do Curso Técnico em Biblioteca Escolar

Curso Técnico em Biblioteca Escolar		
Áreas de Formação	Disciplinas	Carga Horária
Gestão da Biblioteca Escolar	Biblioteca Escolar e o Projeto Político Pedagógico da Escola	60 hs
	Introdução à gestão de biblioteca	60 hs
	Redação técnica	60 hs
	Políticas Públicas de Distribuição de livros e leitura	60 hs
Organização do Espaço da biblioteca Escolar	Metodologia da Pesquisa aplicada a biblioteca	60 hs
	Organização do Espaço da biblioteca escolar	60 hs
	Informática Básica e Introdução de construção de páginas na web	60 hs
	Introdução à organização e ao tratamento da informação	60 hs
Formação de leitores e envolvimento dos pais e comunidade	Comunicação Intra e Interpessoal	60 hs
	SIMAVE e Plano de Intervenção Pedagógica	60 hs
	Contação de Histórias	60 hs
	Pedagogia de Projetos voltados para ações de empréstimos	60 hs

(Continua)

(Quadro 25: continuação)

Estágio Curricular Obrigatório	Projeto de mediação de leitura com utilização dos acervos enviados pelo programa PNBE, para alunos e PNBE do professor para os docentes.	120hs
---------------------------------------	--	-------

Fonte: Elaborado pela autora mediante documentos na SEE/MG, MEC/SEB e na área da literatura de instituições que oferecem curso Técnico em Biblioteconomia.

A importância das disciplinas escolhidas tem relação com o serviço que deve ser prestado nas bibliotecas escolares. A Articulação do espaço profissional; estudo das principais características que devem estar presentes em um planejamento voltado para a preservação dos acervos bibliográficos; os gêneros literários e suas diferentes manifestações; articulação com o projeto político pedagógico da instituição; são algumas, das muitas habilidades que necessitam ser desenvolvidas e aperfeiçoadas, necessárias a organização, recuperação de informações, manutenção e conservação.

3.2.5 Frequência e Sistema de Avaliação

A frequência do curso será apurada mediante acesso à plataforma Moodle, participação nos fóruns e entrega dos trabalhos relativos a cada disciplina dentro dos prazos estabelecidos pelos professores. O curso não terá encontros presenciais, toda a dinâmica será online. Os alunos que não participarem com pelo menos três inserções nos fóruns de discussão por semana terão sua frequência e notas comprometidas. As notas de participação e trabalho serão estipuladas pelos professores, obtendo o máximo de 100 pontos por disciplina. Os alunos deverão obter no mínimo 70 pontos para aprovação final.

A participação na plataforma para estudos pode ser realizada nos horários de capacitação estipulados pela SEE/MG, Lei Estadual 20.592/2012 e Decreto 45.125/2013, que regulamentam 1/3 da carga horária dos professores para cursos, planejamentos e reuniões.

A participação no curso é em serviço e não desobriga os funcionários a comparecerem à escola de lotação, devendo cumprir a jornada de trabalho estabelecida em lei inerente ao cargo de Professor para Ensino e Uso da biblioteca da Escola.

No final do curso o aluno/funcionário deverá apresentar um projeto desenvolvido dentro da escola, tendo como eixo central a mediação da leitura e utilização dos acervos do PNBE para alunos e PNBE do professor, que será considerado como trabalho de conclusão de curso e Disciplina de Estágio.

Os alunos participantes também realizarão uma prova final online como requisito final para obtenção da Certificação Ocupacional ao cargo de Professor para Ensino e Uso da Biblioteca Escolar.

3.2.6 Recursos Humanos e Financeiros

O curso visa o aproveitamento do corpo técnico da Escola MAGISTRA, com sede em Belo Horizonte – MG, que é composta por uma Rede Mineira de Formação de Educadores, em parceria com universidades e instituições públicas e privadas, com ações de formação em cursos nas diversas áreas do conhecimento.

A Rede Mineira de Formação de Educadores da escola MAGISTRA possui vários programas e ações, entre eles, a “Rede de Bibliotecas” que visa:

[...] desenvolver nos profissionais da educação a concepção de que as bibliotecas escolares são um espaço de conhecimento e que objetiva suprir as necessidades de informação das equipes das escolas e promover a divulgação de práticas pedagógicas de sucesso e inovadoras. Essa noção explicita um novo papel para essas bibliotecas, pois passam elas a se constituírem como um espaço de conhecimento, de interação entre os profissionais, onde eles podem encontrar referências de novas e boas práticas pedagógicas. Pretende-se investir na constituição da Rede de Bibliotecas por meio da capacitação dos profissionais que atualmente ocupam a gestão desses espaços (MINAS, 2013b).

Juntamente com estes profissionais, os tutores do curso online podem ser escolhidos entre os estagiários que estão cursando o Bacharel em Biblioteconomia e/ou alunos da licenciatura em Pedagogia. A carga horária dos tutores será computada no histórico escolar como horas de estágio profissional.

Os analistas que compõem a equipe pedagógica de cada SRE auxiliarão no monitoramento das atividades desenvolvidas e na execução do Projeto final de

curso, dentro das escolas que possuem funcionários participando do Curso Técnico em Biblioteca Escolar.

Esta parceria possibilita a implantação do curso sem ônus para a SEE/MG, uma vez que a Escola MAGISTRA já pertence a rede estadual de formação profissional. A formação online agiliza o tempo, diminui espaços físicos entre alunos e professores e reduz custos na produção do material didático disponível em mídia

3.2.7 Considerações Finais sobre o programa proposto

A pesquisa realizada nesta dissertação apontou para uma deficiência técnica do profissional que atua nas bibliotecas escolares na jurisdição de Governador Valadares. A pesquisa bibliográfica também demonstrou mudanças promissoras nas políticas públicas do Governo Federal com universalização da distribuição de livros e leitura, bibliotecas escolares e a formação de mediadores desse processo.

Embora a distribuição do PNBE do professor 2010 tenha atingido a universalização a todos os professores da Educação Básica, EJA e AEE, o aprofundamento teórico metodológico apontou as novas competências para os profissionais da educação e para gestores diante do desafio de superar o déficit de qualidade na educação brasileira.

A necessidade da competência técnica dos professores para ensino do uso da biblioteca das escolas estaduais de Minas Gerais se faz urgente mediante os desafios apontados nas avaliações externas do SAEB/Prova Brasil e do SIMAVE, de modo a ampliar as competências leitoras de nossos alunos.

Atualmente, os profissionais que atuam nas bibliotecas das escolas públicas do Estado de Minas Gerais possuem somente as Licenciaturas exigidas para os cargos de professores. A maioria dos professores que hoje estão à frente das bibliotecas das escolas públicas foi afastada da sala de aula e aguardam o tempo restante para se aposentarem, dificultando um trabalho sistematizado nesta área.

Para educar é necessário um processo de estudo e reestudo por parte dos profissionais da educação que estão sujeitos a mudança dos paradigmas da sociedade que a cada dia são mais emergentes. Na sociedade da informação a biblioteca é o espaço promissor dentro da escola na disseminação da informação.

Este Plano de Curso para Técnicos em Biblioteca Escolar foi construído para auxiliar a gestão de recursos humanos da SEE/MG em construir competências e habilidades que são exclusivas do profissional de Biblioteca para que este serviço de qualidade possa ser exercido, consolidando o direito de aprender de todo educando.

A proposta apresentada é viável, porém pode ser renovada e mudada para que não se anule outras possibilidades de utilização dos acervos disponíveis pelo PNBE do professor 2010, e outros que ainda serão disponibilizados pelas políticas públicas de livro e leitura.

É pensando em todos: alunos, professores, gestores e comunidade que esta proposta se justifica, criando uma rede de informações que atenda a todos que estão inseridos na escola com a utilização dos materiais e acervos disponíveis de distribuição de livros para alunos e professores.

Entendemos que não será apenas a realização de um Curso Técnico que trará garantias de que uma escola possa elevar as proficiências leitoras e utilizar os acervos para capacitação profissional de professores distribuídos pelo PNBE do professor, mas é o primeiro passo a ser conquistado dentro de muitas ações que estão por vir. Espera-se que este Plano de curso possa ser efetivado e cumpra este papel.

CONCLUSÃO

A partir da década de 80 as mudanças na educação brasileira são visíveis. Primeiramente pelo direito a educação, mudando o perfil da clientela atendida, em segundo lugar, pelo contexto da nova sociedade do conhecimento, com informações e mudanças tecnológicas cada vez mais rápidas. Dentro desta perspectiva, a atualização por parte do profissional da educação se tornou uma necessidade constante. Como ensinar? Quais metodologias são mais adequadas? Como lidar com as diferenças dentro da escola? E outros questionamentos são tratados na educação pós-modernidade como foco para melhorar a aprendizagem e elevar a qualidade da educação no país.

Se a formação continuada do professor for pensada como um processo contínuo que qualifica no desenvolvimento de competências inerentes ao cargo, proporcionando as reflexões dos questionamentos acima mencionados acerca do cotidiano escolar, então a leitura das produções realizadas no campo da educação é imprescindível nesse contexto.

Devido ao interesse de ampliar os estudos dessa área, o objetivo desta dissertação situa-se na problemática de conhecer como foram recebidos, divulgados e utilizados a literatura de formação, mais especificamente aquela relativa as obras que constituem o acervo do PNBE do professor 2010.

Na tentativa de buscar dados que norteasse esse estudo de caso, a pesquisa fez no Capítulo 1, uma reflexão teórica sobre os avanços e retrocessos dos programas de política leitora voltado para os profissionais da educação, demonstrando a descontinuidade por parte dos governos anteriores. Demonstra também a implantação da política de avaliação do sistema educacional brasileiro e como seus resultados influenciaram na implementação e reformulação em programas de distribuição de acesso ao livro e leitura. Em seguida, é apresentado o lócus da pesquisa realizada.

No Capítulo 2, para responder ao objetivo proposto e ao problema levantando pela pesquisadora de como foram recebidos, divulgados e utilizados os livros destinados à formação de professores enviados pelo MEC/FNDE por meio da ação do PNBE do professor 2010”; foram analisados os questionários enviados as 78

escolas pesquisadas. Dessas, somente 40 escolas responderam ao questionário disponibilizado online. A pesquisa demonstrou que 95% receberam os acervos do programa, 50% ao receberem, encaminharam diretamente ao bibliotecário para registro e empréstimo e sua utilização somente 48% possui horários reservados para estudo e troca de experiência com os títulos enviados.

As duas escolas também receberam os acervos e os encaminhamentos dados aos livros tiveram os mesmos procedimentos. Na utilização, ficou demonstrado que na escola “A” não foi efetivado, mediante a resposta dos professores não conhecerem os títulos enviados. Na escola “B” apresentou uma melhor utilização com maior número de títulos lidos pelos profissionais e também no espaço reservado pela gestora para que possam discutir e compartilhar experiências.

Para proposição do Plano de Ação Educacional, foram elaboradas duas questões: **Qual o papel atribuído à biblioteca escolar nos estudos dos professores? Como o PNBE do professor é utilizado pela equipe gestora para formação continuada dos docentes?** A resposta à primeira questão demonstrou que poucas escolas consideram este espaço como mediador dos estudos dos professores. A segunda questão apresentou que menos da metade das escolas que participaram da pesquisa possuem horários reservados para a capacitação continuada dos professores utilizando os livros que foram enviados pelo programa, ou seja, não ficou evidenciada nenhuma ação por parte dos gestores quanto a utilização dos livros na formação continuada.

As duas escolas apresentaram uma análise semelhante. A escola “A” não aproveita o espaço da biblioteca escolar como mediador da formação continuada dos professores, enquanto que a escola “B”, mesmo não possuindo um espaço físico adequado, há por parte da gestão um espaço (tempo) que proporciona a troca de experiência e favorece a formação continuada. Nas duas escolas também não ficou claro que os gestores utilizem os acervos na formação de seus profissionais.

A partir destas constatações das análises realizadas na pesquisa, o Capítulo 3 apresentou as possibilidades desta formação continuada dentro do âmbito escolar, a partir do trabalho do profissional que atua na biblioteca. A formação adequada deste profissional torna-se imprescindível como aliado à gestão para mediar à formação continuada, utilizando este espaço com a apropriação em relação aos

acervos distribuídos pelo PNBE do professor 2010 que poderiam estar mais presentes no cotidiano escolar.

A partir do material coletado pela pesquisa, outras questões surgiram como fontes inspiradoras de pesquisas: a análise dos títulos enviados e sua relação com o currículo escolar. Mesmo com a resposta de que os títulos enviados são relevantes com a necessidade dos profissionais docentes, ainda assim, não são muito utilizados, deixando uma lacuna entre o que é enviado e o que é os professores consideram interessante para leitura.

Desta forma, a pesquisa ora apresentada não pretende encerrar as considerações finais como pronta e acabada. A temática pode ser retomada, dando voz aos professores sobre a disponibilidade de seus tempos no espaço escolar, confrontando suas experiências com as análises coletadas, ficando assim exposto a motivação para continuidade de pesquisa na área tendo o PNBE do professor como uma possibilidade na formação.

REFERÊNCIAS

AMBROSETTI, Neusa Banhara; RIBEIRO, Maria Teresa de Moura. A escola como espaço de trabalho e formação dos professores. IN: Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores, 8, 2005, São José do Rio Preto. **Formação Continuada de Professores**. São José do Rio Preto: UNESP, 2005. p. 38-48.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. A imagem do aluno leitor pelo professor: entre o discurso e a prática pedagógica. IN: JUSTINO, Luciano Barbosa; JOACHIM, Sébastien. **Representações Inter/Intraculturais**: (Literatura/Arte e outros domínios). Recife: Livro Rápido, 2008.

BONAMINO, Alicia et al. Avaliação de políticas educacionais. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pradime**: Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, 2006. (Caderno de Textos; v.1).

BRASIL. Assembleia Legislativa. Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998. Dispõe sobre o exercício da profissão de bibliotecário e determina outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jun. 1998.

_____. _____. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Dispõe sobre a Política Nacional do Livro. **Diário Oficial da União**, Brasília, 31 out. 2003a.

_____. _____. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 maio 2010.

_____. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 out. 1988.

_____. _____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 16 jul. 1934.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica. Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE. **Editais de convocação para inscrição de obras de apoio pedagógico destinado a docentes no processo de avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE** do professor 2010. 2009.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica. **Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE**. c2012. Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola/apresentacao>> Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Resultado do Censo da Educação Básica 2009**. Brasília: INEP, 2009.

Disponível em:

http://download.inep.gov.br/download/centso/2009/TEXTO_DIVULGACAO_EDUCA_CENSO_20093.pdf. Acesso em: 20 maio 2013.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. (Série Documental. Textos para Discussão). Brasília: INEP, 2003b. Disponível em:

<http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=3590#>. Acesso em: 20 maio 2013.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. **Prova Brasil - Resultados 2005, 2007 e 2009**. [2010]. Disponível em:

<http://sistemasprovabrazil2.inep.gov.br>. Acesso em: 08 abr. 2012.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 6 de junho de 2012. Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, 08 jun. 2012a.

_____. _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Cultura. Portaria Interministerial nº 214, de 23 de novembro de 2005. Institui o Prêmio Vivaleitura. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 nov. 2005.

_____. _____. Portaria Interministerial nº 1.442, de 10 de agosto de 2006. Institui o Plano Nacional de Livro e Leitura – PNLL. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 ago. 2006b.

_____. _____. Secretaria de Educação Básica. **Acervos Complementares**: as áreas do conhecimento nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEB, 2009.

_____. _____. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto nacional pela alfabetização na idade certa. **Formação do professoral alfabetizador**: Caderno de apresentação. Brasília: MEC/SEB, 2012b.

_____. _____. Portaria Ministerial nº 584, de 28 de abril de 1997. Institui o Programa Nacional Biblioteca da Escola. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 abr. 1997.

_____. _____. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)**: leitura e biblioteca nas escolas públicas brasileiras. Brasília: MEC/SEB, 2008.

_____. Tribunal de Contas da União. **Relatório de monitoramento: Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Brasília: TCU/Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006c. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2058966.PDF>>. Acesso em: 06 mar. 2013.

BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria Amália de A. (Org.) **Professores dos anos iniciais: perfis em mudança**. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

BROOKE, Nigel et al. **Pesquisa em Eficácia Escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

DELORS, Jacques et al. **Educação: Um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 2001.

DEMO, Pedro. **Educação, Avaliação Qualitativa e Inovação – I**. Brasília: INEP, 2012.

DOURADO, Ana Cristina Dubeux. A Integração entre governo e sociedade civil nas Políticas Públicas de livro e leitura. In: Congresso internacional Latino-Americano de leitura e literatura infantil e juvenil, 3. Fórum Latino-Americano de pesquisadores de leitura, 2., 2012. Grupo de Reflexão Políticas municipais de leitura, Textos para discussão, 2012, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2012. p. 2-5. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/IIIICILLIJ/Trabalhos/Grupos/politicasmunicipais.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

FELDMANN, Marina Graziela (Org.) Formação de professores e escola na contemporaneidade. In: **Formação de Professores e Cotidiano Escolar**. São Paulo: Editora SENAC, 2009.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília: INEP, 2007. (Série Documental. Textos para Discussão). Disponível em: http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B9C976990-7D8D-4610-AA7C-FF0B82DBAE97%7D_Texto_para_discuss%C3%A3o26.pdf>. Acesso em: 20 maio 2013.

GOVERNADOR VALADARES. Superintendência Regional de Ensino. **Censo Escolar - SEDINE**. Governador Valadares: SRE, 2012.

GÜNTHER, Hartmut. **Como Elaborar um Questionário**. Laboratório de Psicologia Ambiental. Série: Planejamento de Pesquisa em Ciência Social, n. 1, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2003. Disponível em: <http://www.psi-ambiental.net/XTextos/01Questionario.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2013.

HADDAD, Fernando. Palavra do Ministro da Educação: Desafios a vencer. In: MARQUES NETO, José Castilho (Org.). **PNLL: Textos e História (2006 a 2010)**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.p. 26-29.

IPM e Ação Educativa mostram a evolução do alfabetismo funcional na última década. **Ação Educativa**, São Paulo, 17 jul. 2012. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/educacao/50-educacao-de-ovens-e-adultos/10004473-ipm-e-acao-educativa-mostram-evolucao-do-alfabetismo-funcional-na-ultima-decada>. Acesso em: 05 de maio de 2013.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MARQUES NETO, José Castilho (Org.). **PNLL: Textos e História (2006 a 2010)**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Lei Estadual nº 20.592, de 28 de dezembro de 2012. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 02 jan. 2013.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Caderno de Boas Práticas dos Professores para Ensino do Uso da Biblioteca das Escolas Estaduais de Minas Gerais**. Belo Horizonte: SEE, 2010.

_____. _____. **Coleção SIMAVE**. SIMAVE 2010, v.1. Juiz de Fora: Faced/CAEd, 2011a.

_____. _____. Decreto nº 45.849, de 27 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Educação. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 28 dez. 2011b.

_____. _____. **Ensino Fundamental de 9 anos** – Em busca do sucesso escolar. Belo Horizonte: SEE, 2004.

_____. _____. **Fatores Contextuais: SIMAVE PROEB/2009**. Juiz de Fora: Faced/CAEd, 2010.

_____. _____. **MAGISTRA: a escola da escola**. 2013b. Disponível em: <http://magistra.educacao.mg.gov.br>. Acesso em: 19 set. 2013.

_____. _____. SIMAVE/PROALFA 2011. **Revista Pedagógica: 3º ano do Ensino Fundamental**. v. 3, jan./dez. 2011 (anual). Juiz de Fora: Faculdade de Educação - UFJF/CAEd, 2011c. Disponível em: www.simave.caedufjf.net/wp-content/uploads/2012/06/PROALFA_VOL3_2011.pdf. Acesso em: 15 jan. 2013.

_____. _____. SIMAVE/PROALFA 2012. **Resultados por escola**. 2013c. Disponível em: <http://www.simave.caedufjf.net/simave/proalfa/home.faces>. Acesso em: 15 abr. 2013.

_____. _____. SIMAVE/PROEB 2011. **Revista Pedagógica: 3º ano do Ensino Fundamental**. v. 3, jan./dez. 2011 (anual). Juiz de Fora: Faculdade de Educação - UFJF/CAEd, 2011d. Disponível em: http://www.simave.caedufjf.net/wpcontent/uploads/2012/06/BOLETIM_PROEB_A_E_VOL1_2011.pdf. Acesso em: 15 jan. 2013.

_____. _____. Sistema Mineiro de Administração Escolar - SIMADE. **Cadastro Escolar do Município de Governador Valadares**. 2012b.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **Bourdieu & a Educação**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNESCO). International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA). **Manifesto IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar**. 1999. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

PAIVA, Aparecida. Reflexões sobre Políticas Públicas de leitura. A Integração entre governo e sociedade civil nas Políticas Públicas de livro e leitura. In: Congresso internacional Latino-Americano de leitura e literatura infantil e juvenil, 3. Fórum Latino-Americano de pesquisadores de leitura, 2., 2012. Grupo de Reflexão Políticas municipais de leitura, Textos para discussão, 2012, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2012. p. 6-9. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/IIICILLIJ/Trabalhos/Grupos/politicasmunicipais.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

PAIVA, Aparecida et al. **Literatura na infância: imagens e palavras**. Brasília: MEC/SEB; Belo Horizonte: UFMG, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, 2008.47 p.

PAIVA, Fabrícia Vellasquez. **A literatura infanto-juvenil na formação social do leitor: a voz do especialista e a vez do professor nos discursos do PNBE 2005**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) –Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.educacao.ufrj.br/ppge/dissertacoes/dissertacao_fabricia_vellasquez.pdf>. Acesso em: 22 out. 2012.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000.

POLON, Thelma Lucia Pinto, BONAMINO, Alicia Maria Catalano. **Identificação dos Perfis de Liderança e Características à Gestão Pedagógica em Escolas Eficazes**. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/c_omunicacoesRelatos/0521.pdf>. Acesso em: 21 maio 2013.

RODRIGUES, Leda Maria de Oliveira. Pesquisa científica e formação de professores. IN: FELDMANN, Marina Graziela (Org.). **Formação de Professores e escola na contemporaneidade**. São Paulo: Editora SENAC, 2009.

ROSA, Flávia. Política da leitura, do livro e da biblioteca no Brasil: breve abordagem histórica. IN: MARQUES NETO, José Castilho (Org.). **PNLL: Textos e História (2006 a 2010)**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010. p. 167-72.

ROSA, Flávia Goular Mota Garcia; ODDONE, Nanci. Políticas Públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v.35, n.3, p.183-193, set./dez.2006. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a17.pdf. Acesso em: 4 maio 2013.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. **Introdução a Análise de Dados**. 2010. (Acesso restrito). Disponível em: http://www.ppgp.caedufjf.net/moodledata/53/metodologia/met_007.pdf. Acesso em: 20 maio 2013.

SCHATTNER, Rúbia Mara. **Avaliação em dois momentos nos anos iniciais do ensino fundamental**: estudo de caso de uma escola eficaz. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Profissional, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS – Sind-UTE/MG. **Regulamentação de 1/3 de Hora-Atividade na Rede Estadual de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Sind-UTE/MG, 2013. Disponível em: <http://www.sindutemg.org.br/novosite/files/Hora-atividade-cartilha2013.pdf>. Acesso em: 08 de setembro de 2013.

SIQUEIRA, Sueli. **O trabalho e a pesquisa científica da na construção do conhecimento**. 2.ed. Governador Valadares: Editora Univale, 2005.

TELES, Jorge Luiz; MENDONÇA, Patrícia Ramos (Org.). **Diversidade na Educação**: experiências de formação continuada de professores. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007. (Coleção Educação para Todos, Série Avaliação; n. 07, v. 24). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_t&view=article&id=12814&Itemid=872. Acesso em: 26 dez. 2012.

TRINDADE, Michele; MARTINS, Monique C. A função educadora da biblioteca escolar. In: EDUCERE – Congresso nacional de educação, 6. 2006, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2006. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/anaisEvento/docs/CI-065-TC.pdf>. Acesso em: 5 maio 2012.

VIEIRA, Henrique Corrêa; CASTRO, Aline Eggres de; SCHUCH JR., Vitor Francisco. O uso de questionários via e-mail em pesquisas acadêmicas sob a ótica dos respondentes. In: SEMEAD – Seminários em Administração, 13. 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA-USP, 2010. http://www.pucrs.br/famat/viali/recursos/inquiries/Vieira_Castro_Schuch.pdf >. Acesso em: 25 ago. 2013.

XAVIER, Carlos Alberto Ribeiro. A importância do mestre-escola, ou do professor como mediador da leitura. IN: MARQUES NETO, José Castilho (Org.). **PPLL: Textos e História** (2006 a 2010). São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.p. 145-48.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DIRETORES

Este questionário foi enviado aos diretores das Escolas Estaduais da jurisdição da SRE/GV utilizando a ferramenta Google Docs. e também aplicado à equipe gestora (diretor, vice-diretor e especialistas) das duas escolas pesquisadas, “A” e “B”.

Prezados Gestores,

Meu nome é Magali Soares da Silva e estou cursando o Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora – MG. Trabalho na Superintendência Regional de Ensino de Governador Valadares com o cargo de Analista Educacional no Projeto de Intervenção Pedagógica – ATC. Solicito a colaboração para o preenchimento do questionário abaixo que servirá para coleta de dados sobre a utilização do Programa Nacional Biblioteca na Escola – PNBE do professor, tema de estudo da dissertação do Mestrado, com o objetivo de apontar possibilidades gestoras de formação continuada na escola, utilizando o acervo na capacitação e desenvolvimento profissional.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

Eu, _____, declaro ter pleno consentimento do que se segue:

- 1) Fui informado, de forma clara e objetiva, que a pesquisa intitulada “PNBE do professor e suas possibilidades de formação continuada” irá analisar o programa nas escolas estaduais de Governador Valadares.
- 2) Estou ciente que não é obrigatória a minha participação nesta pesquisa e caso me sinta constrangido(a) durante a realização da mesma poderei não responder ao questionário online.
- 3) Sei que os materiais de coleta de dados servirão somente para análise da pesquisa e após o registro dos dados, a pesquisadora Magali Soares da Silva manterá em caráter confidencial todas as respostas que comprometam a minha privacidade.
- 4) Foi-me esclarecido que o resultado da pesquisa somente será divulgado com objetivos científicos, mantendo-se a minha identidade em sigilo.

Declaro, ainda, que recebi cópia do presente Termo de Consentimento. Governador Valadares, _____ de _____ 2013.

Pesquisadora: Magali Soares da Silva

1- Marque a sua maior titulação.

- Nível Médio (Magistério)
- Graduação
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

2- Forma de ingresso como gestor nesta escola.

- Indicado pela SEE/MG
- Eleito pela comunidade escolar
- Eleito pelo Colegiado

3- Há quanto tempo você atua como gestor nesta escola?

- Até 3 anos
- De 3 a 6 anos
- De 6 a 9 anos
- De 9 a 12 anos
- Acima de 12 anos

4- Sua escola tem um funcionário destinado à biblioteca?

- Sim
- Não
- Às vezes
- Não há biblioteca na escola

5- Caso sua resposta seja afirmativa, o funcionário destinado à biblioteca é:

- Professor afastado em ajustamento funcional.
- Professor concursado para uso da biblioteca.
- Bibliotecário com formação específica na área
- Professor designado para a função do uso da biblioteca.

6- Você tem o hábito de visitar a biblioteca de sua escola?

- Sim
- Não
- Não há biblioteca na escola

7 - Para que o espaço da biblioteca seja receptivo aos professores é importante:

- Dar total liberdade ao bibliotecário;
- Acompanhar a interação do bibliotecário com os alunos e professores;
- Uma seleção cuidadosa do profissional da biblioteca;
- Um ambiente acolhedor para os usuários.
- Proporcionar aos professores espaço para seus estudos
- Outro:

8 - Os professores visitam assiduamente a biblioteca para realizar empréstimos dos livros destinados a sua formação?

- Sim
- Não

9 - Você acompanha de perto as atividades desenvolvidas pelos professores para incentivo à leitura em sua formação?

- Sim
- Não
- Raramente
- Nunca

10- Você justifica sua resposta, por:

- Querer prestigiar o trabalho dos professores
- Não entender como sendo essa uma função específica do gestor.
- Ter muitas obrigações administrativas
- Considerar a importância da leitura somente na formação do aluno.
- Entender como sendo essa uma das funções do gestor.
- Que sua presença constrange os professores.

11 - Marque as alternativas que descrevem práticas de Incentivo à leitura para professores promovidas em sua escola:

- Sorteio de livros para professores;
- Organização do “Cantinho de leitura para professores”
- Exposição dialogada nos encontros do módulo II
- Incentivo à frequência dos professores em cursos de capacitação.
- Outro:

12 - Você acompanha a movimentação dos empréstimos de livros para professores da biblioteca de sua escola?

- Sim
- Não
- Às vezes
- Não há biblioteca na escola

13- Você conhece o acervo da biblioteca voltado para a formação do professor de sua escola?

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Não há biblioteca na escola

14- Você tem conhecimento dos programas de incentivo à leitura para os profissionais da educação promovida pelos governos?

- Sim
- Não
- Nunca me interessei

15- Sua escola recebe os livros de formação pedagógica distribuídos pelo FNDE?

Sim

Não

16 - Você considera importante a política pública de livros para formação dos professores, como a do PNBE do professor?

Sim

Não

17- Quando sua escola não recebe esse material de formação pedagógica, você:

Aguarda o próximo programa do governo, na expectativa de que sua escola seja contemplada

Encaminha correspondência ao órgão competente, solicitando o envio.

Supre a carência de títulos com recursos da própria escola.

18 - O acervo da biblioteca destinado aos professores é renovado através de outros recursos que não os governamentais?

Sim

Não

19 - Em caso afirmativo à questão anterior, quais?

Recursos do Caixa Escolar

Renda de festas

Renda de rifas ou outras promoções

Doação de terceiros

Outro:

20- Qual foi encaminhamento dado ao material PNBE do professor recebido em 2011 na sua escola?

Os livros foram guardados na direção/coordenação para não haver desvio do material.

Uma lista dos títulos recebidos foram disponibilizadas aos professores para conhecimento.

O material foi encaminhado diretamente ao bibliotecário para registro e empréstimo.

Os livros foram encaminhados diretamente aos professores.

Houve divulgação do material e encaminhado à biblioteca.

Outro:

21- Ao receber o acervo destinado aos professores, você considera

Os títulos e os autores relevantes com a necessidade dos profissionais docentes;

Os títulos e os autores não foram relevantes com a necessidade dos profissionais docentes.

22 - Quanto ao PNBE do professor você gestor considera:

- O Programa auxilia no desenvolvimento de aprendizagem dos alunos;
- O Programa não afeta a qualidade do ensino;
- O Programa não é relevante, porque não são os professores e gestores que escolhem os títulos distribuídos;
- Os professores não possuem interesse no Programa, por isso não é relevante.

23 - Sua escola oferece aos professores projetos de leitura na formação continuada, estabelecida no Projeto Político Pedagógico através dos acervos enviados pelo programa PNLD do professor?

- Sim
- Não

24 - Em sua escola há horários reservados para o estudo dos professores, utilizando o acervo do PNBE do professor e a troca de experiência entre eles?

- Sim
- Não
- Raramente

APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES DAS ESCOLAS “A” E “B”

Prezados Professores,

Meu nome é Magali Soares da Silva e estou cursando o Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora – MG. Trabalho na Superintendência Regional de Ensino de Governador Valadares com o cargo de Analista Educacional no Projeto de Intervenção Pedagógica – ATC. Solicito a colaboração para o preenchimento do questionário abaixo que servirá para coleta de dados sobre a utilização do Programa Nacional Biblioteca na Escola – PNBE do professor, tema de estudo da dissertação do Mestrado, com o objetivo de apontar possibilidades gestoras de formação continuada na escola, utilizando o acervo na capacitação e desenvolvimento profissional.

Atenciosamente,

Magali Soares da Silva

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

Eu, _____, declaro ter pleno consentimento do que se segue:

- 1) Fui informado, de forma clara e objetiva, que a pesquisa intitulada “ PNBE do professor e suas possibilidades de formação continuada” irá analisar o programa nas escolas estaduais de Governador Valadares.
- 2) Estou ciente que não é obrigatório a minha participação nesta pesquisa e caso me sinta constrangido(a) durante a realização da mesma poderei não responder ao questionário on-line.
- 3) Sei que os materiais de coleta de dados servirão somente para análise da pesquisa e após o registro dos dados, a pesquisadora Magali Soares da Silva manterá em caráter confidencial todas as respostas que comprometam a minha privacidade.
- 4) Foi-me esclarecido que o resultado da pesquisa somente será divulgado com objetivos científicos, mantendo-se a minha identidade em sigilo.

Declaro ainda, que recebi cópia do presente Termo de Consentimento. Governador Valadares, _____ de _____ de 2013.

Pesquisadora: Magali Soares da Silva

1 - Assinale a sua maior titulação.

- Ensino Médio - Técnico em Magistério
- Graduação
- Especialização Lato-Sensu
- Mestrado
- Doutorado

2 - Sobre o seu tempo de atuação como professor(a) da rede pública.

- Menos de 1 ano
- Até 3 anos
- De 3 a 6 anos
- De 6 a 9 anos
- De 9 a 12 anos
- Acima de 12 anos

3 - Tempo de atuação nesta escola como professor.

- Menos de 1 ano
- Até 3 anos
- De 3 a 6 anos
- De 6 a 9 anos
- De 9 a 12 anos
- Acima de 12 anos

4- Forma de ingresso para função de professor nesta escola.

- Concurso Público
- Designado (Contratado)
- Efetivado na Lei LC100

5 - Professor, você conhece o programa PNBE do professor?

- Sim
- Não

6 - Você conhece os objetivos do programa PNBE do professor?

- Sim
- Não

7- Para que serve o acervo do PNBE do professor?

- Para ampliar as coleções da biblioteca da escola.
- Para pesquisa do professor.
- Para subsidiar as práticas pedagógicas com fundamentação teórica
- Não conheço o programa

8- O acervo do PNBE do professor foi divulgado aos docentes?

- Sim
- Não

9- Caso sua resposta seja afirmativa, como foi realizada esta divulgação?

- Cartazes fixados na escola.
- Exposição de livros para os professores.
- Apresentação do Acervo em reunião pedagógica.
- Projeto de Leitura para os professores
- Outro:

10- Quantos livros do PNBE do professor, Acervo 2010 a sua escola recebeu?

- De 5 a 10 livros
- De 10 a 15 livros
- De 15 a 20 livros
- Acima de 20 livros
- Não sei informar

11- A escola possui um sistema de empréstimo de livros ao professor?

- Sim
- Não

12 - De que forma os livros do PNBE do professor são disponibilizados?

- Ficam armazenados na biblioteca e os professores podem solicitar empréstimos.
- Ficam armazenados na biblioteca, mas não há disponibilidade para empréstimos.
- Ficam disponibilizados na sala de professores.
- Ficam armazenados na sala do Diretor/Supervisor.
- Não sei informar, pois nunca peguei livros emprestados do programa.

13 - Quantos livros do PNBE do professor, Acervo 2010, foram disponibilizados aos professores para empréstimo?

- De 1 a 5 livros
- De 5 a 10 livros
- Mais de 10 livros
- Todos os livros do Acervo enviado
- Não sei informar

14 - Os títulos do PNBE do professor do Acervo 2010, são adequados para a formação pedagógica?

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente
- Não conheço os títulos enviados.

15 - Dos títulos enviados pelo programa PNBE do professor, acervo 2010, quantos você já leu?

- De 1 a 5 títulos
- De 5 a 10 títulos
- Acima de 10 títulos
- Nenhum título

16 - A escola oferece aos professores um espaço para leitura e discussão dos livros do programa PNBE do professor?

- Sim
- Não

17 - A escola possui um espaço destinado à biblioteca?

- Sim
- Não

18 - A escola possui um profissional para atender, divulgar, organizar os acervos disponibilizados para biblioteca?

- Sim
- Não

19 - A biblioteca da escola é organizada de forma a contribuir na distribuição e facilitação de empréstimos de livros da prática pedagógica aos professores?

- Discordo Plenamente
- Discordo
- Concordo Parcialmente
- Concordo
- Concordo plenamente

20 - A biblioteca da escola possui horários flexíveis de atendimento aos professores?

- Discordo Plenamente
- Discordo
- Concordo Parcialmente
- Concordo

- Concordo Plenamente
- 21 - A biblioteca de sua escola possui um profissional qualificado para o exercício da profissão?**
- Discordo Plenamente
- Discordo
- Concordo Parcialmente
- Concordo
- Concordo Plenamente
- 22 - Nas reuniões Pedagógicas da escola há sugestões de livros que os professores possam utilizar para melhorar suas práticas pedagógicas?**
- Discordo Plenamente
- Discordo
- Concordo Parcialmente
- Concordo
- Concordo Plenamente
- 23 - Você considera o Programa PNBE do professor importante para as práticas pedagógicas dos professores?**
- Discordo Plenamente
- Discordo
- Concordo Parcialmente
- Concordo
- Concordo Plenamente
- 24 - Você considera que a leitura de uma obra modifique sua prática pedagógica?**
- Discordo Plenamente
- Discordo
- Concordo Parcialmente
- Concordo
- Concordo Plenamente
- 25 - Você acha importante ser um professor leitor para desenvolver o gosto pela leitura em seus alunos?**
- Discordo Plenamente
- Discordo
- Concordo Parcialmente
- Concordo
- Concordo Plenamente

26 - Dos títulos abaixo relacionados, marque com um X as obras do PNBE o professor, Acervo 2010, que você já leu.

- ESTRATÉGIAS DE LEITURA
- LITERATURA E ALFABETIZAÇÃO - DO PLANO DO CHORO AO PLANO DA AÇÃO
- ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA SALA DE AULA
- PORTUGUÊS - LINGUAGEM E INTERAÇÃO
- LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA: UM GUIA PARA PROFESSORES E PROMOTORES DE LEITURA
- GRAMÁTICA E INTERAÇÃO: UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DE GRAMÁTICA
- GUIA PRÁTICO DO ALFABETIZADOR
- PRÁTICAS DE LEITURA E ELEMENTOS PARA A ATUAÇÃO DOCENTE
- ORTOGRAFIA: ENSINAR E APRENDER
- ALFABETIZAÇÃO, LEITURA E ESCRITA - FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM CURSO
- ALFABETIZAÇÃO LINGUÍSTICA: DA TEORIA À PRÁTICA
- TIJOLO POR TIJOLO: PRÁTICA DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA, HISTÓRIA E LINGUAGENS
- A CRIANÇA DE SEIS ANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL
- LITERATURA INFANTIL: MÚLTIPLAS LINGUAGENS NA FORMAÇÃO DE LEITORES
- LITERATURA INFANTIL: TEORIA, ANÁLISE E DIDÁTICA
- LEITURA NAS SÉRIES INICIAIS - UMA PROPOSTA PARA FORMAÇÃO DE LEITORES DE LITERATURA
- A ESCRITA INFANTIL - O CAMINHO DA CONSTRUÇÃO
- ALFABETIZAÇÃO E LINGUÍSTICA - ENSINAR E APRENDER
- FALAR, LER E ESCREVER EM SALA DE AULA - DO PERÍODO PÓS-ALFABETIZAÇÃO AOS 05 ANOS
- INTEGRAÇÃO DE CRIANÇAS DE 6 ANOS AO ENSINO FUNDAMENTAL
- AULA DE PORTUGUÊS - ENCONTRO & INTERAÇÃO
- MUITO ALÉM DA GRAMÁTICA - POR UM ENSINO DE LÍNGUAS SEM "PEDRAS NO CAMINHO"
- NADA NA LÍNGUA É POR ACASO - POR UMA PEDAGOGIA DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA
- EDUCAÇÃO EM LÍNGUA MATERNA - A SOCIOLINGUÍSTICA NA SALA DE AULA
- LITERATURA NA FORMAÇÃO DE LEITORES E PROFESSORES

- CONFUSÃO DE LÍNGUAS NA LITERATURA: O QUE O ADULTO ESCREVE, A CRIANÇA LÊ
- DA ESCOLA PARA CASA: ALFABETIZAÇÃO
- METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA
- ENSINO DE LITERATURA: UMA PROPOSTA DIALÓGICA PARA O TRABALHO COM LITERATURA
- FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ESCOLA NA CONTEMPORANEIDADE
- NAS ARTE-MANHAS DO IMAGINÁRIO INFANTIL: LUGAR DA LITERATURA NA SALA DE AULA
- BIBLIOTECA ESCOLAR E PRÁTICAS EDUCATIVAS - O MEDIADOR EM FORMAÇÃO
- ORALIDADE, ESCRITA E PAPÉIS SOCIAIS NA INFÂNCIA

27 - Dos Periódicos recebidos pela sua escola, assinale com um X quais você mais utiliza para subsidiar suas práticas pedagógicas em sala de aula:

- Carta Fundamental
- Nova Escola
- Pátio Educação Infantil
- Ciência Hoje das Crianças
- Cálculo Matemático para Todos
- Língua Portuguesa
- Carta na Escola
- Filosofia, Ciência e Vida
- Pátio Ensino Médio, Profissional e Tecnológico
- Presença Pedagógica

Obrigada pela Colaboração!